



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 664

Terça-feira - 25 de Janeiro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	3
Caçador.....	5
Campos Novos.....	7
Canoinhas.....	8
Catanduvas.....	9
Chapadão do Lageado	13
Concórdia	13
Coronel Martins.....	13
Corupá	14
Fraiburgo.....	21
Garopaba.....	24
Governador Celso Ramos	40
Herval do Oeste	40
Imbituba	41
Iomerê	43
Irineópolis	73
Joaçaba.....	74
Luzerna	77
Massaranduba.....	77
Meleiro	79
Nova Trento	80
Paulo Lopes	80
Porto Belo.....	82
Rio do Sul.....	83
Salto Veloso.....	96
São Lourenço do Oeste.....	96
São Pedro de Alcântara.....	97
Schroeder	98
Timbó	138
Três Barras	140
Tunápolis.....	141
Videira.....	141

Associações

AMOSC.....	142
------------	-----

Consórcios

CIDEMA.....	142
CIS/AMOSC.....	142

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 002/2011

DECRETO Nº 002/2011 - DE 17 DE JANEIRO DE 2011

"DECRETA LUTO OFICIAL, EM VIRTUDE DE FALECIMENTO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI, Prefeito Municipal de Água Doce - SC em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o grave acidente de trânsito ocorrido no dia 15.01.2011 na rodovia SC-452, em Luzerna - SC e que vitimou quatro jovens deste Município;
CONSIDERANDO a grande comoção social decorrente da perda de jovens que participavam ativamente da comunidade.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado LUTO OFICIAL por 03 (três) dias, em virtude do falecimento de Maria Clotilde Pântano, de 26 anos, Gilmara Sueli da Silva Oliveira, 21, Silvana Luiza Toigo, 22 e Joel Pantano, 17.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2011.

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 003/2011

DECRETO Nº 003/2011 - DE 18 DE JANEIRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI, Prefeito Municipal de Água Doce - SC em Exercício, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 77.038,27 (Setenta e sete mil, trinta e oito reais e vinte e sete centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para utilização das Transferências do FUNDEB - recursos

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

repassados no exercício de 2010.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.0112/157 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0025.2.029 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB

3.1.90.00.0112/157 Aplicações Diretas R\$ 77.038,27

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2010 verificado na rubrica - Transferências do FUNDEB no valor de R\$77.038,27 (Setenta e sete mil, trinta e oito reais e vinte e sete centavos).

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de janeiro de 2011.

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 004/2011

DECRETO Nº 004/2011 - DE 18 DE JANEIRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959/10 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 49.508,96 (Quarenta e nove mil quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de material de consumo, serviços, folha de pagamento e equipamentos.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.0.3.0144/24 Aplicações Diretas R\$ 60,45

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS

3.1.90.00.0.6.0130/25 Aplicações Diretas R\$18.930,00

3.3.90.00.0.6.0130/26 Aplicações Diretas R\$ 7.033,54

3.3.90.00.0.6.0145/27 Aplicações Diretas R\$ 1.219,27

3.3.90.00.0.6.0146/28 Aplicações Diretas R\$ 1.572,84

4.4.90.00.0.6.0146/29 Aplicações Diretas R\$ 5.550,00

4.4.90.00.0.6.0143/30 Aplicações Diretas R\$ 202,75

10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3.90.00.0.3.0144/31 Aplicações Diretas R\$ 8.235,44
3.3.90.00.0.6.0130/32 Aplicações Diretas R\$ 4.858,07

10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.00.0.6.0130/33 Aplicações Diretas R\$ 1.846,60

TOTAL R\$ 49.508,96

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2009 verificado nas rubricas: 0.1.0002 - Recursos Ordinários, e 1.1.2.1.17.00.00.00 Taxas da Vigilância Sanitária, 1.7.2.1.33.01.00.00.00 PAB FIXO, 1.7.2.1.33.03.00.00.00 Recursos Vigilância Sanitária, 1.7.2.1.33.04.00.00.00 PPI/EC, 1.7.2.1.33.07.00.00.00 PACS, 1.7.2.2.33.02.00.00.00 Transf. Estado Assistência Farmacêutica Básica 1.7.2.2.33.03.00.00.00 Transf. Estado - Cofin. Atenção Básica e 2.2.1.9.03.00.00.00 Alienação de Bens Destinados a Outros Programas de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de janeiro de 2011.

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI

Prefeito Municipal em Exercício

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 008/2011

DECRETO Nº 008/2011

Auxílios e Convênios no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 512.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.1.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 512.000,00.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair convênio R\$ 512.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Janeiro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Janeiro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº009/2011

DECRETO Nº009/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 26.764,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.10.306.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 26.764,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 26.764,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Janeiro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Janeiro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato do 2º Termo Aditivo AO Contrato Nº 041/2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 041/2009

Processo Licitatório n.º: 19/2009. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Gestão Pública Consultores Associados Sociedade Simples; Espécie: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 041/2009; Objeto: Contratação de profissional ou empresa para prestação de serviços de consultoria nas áreas de Planejamento Orçamentário, contabilidade, sistema de controle interno, cumprimento das obrigações diárias do Município, cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprimento da Lei n.º 4.320/64 e capacitação dos servidores da Prefeitura nestas áreas. Prorrogação de Prazo do Contrato: 12 (doze) meses - 01/01/2011 a 31/12/2011; Valor do Contrato: O valor total estipulado para a prestação deste serviço, é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Antônio Carlos, 03 de janeiro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato do 3º Termo Aditivo AO Contrato Nº 187/2008

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 187/2008

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 187/2008; Origem: Licitação nº 102/2008; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.; Objeto: Serviços Continuados de Engenharia Sanitária Coleta e Destinação Final de resíduos domiciliares e lixo hospitalar; Reajuste de Precos: Aplicação da atualização pelo INPC. Item 4.2.1 - R\$ 86,19 por tonelada de resíduos domiciliares; Item 4.2.2 - R\$ 265,20 por coleta de até 10 sacos de 30 litros de lixo hospitalar; Prorrogação do Prazo: 12 (doze) meses - 01/01/2011 a 31/12/2011.

Antonio Carlos, 03 de Janeiro de 2011

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 1361, de 24 de janeiro de 2011.**

DECRETO Nº 1361, de 24 de janeiro de 2011.

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 001/2010 do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto, conforme Edital nº 001/2010.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de janeiro de 2011.

CLÁUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

ANEXO I

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO

SELETIVO EDITAL 001/2010

ARROIO TRINTA - SC

Relação dos aprovados com média igual ou superior a cinco (5,0)

M.F	FISIOTERAPEUTA	CLASSIFICAÇÃO
8,8	0001 - MELINA DE ALMEIDA CASALETI	1º LUGAR
8,8	0004 - ISABELA RECH	2º LUGAR
7,4	0003 - FERNANDA PERNLOCHNER	3º LUGAR
6,8	0002 - CELINA DE BORTOLI	4º LUGAR
6,4	0005 - ROSIMERI MEZZARI	5º LUGAR
5,6	0006 - ANA PAULA BAU	6º LUGAR
M.F	MÉDICO	CLASSIFICAÇÃO
6,4	0007 - JOSE ROBERTO T. BITTENCOURT	1º LUGAR

Arroio Trinta - SC, 24 de janeiro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1362, de 24 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 1362, de 24 de janeiro de 2011.

Homologa o Resultado Final do Concurso Público Edital nº 001/2010 do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final do Concurso Público, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto, conforme Edital nº 001/2010.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vi-gente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de janeiro de 2011.

CLÁUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

ANEXO I**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO****CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2010****ARROIO TRINTA - SC**

Relação dos aprovados com média igual ou superior a cinco (5,0)

M.F	AUXILIAR OPERACIONAL I	CLASSIFICAÇÃO
NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
M.F	AUXILIAR OPERACIONAL II	CLASSIFICAÇÃO
7,2	0054 - SONIA LAZZARI TURMINA	1º LUGAR
6,8	0009 - SIMEIA DO PRADO	2º LUGAR
6,8	0022 - SIMONE BOLZON	3º LUGAR
6,4	0038 - ROSALINA BRIDI SERIGHELLI	4º LUGAR
5,8	0008 - LUCIMARA AP. ALVES	5º LUGAR
M.F	PSICOPEDAGOGO	CLASSIFICAÇÃO
6,2	0003 - ALINE REGINA DE OLIVEIRA	1º LUGAR
M.F	AGENTE COMPRAS e LICITAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
9,0	0062 - LUCIA MARIA MANENTI	1º LUGAR
5,2	0043 - IVONE G. CHRIST	2º LUGAR
M.F	ENFERMEIRO(A)	CLASSIFICAÇÃO
9,4	0017 - THAISE CRISTINA N. SERIGHELLI	1º LUGAR
8,8	0048 - ANGELA BRUNA L. SARI	2º LUGAR
8,6	0064 - ALINE ISABEL R. FURTADO	3º LUGAR
8,6	0053 - DAIANE E. DE ALMEIDA	4º LUGAR
8,4	0027 - MARIANE FRUET	5º LUGAR
8,2	0019 - TALIANE DENTIL DALL AGNOL	6º LUGAR
8,2	0026 - ADRIANA P. FRANCESCHINA	7º LUGAR
8,0	0046 - IVANIA C. C. DA SILVA	8º LUGAR
8,0	0016 - ANA PAULA S. DE BRUM	9º LUGAR
8,0	0006 - SIMONE P. B. DE OLIVEIRA	10º LUGAR
8,0	0024 - CRISTIANE A. SCUSSIATO	11º LUGAR
8,0	0041 - EDER MARCELO BULEK	12º LUGAR
8,0	0014 - ADAIANA F. ALMEIDA	13º LUGAR
8,0	0051 - LEDIANE L. DEON	14º LUGAR
7,8	0001 - GRAZIELLA S. VALTER	15º LUGAR
7,8	0058 - ELAINE GRISA	16º LUGAR

7,6	0037 - LEILA M. FERREIRA	17º LUGAR
7,6	0047 - JUSSARA PANCERI	18º LUGAR
7,6	0023 - ROGERIO B. DA SILVA	19º LUGAR
7,4	0039 - SALETE PARIS	20º LUGAR
7,4	0021 - TAINA J. TIEPPO	21º LUGAR
7,4	0018 - SIRIDIANE WAESS	22º LUGAR
7,2	0045 - MAYARA DE VARGAS	23º LUGAR
7,2	0015 - SOLANGE AP. DE NEZ	24º LUGAR
7,2	0068 - KATYANE NECK	25º LUGAR
7,2	0032 - ANA PAULA MARURECK	26º LUGAR
7,2	0042 - HEMILY R. DO NASCIMENTO	27º LUGAR
7,2	0035 - DEBBIE J. GUESSER	28º LUGAR
7,2	0013 - MARINA HARTCOPH	29º LUGAR
7,0	0036 - ROSILAINE ROSSI	30º LUGAR
7,0	0059 - MARISTELA BONOTTO	31º LUGAR
6,8	0005 - FRANCIELE A. PEGORARO	32º LUGAR
6,8	0063 - EDILENE M. PIATI BIAVA	33º LUGAR
6,8	0069 - ANGELA SIGNORI	34º LUGAR
6,6	0050 - ANDREIA PIOVESAN	35º LUGAR
6,4	0034 - SAIONARA GUIMARAES	36º LUGAR
6,2	0052 - BERNADETE AP. RIBEIRO	37º LUGAR
6,2	0065 - JULIANA SANTOS	38º LUGAR
6,0	0025 - LILIAN C. MARINOSKI	39º LUGAR
M.F	ODONTOLOGO	CLASSIFICAÇÃO
9,2	0004 - MARINA R. DE ANDRADE	1º LUGAR
6,6	0033 - CARLA R. LAZZAROTTI	2º LUGAR
6,6	0007 - ANGELA GIACOMIN	3º LUGAR
5,6	0044 - ANA PAULA KANDLER	4º LUGAR
5,6	0011 - DANIEL PIOVESAN	5º LUGAR

Arroio Trinta - SC, 24 de janeiro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 035, de 20/01/2011.

PORTARIA Nº 035, de 20/01/2011.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Complementar nº 1043/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais e Lei Municipal Complementar nº 1401 de 08/04/2009,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora MAGDA CRISTINA DONADELI GEMELI, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, na forma do Art. 133 da Lei Municipal Complementar nº 1401 de 08/04/2009, pelo período de 19/01/2011 a 17/07/2011, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/01/2011.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de janeiro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 036, de 20/01/2011.

PORTARIA Nº 036, de 20/01/2011.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1381 de 25/02/2009, Decreto Municipal nº 1127 de 08/04/2009 e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal MELINA DE ALMEIDA CA-SALETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 058.507.859-90 e Identidade nº 4.623.224-9, residente e domiciliada no Município de Treze Tílias - SC, exercendo o cargo de FISIOTERAPEUTA, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de janeiro de 2011 a 28 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais é para substituir a servidora efetiva Magda Cristina Donadeli Gemeli, que encontra-se em Licença Maternidade.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de janeiro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 4674**

DECRETO nº 4.674, de 03 de novembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária pelo remanejamento entre despesas.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.676 de 17/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias, por remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 419.800,00 (Quatrocentos e dezenove mil e oitocentos reais) e Superávit financeiro 108.200,00 (Cento e oito mil e duzentos reais), conforme segue:

02.01- SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2.006- Manutenção da Assessoria Jurídica
3.3.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 9.800,00
SOMA R\$ 9.800,00

02.03- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
15.452.0020.2.071-Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura
3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
15.452.0020.2.072-Manutenção de Vias Urbanas
3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 18.300,00
SOMA R\$ 98.300,00

02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
06.181.0004.2.019-Manutenção da Guarda Municipal
3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 54.600,00
SOMA R\$ 54.600,00

02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.361.0011.1.030-CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

4.4.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 15.500,00
12.361.0011.2.046-Aplicação recursos do Fundeb 60%
3.1.91.00.00-Transf. Intra orçamentárias , R\$ 35.000,00
12.361.0011.2.047-Aplicação recursos do Fundeb 40%
4.4.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 82.500,00
12.361.0011.2.048-Aplicação do Salário Educação
3.3.50.00.00-Transf.a Inst.Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 73.000,00
12.361.0011.2.049-Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 129.000,00
SOMA R\$ 355.000,00

02.07- SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.091-Manutenção da Secretaria da Agricultura
3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 8.800,00
20.606.0026.2.095- Manutenção do Programa Antigranizo
3.3.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 1.500,00 SOMA R\$ 10.300,00
TOTAL R\$ 528.000,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do remanejamento entre despesas e superávit no valor de R\$ 528.000,00 (Quinhentos e vinte e oito mil reais)

.01- SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2.006- Manutenção da Assessoria Jurídica
4.4.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 9.800,00
SOMA R\$ 9.800,00

02.03- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.452.0020.2.071-Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura
3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
15.452.0020.2.072-Manutenção de Vias Urbanas
3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 18.300,00
SOMA R\$ 98.300,00

02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019-Manutenção da Guarda Municipal
3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 54.600,00
SOMA R\$ 54.600,00

02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.361.0011.1.030-CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 15.500,00
12.361.0011.2.046-Aplicação recursos do Fundeb 60%
3.1.90.00.00-Aplicações diretas , R\$ 35.000,00
12.361.0011.2.047-Aplicação recursos do Fundeb 40%
3.1.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 82.500,00
12.361.0011.2.048-Aplicação do Salário Educação
3.3.50.00.00-Transf.a Inst.Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 73.000,00
12.361.0011.2.049-Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 129.000,00
SOMA R\$ 355.000,00

02.07- SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.091-Manutenção da Secretaria da Agricultura
4.4.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 8.800,00
20.606.0026.2.095- Manutenção do Programa Antigranizo
3.3.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 1.500,00 SOMA R\$ 10.300,00
TOTAL R\$ 528.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 4675

DECRETO nº 4.675 de 03 de novembro de 2.010.

Suplementa Dotação Orçamentária pelo excesso de arrecadação

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.676 de 17/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias, pelo Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 338.950,00 (trezentos trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais), conforme segue:

04.01- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.0064-Aplicações Diretas R\$ 171.500,00

3.3.90.00.0065-Aplicações Diretas R\$ 132.950,00

SOMA R\$ 304.450,00

10.301.0008.2.151-Manutenção do Setor de Farmácia

3.3.90.00.0002-Aplicações diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.0067-Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

SOMA R\$ 34.500,00

TOTAL R\$ 338.950,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 338.950,00 (trezentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2.010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 4676

DECRETO nº 4.676 de 03 de novembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária pelo remanejamento entre despesas.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.676 de 17/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias, por Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 224.650,00(Duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme segue:

05.01-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0005.2.026--Manutenção do Projeto Sentinela

3.1.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 14.000,00

Soma R\$ 14.000,00

08.244.005.2.027-Manutenção do programa de apoio a

mulher-PAM

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Soma R\$ 30.000,00

08.244.0005.2.029-Manutenção do CRAS

3.1.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 9.000,00

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 4.400,00

4.4.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 100,00

Soma R\$ 23.500,00

08.244.0005.2.030-Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social

3.1.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 115.000,00

3.1.91.00.00-Transferencias Intra Orçamentárias R\$ 5.500,00

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 36.650,00

Soma R\$ 157.150,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 224.650,00(duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais, conforme segue:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 4741

DECRETO nº 4.741, de 19 de janeiro de 2011.

Aprova unificação de áreas.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de áreas composta de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa de unificação e memorial descritivo que ficam fazendo partes integrantes do presente Decreto, conforme segue:

I- uma área de 357,50m2 (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 9.227, do R.I. desta Comarca de Caçador, de propriedade de CONECT Informática Ltda, confrontando: ao Norte, com a rua "O", medindo 27,50m; ao Sul, com o Lote 03 do Loteamento Dona Leonora, medindo 27,50m; ao Leste, com a rua "M", medindo 13,00m; e a Oeste, com o Lote 02 do Loteamento Dona Leonora, medindo 13,00m.

II- uma área de 357,50m2 (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 9.228, do R.I. desta Comarca de Caçador, de propriedade de CONECT Informática Ltda, confrontando: ao Norte, com o Lote 01 do Loteamento Dona Leonora, medindo 27,50m; ao Sul, com o Lote 05 do Loteamento Dona Leonora, medindo 27,50m; ao Leste, com a rua "M", medindo 13,00m; e a Oeste, com o Lote 04 do Loteamento Dona Leonora, medindo 13,00m.

Art. 2º A unificação dos terrenos urbanos dispostos no art. 1º deste Decreto, resulta em uma área total de 715,00m2 (setecentos e quinze metros quadrados), de propriedade de CONECT Informática Ltda, confrontando: ao Norte, com a rua "O", medindo 27,50m; ao Sul, com o Lote 05 do Loteamento Dona Leonora, medindo 27,50m; ao Leste, com a rua "M", medindo 26,00m; e a Oeste,

com os Lotes 04 e 02 do Loteamento Dona Leonora, medindo 26,00m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 4742

DECRETO nº 4.742, de 19 de janeiro de 2011.

Reverte para o Patrimônio Público Municipal, área de terreno urbano doado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e em cumprimento ao disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 1.548, de 15/11/2000,

Considerando que pela Lei Complementar nº 63, de 13 de julho de 2005, o Município doou, uma área de terreno urbano, com superfície de 6.000,00m² (seis mil metros quadrados), de uma área maior de 9.000,00m² (nove mil metros quadrados), situado nesta cidade de Caçador, no bairro Berger;

Considerando que a Lei Complementar nº 63, salvaguardou os direitos do Município, prevendo a reversão da área de terreno urbano doada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, estabelecendo em seu art. 2º, cláusula de reversibilidade em caso de inadimplemento das condições previstas na Lei de doação;

Considerando a vistoria realizada no imóvel por Servidor Público Municipal, lotado na Coordenadoria de Serviços Administrativos do Patrimônio, opinando pela reversão,

DECRETA:

Art. 1º Fica revertido ao Patrimônio Público Municipal, uma área de terreno urbano, com superfície de 6.000,00m² (seis mil metros quadrados), de uma área maior de 9.000,00m² (nove mil metros quadrados), situado nesta cidade de Caçador, no bairro Berger, de propriedade do Município de Caçador, doada pela Lei Complementar nº 63, de 13 de julho de 2005, com a cláusula de garantia, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, para a construção e estruturação da sede regional.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda tomará as medidas necessárias para o fiel cumprimento desta determinação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 4699

DECRETO nº 4.699 de 01 de dezembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária pelo excesso de arrecadação

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.676 de 17/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias, por Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 124.000,00 (Cento e vinte e quatro mil reais), conforme segue:

04.01- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002-Aplicações Diretas R\$ 114.000,00

3.3.90.00.0064-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

SOMA R\$ 124.000,00

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.91.00.0002-Transferencias a Inst.Privadas R\$ 8.000,00

3.1.90.00.0064-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.71.00.0023-Consórcios públicos R\$ 106.000,00

SOMA R\$ 124.000,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de remanejamento entre despesas no valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Pregão 07_11

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10/02/2011 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO E BOBINAS, PARA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO, NO ANEXO I.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João

Batista de Almeida, 323, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 25 de janeiro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 01/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/11

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 03/02/2011 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA CONFECÇÃO DE CAMPOS PARA ESTERILIZAÇÃO, LENÇÓIS, COLCHAS, ROUPAS PARA O CENTRO CIRURGICO, TOALHAS E CAMISOLAS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 25 de janeiro de 2011.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

SAMAE

Portaria 003/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 003/2011, DE 20 DE JANEIRO DE 2011

Joel Francisco Fagundes, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Revogar a Portaria SAMAE CNO 079/2010 de 27 de Dezembro de 2010 a partir desta data, reintegrando as servidoras em seus cargos de origem.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial n.º FMS 01/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 01/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 01/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ 11.206.680/0001-10, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 09/02/2011, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de pneus, destinados aos veículos, ambulâncias e vans do Fundo Municipal de Saúde. Recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 09/02/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital Nº 006/2011

EDITAL Nº 006/2011
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:
 - a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
 - b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
 - c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
 - f) Cédula de Identidade (RG);
 - g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
 - h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
 - i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
 - j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
 - k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
 - l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
 - m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
 - n) 1 Fotografia 3X4 recente;
 - o) Comprovante de residência atual;

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de janeiro de 2011.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 006/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 007 - AGENTE ADMINISTRATIVO
MATHEUS UBA CHUPEL

CARGO 012 - ASSISTENTE TÉC. EM TOPOGRAFIA
DORVAL PADILHA JUNIOR

CARGO 016 - BIOQUÍMICO
SIMONE MOLZ
GEORGIA VANESSA DE SOUZA

CARGO 027 - FARMACÊUTICO - VISA
DAMARIS APARECIDA DE CASSIA KRUL PIRES

CARGO 054 - SERVENTE FEMININO
SANDRA FRANCISCA ARAÚJO PEDROSA
GISELE PENTEADO DO PRADO
MÁRCIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS

CARGO 057 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

AMÉLIA APARECIDA KIESKI
MARA KEITY SCHULZE
DEBORA DA SILVEIRA

CARGO 062 - MONITOR - PETI
ROSANE APARECIDA IANCHESKI

CARGO 074 - MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU
LUIZ RENATO COSTIN

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/5114/11

PORTARIA P/5114/11, de 21 de janeiro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, equipe médica para as finalidades do item 3.2.6. do edital de Concurso Público nº 001/2010.

Art. 1º. Ficam nomeados para compor equipe médica para o cumprimento dos requisitos do item 3.2.6 do Edital nº 003/2010 do Concurso Público nº 001/2010 os seguintes profissionais:

- a) Dr. Deomar Pretto - CRM 3795 - Clínico Geral e Médico do Trabalho
- b) Dr. Acioli Antonio Viaceli - CRM 1790 - Otorrinolaringologista
- c) Dra. Elisangela Sartori - CRFA 6845 - Fonoaudióloga

Art. 2º. A equipe deverá examinar o candidato portador de necessidades especiais, podendo requisitar exames complementares devendo a equipe produzir laudo final sob a compatibilidade da limitação do candidato com as atribuições do cargo e outras circunstâncias que considerarem relevantes, devendo ao final declarar se há ou não compatibilidade com o serviço público ao cargo para qual o candidato foi selecionado.

Art. 3º. Havendo opiniões técnicas divergentes entre os membros da equipe, cada qual deverá consignar sua opinião de forma fundamentada.

Art. 4º As despesas decorrentes da prestação dos serviços descritos nesta portaria correrão a conta de dotações da Prefeitura Municipal de Catanduvas para o ano de 2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Catanduvas - SC, 21 de janeiro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato anterior: Nihil

Registrada e publicada nesta data.

Conta	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	TOTAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	125.866,66	125.866,66	125.866,66	125.866,66	125.866,66	125.866,70	755.200,00
CÂMARA MUNICIPAL	125.866,66	125.866,66	125.866,66	125.866,66	125.866,66	125.866,70	755.200,00
GABINETE PREFEITO E VICE	55.733,32	55.733,32	55.733,32	55.733,32	55.733,32	55.733,40	334.400,00
GABINETE DO PREFEITO	55.733,32	55.733,32	55.733,32	55.733,32	55.733,32	55.733,40	334.400,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	264.762,44	264.762,44	264.762,44	264.762,44	264.762,44	264.762,80	1.588.575,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E	264.762,44	264.762,44	264.762,44	264.762,44	264.762,44	264.762,80	1.588.575,00
EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	837.843,14	837.843,14	837.843,14	837.843,14	837.843,14	837.844,30	5.027.060,00
EDUCAÇÃO	725.401,56	725.401,56	725.401,56	725.401,56	725.401,56	725.402,20	4.352.410,00
DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	13.500,00
DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR	13.333,32	13.333,32	13.333,32	13.333,32	13.333,32	13.333,40	80.000,00
DIVISÃO DE ESPORTES	44.516,62	44.516,62	44.516,62	44.516,62	44.516,62	44.516,90	267.100,00
DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO	52.341,64	52.341,64	52.341,64	52.341,64	52.341,64	52.341,80	314.050,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	596.064,78	596.064,78	596.064,78	596.064,78	596.064,78	596.066,10	3.576.390,00
SERVIÇOS URBANOS	276.604,08	276.604,08	276.604,08	276.604,08	276.604,08	276.604,60	1.659.635,00
DIVISÃO DOS TRANSPORTES	208.823,30	208.823,30	208.823,30	208.823,30	208.823,30	208.823,50	1.252.940,00
DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	42.537,44	42.537,44	42.537,44	42.537,44	42.537,44	42.537,80	255.225,00
PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	68.099,96	68.099,96	68.099,96	68.099,96	68.099,96	68.100,20	408.600,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	149.999,94	149.999,94	149.999,94	149.999,94	149.999,94	150.000,30	900.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	149.999,94	149.999,94	149.999,94	149.999,94	149.999,94	150.000,30	900.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CATANDUVA	59.999,98	59.999,98	59.999,98	59.999,98	59.999,98	60.000,10	360.000,00
SANEAMENTO BÁSICO	59.999,98	59.999,98	59.999,98	59.999,98	59.999,98	60.000,10	360.000,00
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.608,32	2.608,32	2.608,32	2.608,32	2.608,32	2.608,40	15.650,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	2.608,32	2.608,32	2.608,32	2.608,32	2.608,32	2.608,40	15.650,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	611.260,76	611.260,76	611.260,76	611.260,76	611.260,76	611.261,20	3.667.565,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	611.260,76	611.260,76	611.260,76	611.260,76	611.260,76	611.261,20	3.667.565,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	96.199,86	96.199,86	96.199,86	96.199,86	96.199,86	96.200,70	577.200,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	96.199,86	96.199,86	96.199,86	96.199,86	96.199,86	96.200,70	577.200,00
FUNDO DE REQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM	26.199,98	26.199,98	26.199,98	26.199,98	26.199,98	26.200,10	157.200,00
FUNREBOM	26.199,98	26.199,98	26.199,98	26.199,98	26.199,98	26.200,10	157.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
	2.829.039,18	2.829.039,18	2.829.039,18	2.829.039,18	2.829.039,18	2.829.044,10	16.974.240,00

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Demonstrativo Receita

CPL Informática.		Pág. 001											
Município de OTANOUVAS		(CONSOLIDADO) Emissão: 21/01/2011 - 11:30:57											
ESTADO DE SANTA CATARINA		Exercício: 2011											
		Programação Financeira Mensal da Receita - Art. 5º da L.C. 101/90											
Conta	Jan/feir	Fev/feir	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70
RECEITAS CORRENTES	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08	1.277.853,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92	121.374,92
IMPOSTOS	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32	95.483,32
TAXAS	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60	20.641,60
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33	33.733,33
RECEITA PATRIMONIAL	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65	4.601,65
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33	1.883,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32	2.718,32
RECEITA DE SERVIÇOS	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32	9.108,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22	1.092.298,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90	1.074.964,90
Transferências de Convênios	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32	17.333,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64	16.736,64
Multas e Juros de Mora	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66	4.816,66
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00
RECEITAS DIVERSAS	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65	1.076,65
RECEITAS DE CAPITAL	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62	136.666,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIRAÇÃO DE BENS	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.500,22	30.000,00
Alienação de Bens Móveis	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.499,98	2.500,22	30.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,96	1.610.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,64	134.166,96	1.610.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total por Mes	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70	1.414.519,70
---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

PREFEITA MUNICIPAL	TÉC. EM CONTABILIDADE
GISELA APARECIDA GIACOMINI	DAVI PERINATO CRC/SC 13.325

CPL Informática.
Município de CATANDUVAS
Demonstrativo do desdobramento de metas fiscais de arrecadação em metas Bimestrais conf. art. 4 e art. 9 da Lei 101/00 CONSOLIDADO

Pág. 001
Emissão: 31/12/2011

Demonstrativo de metas fiscais

Descrição	Resumo das Receitas por Fonte					
	Total Orçado	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	16.974.240,00	2.829.040,00	2.829.040,00	2.829.040,00	2.829.040,00	2.829.040,00
Receitas Correntes	15.334.240,00	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68
Receita Tributaria	15.332.640,00	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02
Impostos	15.263.740,00	2.543.956,68	2.543.956,68	2.543.956,68	2.543.956,68	2.543.956,68
Taxas	15.174.240,00	2.529.040,02	2.529.040,02	2.529.040,02	2.529.040,02	2.529.040,02
Contribuicao de Melhoria	14.171.600,00	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34
Receita de Contribuicoes	14.173.200,00	2.362.200,00	2.362.200,00	2.362.200,00	2.362.200,00	2.362.200,00
Contribuicoes Sociais	1.600,00	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66
Contribuicoes Economicas	14.171.600,00	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34
Receita Patrimonial	15.334.240,00	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68
Receitas Imobiliarias	14.171.600,00	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34
Receita de Valores Mobiliarios	15.334.240,00	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68
Receita de Servicos	15.105.340,00	2.517.556,68	2.517.556,68	2.517.556,68	2.517.556,68	2.517.556,68
Servicos de Saude	933.740,00	155.623,34	155.623,34	155.623,34	155.623,34	155.623,34
Serv. de Preparacao da Terra Em	14.171.600,00	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34	2.361.933,34
Transferencias Correntes	15.332.640,00	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02
Transferencias Intergovernamenta	15.332.640,00	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02	2.555.440,02
Transferencias de Convenios	15.263.740,00	2.543.956,68	2.543.956,68	2.543.956,68	2.543.956,68	2.543.956,68
Outras Receitas Correntes	15.334.240,00	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68
Multas e Juros de Mora	14.242.100,00	2.373.683,34	2.373.683,34	2.373.683,34	2.373.683,34	2.373.683,34
Indenizacoes e Restituicoes	15.105.340,00	2.517.556,68	2.517.556,68	2.517.556,68	2.517.556,68	2.517.556,68
Receita da Divida Ativa	14.240.500,00	2.373.416,68	2.373.416,68	2.373.416,68	2.373.416,68	2.373.416,68
Receitas Diversas	15.334.240,00	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68	2.555.706,68
Receitas de Capital	1.640.000,00	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,40
Operacoes de Credito	1.630.000,00	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,70
Operacoes de Credito Internas	1.630.000,00	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,70
Alienacao de Bens	1.640.000,00	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,40
Alienacao de Bens Moveis	1.640.000,00	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,40
Alienacao de Bens Imoveis	1.630.000,00	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,70
Amortizacao de Empréstimos	1.630.000,00	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,70
Amortizacoes de Financiamentos D	1.630.000,00	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,70
Transferencias de Capital	1.640.000,00	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,40
Transferencias Intergovernamenta	1.630.000,00	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,66	271.666,70
Transferencias de Convenios	1.640.000,00	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,32	273.333,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 42/2011 de 24.01.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 42/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar CHARLIANE MICHELS, ocupante do cargo efetivo de oficial Administrativo, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 30% (trinta por cento), FG - 2, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Edital de Homologação do Resultado Final

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
EDITAL Nº 01/2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado - SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 23, § 6º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.1999, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.2010, RESOLVE, tornar público:

I - Fica homologado o Resultado do Edital nº 01/2011, para ampliação de carga horária dos ocupantes de cargos efetivos de Agentes de Serviços Gerais, conforme relação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA (h)
1º	Lenir Paul Kerschbaum	20
2º	Sirlei Chiquio Medeiros	20
3º	Eliane Aparecida Salvador	20
4º	Claudia Adriana Amorim de Souza	20

II - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Resultado da Habilitação - Tomada de Preços Nº 29-2010 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2010 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de reforma e ampliação do Grupo Escolar Municipal Nova Brasília, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes CONSTRUTORA JPV LTDA - EPP, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP e DECC CONSTRUÇÕES LTDA, e, foram julgadas inabilitadas as licitantes KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, M.W. CONSTRUÇÕES LTDA e EXECUTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 02 (dois) de fevereiro de 2011, às 13h30min (treze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 24 de janeiro de 2011.

MARCELO DARLAN HERPICH
Presidente da C.P.L., em exercício.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 017, de 21 de Janeiro de 2010.

DECRETO Nº. 017, DE 21 DE JANEIRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18 de Dezembro de 2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) utilizando parte do superávit financeiro na fonte de recursos 03.00.000000 apurado entre o confronto do ativo financeiro (-) menos passivo financeiro do balanço

patrimonial da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, suplementando a seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO			
15.451.1501.1.032 OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
44900000	Aplicações Diretas	03.00.000000	70.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de janeiro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CARLOS WILLIAN CASTRO DOS SANTOS
Diretor Geral de Compras Licit. e Patrimônio

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Homologa e torna público a lista de candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público 001/2010.

Edital de Concurso Público Nº 001/2010

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

O Prefeito de Corupá, homologa e torna público a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público Nº 001/2010

01 – Advogado - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0047	Wilson Orzevalla Junior
0075	Paulo Roberto Doring
0076	Kesley de Moraes da Silva
0083	Heloísa Cristina Vanin
0087	Fernando Gean Lunelli
0091	Alison Müller
0104	Fernanda Lea de Souza
0112	Tiago Rogério Hilgenstieler
0124	Sergio Kalckmann Junior
0127	Ocimara Josiane Carmen Gorges
0129	Edegard Mathias Tarouco
0132	Relms Gonçalves Santos Benevenuto
0134	Helena Souza Cabral
0136	Ana Paula Tomaselli Baade Kuboyama
0154	Marcio Luiz Teixeira
0190	Sibéle Vanessa Jantsch
0223	Raiana Alves de Oliveira
0246	Mauri Edgar Padilha de Lima
0249	Patrice Marques dos Anjos
0278	Carmen Lorena Fernandes Morales
0293	Flávia Kohler Packer
0318	Rafael Buchmann
0330	Livia Teixeira Dominghini
0332	Jair Jose Nazario
0335	Marlene Comper Nazario

0354	Alex de Lara Sampaio
0367	Joice Rubia Zonta Gonçalves
0368	Biana Spézia
0369	Fernando Schulz
0373	Elisabete Bertoli
0388	Gislaine Mohr
0396	Marielle Romanovicz
0429	Luis Alberto Atanásio dos Santos
0443	Klaus Franzner Sell
0450	Ana Amélia dos Santos Cordeiro
0452	Carlos Alberto Mueller
0461	Percival Teixeira de Abreu Filho
0463	Jorge Luiz Winter
0482	Evandro Afonso Rathunde
0483	Keitti Erna Lee
0488	Cassiana Maria da Costa
0489	Anderson Schreiner Amaral
0492	Ingmar Ricardo Zipperer Neto
0496	Karine dos Santos Alquini
0505	Marcia Ines Schren Grigol
1001	Rodrigo Lenzi
1005	Celso Ari Schlichting
1007	Sofia Lopes Turino
1008	Elias Rebelo
1009	Juliana Cristine de Melo
1010	Fábio Júlio Nogara
1013	Mariano Soltys
1014	Daniele Lucchesi Folle
1018	Tania Mara Fodi
1021	Robélia Maria Oliveira Pereira
1028	Alessandra Fogaça Battisti
1030	Deyvid Sassaki Osajima
1034	Leonardo Rafael Custódio dos Santos
1035	Cristiane Weiss
1039	Wilson Antunes Marques Junior
1040	Rubia Pasquali Rufato
1049	Cristiane Schewinski
1054	Sandra Viviane Meneses Fernandes Colombo
1059	Andreia Kochella
1065	Eron Simas dos Santos
1066	Ondyr de Souza Vicente
1067	Maicon Andersen de Souza
1068	Andréia Adriano de Souza Teixeira
1069	Ernesto Floriani Filho
1071	Pamela de Almeida
1073	Heloisa de Fragas Hinnig
1075	Priscila Caroline Greuel
1076	Ruysdael Zocoli II
1077	Nildo Antonio de Oliveira Júnior
1078	André Sirena
1080	Camila Monteiro Santos Stohrer
1081	George Lucas Rangel
1087	Ricardo Shinhiti Taura
1090	Sayonara Ribeiro
1092	Patrícia Finamori de Souza Koschinski
Total = 80	

02 – Almoxarife - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0038	Aurilene Adriana de Alencar Dias
0126	Odair José Kaczorowsky
0173	Cleudimar Nakalski

0409	Sueli Engel Barboza
0458	Cristiane Maria Schwerdtner
0480	Joseph Alexandre da Silva
0507	Stephanie Gisela Mendes
Total = 07	

03 – Assistente Administrativo - 02 vagas

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0012	Claudia Maria Birr Grapper
0024	Rubens Junior Heinrich
0030	Suzane Kobus
0032	Fabio Anderson de Lima
0034	Sandra Huttli
0054	Rafael Muziol
0055	Thiago Cezar Lopes
0056	Francisco Reichardt Junior
0098	Ana Cristina de Borba
0105	Marisa Todt
0107	Luciane Aparecida Baier
0113	Tainan Alice Franzener
0115	Claudia Mara Jungton
0118	Caroline Doro
0122	Gabriella Boncowski
0141	Jéssica Fernandes Ribeiro
0146	Regiane Raquel Dutra
0155	Ediane Michele Vendramin Massaneiro
0158	Andreia Blunk
0163	Adriane Hanako Furutani
0164	Ana Maria Kaczorowsky
0166	Tamyris Correa Varela
0168	Regiane Brunkow
0174	Emmanuelle Marschall
0175	Henriete Mireile Pedrotti
0185	Zigmar Riedtmann
0187	Franciele Cristine da Luz
0191	Adriana Carvalho de Oliveira
0193	Judite Krazewsky Daniel
0195	Adriane Gisele Hernacki
0197	Raquel Cristina Baumann
0198	Camila Heck
0201	Leonardo Zanghelini
0203	Bruna Werlang
0207	Josiane Brosowski
0210	Daniela Przygodda Oliari
0211	Sergio Luiz Back
0229	Nilso Junckes
0233	Gustavo Jose Moreira Lima Furlaneto
0237	Felipe Gonçalves
0242	Monica Cristina dos Santos Barreto do Amaral
0244	Elisa Teresa Prawutski
0255	Felipe Rafaeli Rodrigues
0268	Daniela Rivelles
0271	Juliana Correia
0275	Ellen Fernanda Malmgren
0279	Tcharla Jociane Hacke
0283	Juliana Judachewsky
0284	Daniela Judachewsky
0290	Katia Marise Kramer
0299	Graziela Hillesheim
0301	Daniel Luiz dos Santos
0316	Karina Denk
0317	Katia Mari Schunke

0322	Cristiane Oestreich Woelk
0326	Rita de Cassia Schultz
0328	Jucelia Saidok
0329	Thayná Nayara Ferreira
0334	Noemi Aparecida Fossille
0340	Gabriela Kühne
0342	Priscila de Oliveira
0343	Hernandes Michel Klabunde
0361	Adolfo Henrique Baeumle
0374	Elisandra Bertoli
0375	Andréia Miotto
0382	Jeniffer Moreira
0385	Lisane Fuckner Bittencourt
0386	Rosane Caetano Brugnago Adam
0387	Debora Bueno de Oliveira
0391	Juliana Voit
0400	Tiago Aquiles Siqueira
0407	Cláudia Roberta Murgolo
0420	Jéssica Mina Kamchen
0430	Emanuelly Fernanda Vieira
0433	Solange Taís Gebhardt
0440	Anita Aparecida Krisanski
0442	Juliano José Soares
0444	Franciela Cristina Wengrath
0448	Charlene Ferreira Welke
0457	Daniele Massaneiro
0465	Katlin Towe
0469	Patrícia Schweigert
0470	Kyhona Carolina Strebe Zumach Lessmann
0473	Edevilson Anisio de Lima
0475	Tamires Gesser
0478	Daniela Nasário Moriguchi Costa
0493	Camila Garcia
0499	Gustavo Ricardo Zapella
0502	Erverson Elicio Dalçoquio
1017	Lucia Marilci Laufer
1029	Valéria Assis de Oliveira
1037	Monique Vieira Bächtold
1045	Danielle Ferreira da Silva
1055	Rafaele Simões da Maia
1056	Melaine Wargenowski
1064	Janaína Brehnn da Costa Vicente
1074	Lucas Danilo Masson
1084	Roberta Bertoli
1089	Margareth Godoi
Total = 99	

04 – Assistente Pedagógico - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0235	Deise da Silva Rivelles
0282	Marisa Kühl Judachewsky
0289	Maria Aparecida Rosa
0393	Miriam Taufenbach
0497	Vivian Kühl
Total= 05	

05 – Assistente Social - 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0094	Emelly Priscilla Fontana
0274	Patrícia Maccarini Moraes
0350	Ademilde Pannace

0384	Elizete Garcia da Silva
0410	Rita de Cássia Florencio
0411	Elizete Teresinha Foletto Florencio
0427	Daniela Silva Felipe
0498	Wander Galvão de Jesus Lopes
1011	Eliane Medeiros Correa Ludewig
1027	Ana Claudia Plem
Total = 10	

06 – Auxiliar Administrativo – 02 vagas

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0041	Dirciane Corrêa Wendling
0050	Karina Anair Schellemborg
0085	Alaide Naderer
0092	Simone de Lima Gessner
0117	Rogério Vicente Anacleto
0120	Thais Frankowiak
0121	Taciane Voigt
0133	Edson Vanderlei Larsen
0150	Vanderleia Aparecida Ferreira Lopes
0157	Edilaine Maíra da Rocha
0181	Claudia Beatriz de Lima Gobi
0188	Gisele Cristine da Luz
0220	Gabriella Tavares Silva Schiochet
0227	Lara de Andrade Fuck Dubena
0232	Morgana Patricia Gebhardt Ponath
0263	Katia Bertoli de Oliveira
0285	Solange Aparecida Texeira
0286	Cristiane Marilei Kujavski
0302	Ana Paula Montoski
0320	Juliane Moser Wolodasczyk
0327	Jessica Tamara Pezzatto
0331	Joselaine Maciel Padilha de Lima
0347	Jordana Elaine Silva
0378	Gabriela Vicente
0394	Silvana Toni Neuber
0403	Andriéle Glowacki
0412	Silmara Hannemann
0415	Luana Dantas Izidro
0424	Carina Massia
0437	Adriani Borges de Souza Santos
0500	Angela Porcina Lankewitsch
0506	Marize Fritsche Mokwa
0508	Thais Priscila da Conceição Dias
Total = 33	

07 – Auxiliar de Consultório Dentário – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0425	Micheli Marli Hoch
0449	Simone Gaudete
0501	Mirian Padilha de Lima Struck
Total = 03	

08 – Auxiliar de Controle Interno – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0082	Eliane Chaves
0260	Carmem Eliane Krüger
0264	Angela Wischewski
0300	Vanessa Hillesheim

0305	Paula Cristiane Bernstein
0357	Aline Yandara Malinsky
0381	Valquiria Michalak
0414	Cristiane Marleza Eger
0426	Leandro Francisco Burger
0435	Andreia Mathias
0439	Luciane Belitzke
Total = 11	

10 – Auxiliar de Serviços Gerais (Faxina e Merenda) – 04 vagas

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0001	Rosana Martini
0004	Silvana Carvalho
0013	Nelsi de Castro Pohren
0014	Nelci de Oliveira Padilha dos Santos
0017	Iracema Krisanski Peggau
0036	Eliane Rosendo Padilha
0043	Nelson Maia
0062	Fátima Aparecida Martins
0065	Josiani Maria Rosa Kobus
0066	Iraci da Fonseca
0074	Marcia Gaudet Poerner
0077	Maria Kopsch
0079	Cristina Luy
0093	Gilmar Dias
0100	Antonia Regina de Farias
0103	Icrair Pereira
0108	Imara Schweigert
0140	Ivone Terezinha da Silva Candiottto
0145	Lorena Costa
0148	Dora Przezoziecki
0153	Marilene Funka Alexandre
0160	Marlene Solita Beseke
0200	Vivian Bianchini
0205	Iracy de Fatima Souza do Amaral
0221	Nadia Cristina Brugnago dos Santos
0240	Gildete Alves
0241	Paulo Maduenho
0245	João Carlos Rodrigues
0251	Marilene Bertholdi
0267	Rosangela Maria Cidral da Maia
0287	Margarida Begalke Stoeberl
0298	Ivonete Fracaro
0337	Ilse Parray
0341	Maria de Lourdes Siqueira Marico
0348	Lucinéia Aparecida Dias Dambiski
0349	Terezinha Neubauer
0380	Lourdes Gonçalves Rodrigues
0404	Ana Judith Rafaeli Rodrigues Jantsch
0413	Adriano Vellozo Xavier
0451	Tayna Larissa Eggert
0476	Regicelaine da Silva Bueno
Total = 41	

11 – Contador – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0365	Dilvane Kühl Klabunde
0438	Sandra Braga
0467	Rodrigo Rolf Schroeder
1050	Amauri Veiga
Total = 04	

12 – Enfermeiro de Unidade Básica – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0491	Dayana Joice Mahs
Total = 01	

13 – Enfermeiro Estratégia Saúde da Família – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0011	Elaine Ramos Paes Scolari
0142	Adilson Juliano Thilles
0170	Manoele Elaine Lunelli
0217	Daiane Botiga
0222	Angelica Cardoso Schimanski
0224	Lilian Mara Amorim
0236	Isolete Steciuk Rático
0291	Abmael Silva Cabral
0351	Rachel Kuchenbecker
0431	Simone Beatriz Torriani
0441	Schirlei Cristiane Pasold
1057	Fabiana Pacher
1072	Suelen Conforto
1088	Danielli Teixeira da Cruz
1096	Iglair Pereira dos Santos
Total = 15	

14 – Engenheiro Agrônomo – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato	
0067	Thiago Vinicius Leal	
0111	Ícaro Daniel Petter	
0114	Alan Ferraz Lemke	
0143	Silvio Fritz Filho	
0204	Irineu Pereira	
0259	Giovani Neumann	
0266	Richard Werner Lischka	
0269	Vera Regina Dalenogare Pereira	
0277	Vinicius Rafael Sansana	
0323	Rodolfo Saldanha	
0363	Juliano Schultz	
0421	Marcela Guimarães de Lara Pinto	
0434	Ronald Marcial Krüger	
1003	Julio Cesar Moser de Abreu	
1004	Djalma Eugênio Schmitt	
1015	Alan Teixeira da Silva	
1022	Tânia Eidam	
1031	Daniel Beltrão Bettio	
1032	Jaison Silveira	
1033	Graciane Bianchin	
1038	Antonio Rogerio Alves Rocha	
1043	Fernando Back	
1044	Deniélle Girardi	
1060	Bruno Krauss Salvador	
1062	Marco Aurélio Simões	
1063	Ada Michele Mariano de Paula	
1086	Cleizi Giseli Karvat	
1091	Luiz Antônio dos Santos Júnior	PNE
Total = 28		

15 – Engenheiro Civil – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
---------------------	-------------------

0372	Renato Lira
0428	Euclides Adilson Bogo
0464	Leandro Rech
1025	Petter Alexander Kintzel
Total = 04	

16 – Fiscal de Tributos de Posturas – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0028	Josiane Carin Modro
0037	João Grapper
0039	Vitor Marco Dias
0060	Ederson Cleiton Mahs
0096	Camila Oliari
0106	Marcio Kviatkowsky
0116	Silvana Abilia Borges
0172	Claudemir Renato Gonçalves
0194	Elton Júnior Siqueira Fernandes da Silva
0208	Josiane Ignês Larsen
0212	Paulo Ricardo Back
0225	Rafaela Alexi
0228	Agnélio Sebastião Fuck
0272	Marcos Roberto Schmidt
0273	Gilberto Evangelista
0297	Antonio Roque Hillbrecht
0306	Mariana Mülbauer
0311	Mirian Cristhianne Cardoso Behnke
0353	Cássia Luise Franceschi
0360	Maria Claudete Gabriel
0405	Giliard Ribeiro Coelho
0432	Claudinei Severino da Silva
0453	Marcos Paulo Campregher
0504	Cristhian Steingraber
1036	Rodolfo Pinheiro Duarte
Total = 25	

17 – Inseminador – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0333	João Rocha Sobrinho
Total = 01	

18 – Instrutor de Karate – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0020	Eriovaldo Pereira Batista
0418	Rafael Varela
Total = 02	

19 – Instrutor de Música – Metal Palheta – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0048	Luciane Pryjmak da Costa
0084	Roberto Weege Junior
Total = 02	

20 – Instrutor de Música – Gaita – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0295	Leolino da Silva Borges
0355	Samuel Gessner

Total = 02	
------------	--

21 – Médico Estratégia Saúde da Família – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0078	Alessandro Willian Welicz
0455	Leonardo Gonzalo Nazareno Garro
0456	Andreza Cristiane Hernandez Schulz
1095	Fabiéle Mello Assad
Total = 04	

22 – Médico Ginecologista – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

23 – Médico Pediatra – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
1000	Ana Cecília Medeiros Mano Azevedo
Total = 01	

24 – Motorista – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0002	Elói Darossi
0009	Marinho Ribamar Poerner
0016	Waldir Krisanski
0029	Afonso Borges de Lima
0040	Lauriano Noetzold
0042	Luis Carlos Klein
0053	Janoario Bianchini
0057	Ricardo Gobi
0061	Eurico Hamann
0064	Sidnei Pacheco
0069	Jailson Bastos
0080	Mauri Zanghelini
0081	Albani Ribeiro dos Santos
0088	Helio Reni Santos
0090	Arnaldo Barbosa
0095	Raulino Descher
0099	Junior Gabriel Engelhardt
0109	Jefferson Alexandre dos Santos
0130	Ailton Dums
0131	Alberto Vital de Paula
0137	Cleiton Adriano Melchiorretto
0144	Sandro Engel
0165	Valdir Cândido dos Santos
0177	Altaides Romualdo
0178	Jonas William Schroeder
0182	Marcelo Spieckert
0186	Alessandro Martins
0199	André Lindner Maciel
0213	Theomir Lange
0231	Johny da Rocha
0261	Jovêncio Fernandes Pereira
0280	Gilson Waldemar Peggau
0324	Adular Althaus
0325	Willian Rudi Erdmann
0345	Odolir Eloi
0377	Edmir Roque Morozini

0390	Helio Kobczinski
0392	Andre Fabiano Paholski Borges
0395	Artur Alberto Schmidt
0436	Amandos Tribes Filho
0445	Orlando Djubatte
0468	Tiago André Beseke
0472	José Djonata Neumann
0484	Cristian Luis Fagundes
0485	Iverson Vicenzi
0486	Valdecir Langer
1024	Wiviani Francisoni
1094	Claudinei Lech
Total = 48	

25 – Nutricionista – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0495	Rafaela Gonzaga dos Santos
Total = 01	

26 – Odontólogo – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0023	Débora Henrich
0123	Janaína Gonçalves de Jesus
0138	Monique Zonta Henschel
0171	Fernanda Matos Martins
0183	Gabriele Cristiane Tremel
0184	Daiana dos Santos
0202	Jackson Bruno Büttelbrun
0219	Roberta Djavana de Souza
0230	Anderson Dorval Raduenz
0257	Diego Mayer de Almeida
0262	Régis Arlindo Ferreira
0276	Rommy Beckert Oliveira
0313	Rafael Stiz
0314	Ana Paula Rossi David
0315	Thiago Petrolí
0321	Dnyelson Souza Silva
0339	Rafael França Dellagiustina
0358	Roberta Rudolf Joesting
0364	Wellington Menezes Batalha
0397	Maria Luci Mattos Francisco
0447	Rafael Salvador de Bem
0459	Camila Costa Netto Muniz
1006	Luís Fernando Turino
1016	Elisangela de Fátima de Lima Janoski
1019	Pricila Chiumento
1023	Jeferson Alécio de Castro
1041	Gilbert Luiz Dellajustina
1042	Nayara Luize Vieira
1047	José Claudio Cappellari
1051	Francine Merlin Ramão
1052	Juliana Medeiros
1058	Everthon Tavares Veronese
1061	Luís Guilherme Gralak de Jesus
1070	Ana Paula França Dalanhól
1079	Rosylaine Nery Scheffel
1082	Alexandra Carole Vieira de Mello
1083	Eduardo Fernandes Walter
1085	Alexander Hubert Fecht
Total = 38	

27 – Operador de Máquina I – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0089	Paulo Olzewski
0256	Anastacio Coelho
0416	Simião Biar
Total = 03	

28 – Operador de Escavadeira Hidráulica – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0010	João Ivo Muziol
0389	Marcio Palhano
0454	Luiz Carlos Lamego
1020	Edilso Althoff Rodrigues
Total = 04	

29 – Operador de Máquina – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0005	Carlos Rathunde
0045	Marcelo Borchardt
0086	Airton Adelio Dresch Setim
Total = 03	

30 – Pedreiro – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0018	Marcos Hinkeldei
0070	José Calixto de Oliveira
0119	Wilson Roberto da Silva
Total = 03	

31 – Professor II – Língua Portuguesa – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0152	Iara Borba de Vargas
0471	Elisabeth Augustin
1026	Elizangela dos Santos Rodrigues
Total = 03	

32 – Professor II – Inglês – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0162	Mérlin Aline Raasch Steffens
0399	Célio João Barbosa
Total = 02	

33 – Professor II – Matemática – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0189	Edeval Luiz Henrique
0243	Jully Elizabeth Andregheoni Prawutzki
Total = 02	

34 – Professor II – História – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

35 – Professor II – Educação Física – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0003	Elcio Kaus Gomes
0071	André Reinhardt Schäfer
0097	Camila de Lima
0214	Elvis Jessé Schiochet
0215	Paulo Roberto Coelho
0238	Luiz Eugênio Anderle
0248	Chales Moesch
0250	Emerson Roberto Cherubin
0253	Edson Schimanski
0294	Ricardo Camargo da Silva
0336	Claudio Bloedorn
Total = 11	

36 – Professor II – Artes – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

37 – Professor II – Ciências – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0474	Adriana Paul
Total = 01	

38 – Professor II – Séries Iniciais e Educação Infantil – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0051	Carin Döscher Krobot
0072	Fernanda Keiser
0102	Elisabete Gomes de Souza
0128	Antônio Francisco de Souza
0169	Janete Kuskoski
0209	Elisabet Herrmann
0218	Juliane Sayuri Umetsu
0234	Tissiane Jungton
0258	Silvani Teles de Souza
0265	Juliana Twardowski
0270	Elizete Kiatkowski Carvalho de Lima
0281	Nisia Waltras Backes
0338	Veronica Parray
0359	Ilsa Reese Lunelli
0362	Raquel Pedrotti Fiamoncini
0366	Adriana Alexandra Weissheimer Stachera
0371	Wanderléia Aparecida Minatti Toni
0379	Priscila Grasielle Dias
0417	Raquel Silmara Klitzke da Veiga
1012	Michele Hackbarth Carlini
1093	Jocimari de Melo Lech
Total = 21	

39 – Psicólogo – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0125	Roberval Jonatam Sisnando Saade
0139	Charleine Maximiano de Jesús
0288	Katia Thaise Duarte dos Santos
0308	Michela Manenti Machado
0312	Viviane Pedri

0393	Juliana Greise Ranghetti
0401	Marcial Marcelino Gozer
0419	Clécia Lima Silva
0487	Gabriela Klaus
1002	Tanise Bonfanti Maes
1046	Karen Kristina Kazmierczak
1048	Marina Ganiso Jacobs
Total = 12	

40 – Técnico em Enfermagem – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0046	Rosemari Stock de Lima
0073	Nilton Paulo Padilha de Lima
0147	Orlando Zancanella Junior
0156	Rita de Cassia Bianchini Metzger
0292	Débora Caroline Schmoeller
0406	Mariley Antoniawicz Wiszniewski
0423	Dirce Roecker
0490	Wanderléia Auerhahn Caetano
0503	Bruna Daiane Dalçoquio
Total = 09	

41 – Tesoureiro – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0025	Maria Izabel Amaral Barcia
0058	Rubia Rosane Fagundes Kern
0135	Kamille Musialowski de Rezende
0149	Beatriz Kienen
0159	Eveli Larsen Beseke
0176	Carolina Corrêa
0179	Tays Daiane Izidoro
0206	Jonathann Fink
0304	Alexandre Will
0356	Cláudio Moretti
0370	Maikon Cristiano Bernstein
0376	Scharlles Ramlow
0408	Tassianne Romanovicz
0462	Maicon José Batista
0477	Claudia Lucia Zaffari Rathunde
0479	Ivana Carla Bevilaqua Gomes
0481	Marcele Ângela Bevilaqua Giacomini
1053	Carim Daniela Duarte
Total = 18	

42 – Trabalhador Braçal – 04 vagas

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0007	Valdemiro Funka
0008	Leomar Portela
0015	Arlindo Tomaselli
0026	Eno Ponath
0035	Antonio Silvano Maia
0049	Haloir Wischral
0110	Cristiano Gramm
0151	Marcos de Jesus Godoi
0161	Hilario Borges de Lima
0180	Sidnei Simões
0307	Valdeci Koch
0319	Marcos Antonio Farias
0344	Claudio Dalcanele

0352	José Antonio Garcia da Fonseca
0466	Lauro Fossile Neto
0494	Vanderlei Gomes
Total = 16	

43 – Agente Comunitário de Saúde – Centro – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0101	Ruth Freitas Caetano Brugnago
0167	Viviane Aparecida Neumann Baade
0196	Nivea do Carmo Lawin
0252	Doris Fuck Raduenz
0303	Adriana Alegri
0398	Roseméri Brunkow
0402	Aurélia Lopes Pickicius
0460	Alessandra Lidiane Gonçalves
Total = 08	

44 – Agente Comunitário de Saúde – Seminário – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0022	Sueli Iancoviski Tomczyk
0247	Isolête Rodrigues dos Santos
0254	Sônia Marli Eiselt Bertoldi
0310	Angela Maria da Silva Vieira
0446	Roseni Maria Alves Floriani
Total = 05	

45 – Agente Comunitário de Saúde – Ano Bom – 03 vagas

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0031	Denize da Cruz dos Santos
0216	Sueli Terezinha Valczak de Oliveira
0226	Hanelora Kruger Kiatkowski
0309	Sonia Tamanini Weidner
0346	Juliane Auerhahn Maia
Total = 05	

46 – Agente Comunitário de Saúde – Pedra de Amolar – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0021	Vanimeri Mahlstedt
Total = 01	

47 – Agente Comunitário de Saúde – Itapocu – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0192	Elizangela do Carmo Godinho Porsch
0239	Kamila Matias Silva
0296	Gisele Maria Wedderhoff
Total = 03	

48 – Agente Comunitário de Saúde – XV de Novembro + BR 280 – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

49 – Agente Comunitário de Saúde – Guarajuva – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

50 – Agente Comunitário de Saúde – Vila Isabel – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0033	Rosemeri Hafemann Fischer
0422	Angélica Marizéte Gessner
Total = 02	

51 – Agente Comunitário de Saúde – Rio Paulo – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
0006	Marília Begalke Melchert
Total = 01	

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 09:00 horas do dia 30 de janeiro de 2011, nas dependências da EB. Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, sito a Rua 25 de Julho, nº114, na cidade de Corupá - SC.

Corupá, em 21 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL**Portaria Nº 0288/2011**

PORTARIA N.º 0288 DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SUELY TEREZINHA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.846.229-23, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 0807, de 29 de março de 2010.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0289/2011

PORTARIA N.º 0289 DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JOSÉ SANTILIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 439.314.729-49, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, por 40 horas semanais, a partir de 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0290/2011

PORTARIA Nº 0290, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor MOISES AMADEU PATRICIO, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 387.161.359-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de CONTROLADOR INTERNO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0291/2011

PORTARIA Nº 0291, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ELÓI RÖNNAU, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 590.962.419-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de agente político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, junto a Secretaria de Administração e Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0292/2011

PORTARIA Nº 0292, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 027.546.959-07, nomeado no cargo de provimento em comissão de agente político de PROCURADOR ADJUNTO DO MUNICÍPIO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0293/2011

PORTARIA Nº 0293, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor MOACIR GABRIEL DA CRUZ, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 387.172.719-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SUPERINTENDENCIA, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0294/2011

PORTARIA Nº 0294, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora NILCE PINZ, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 596.472.809-04, nomeada no cargo de provimento em comissão de agente político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, junto a Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0295/2011

PORTARIA Nº 0295, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora VANI MARIA DAVID ALVES, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 833.578.829-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 horas semanais, em 01 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0296/2011

PORTARIA Nº 0296, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora LUCELIA FEDRIGO, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 041.109.019-44, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0297/2011

PORTARIA Nº 0297, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DARLAN RIZZOLLI, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 049.111.089-83, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga

horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0298/2011

PORTARIA Nº 0298, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor JULIO CESAR ESQUITINI, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 266.349.628.63, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0299/2011

PORTARIA Nº 0299 DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIEGO RAFAEL NOVICKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 009.673.539-20, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0002/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com Pedra Basáltica Irregular, em trecho da Rua Presidente Campos Sales, situada no bairro Santo Antonio, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 1.145,40 m², houve a participação da empresa SÉCULOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA a qual se dará, decorrendo "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, no dia 31/01/2011 às 9:15 horas.

Fraiburgo (SC), 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0001/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ, na Rua Dorvalina dos Santos Andrade, situada no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 4.263,62 m², quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante:

ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA no valor de R\$ 302.628,47 (trezentos e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

Fraiburgo (SC), 21 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Edital de Notificação e Lançamento Nº 001/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2011

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, considerando o disposto nos artigos 107, III, b, 116, I da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, promulgada em 05 de abril de 1990 e considerando o disposto nos artigos 6º, I, 8º, 9º, 27 a 30, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 053/2003);

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, por natureza ou acessão física, de imóveis urbanos ou urbanizáveis, situados no Município de Fraiburgo, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e a Taxa de Serviços Públicos, relativos ao exercício de 2011 foram lançadas pela Secretaria Municipal de Finanças, conforme Anexo

I do presente Edital e deverão ser pagos observados os seguintes prazos e condições:

I - Prazo e forma de pagamento do IPTU e demais Taxas:

- a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de abril;
- b) em um só pagamento com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de maio;
- c) de forma parcelada, em 06 (seis) parcelas, até o dia 10 (dez) dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e de outubro.

II - Isenções: deverão ser requeridas junto a Secretaria Municipal de Finanças, nos termos em que dispõe o artigo 1º da Lei Complementar nº 096 de 09 de dezembro de 2008, do dia 01/02/2011 até a data de 25/02/2011. A isenção de que trata referida Lei é aplicável ao presente Edital somente em relação ao IPTU.

III - Pagamento com atraso: o contribuinte que efetuar o pagamento com atraso estará sujeito, nos termos do artigo 545 do Código Tributário Municipal ao pagamento de:

- a) juros de mora no percentual igual a 1% (um por cento) ao mês ou fração deste, contados da data do vencimento até o seu efetivo pagamento, incidindo sobre o valor do crédito tributário devidamente corrigido;
- b) multa moratória em se tratando de recolhimento espontâneo, de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor corrigido do crédito tributário, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), contados da data do vencimento;
- c) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário até o efetivo pagamento, com base na variação do anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE.

IV - Falta de pagamento: os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (artigo 748, § 1º do Código Tributário Municipal). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos espontaneamente, serão cobrados judicialmente.

V - Impugnações: os tributos acima mencionados poderão ser objeto de impugnação, bem como de pedido de revisão de alíquotas, até a data de 08/04/2011, obedecido o disposto nos artigos 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

VI - Impugnação do Presente Edital: o presente edital poderá ser impugnado até cinco dias úteis da sua publicação.

VII - Relatório Final: será afixado no mural do paço público municipal o relatório final do lançamento dos valores efetivamente devidos no dia 16/03/2011.

Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria Municipal de Finanças, junto ao Departamento de Tributos.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0002/2010 - SF AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de águas e saneamento do Município de Fraiburgo, na função pública de AGENTE OPERACIONAL, para preenchimento de vagas no ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 25 de janeiro a 28 de janeiro de 2011, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059.

Fraiburgo, 24 de janeiro de 2011.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ELÓI RÖNNAU

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 007/2011

DECRETO N.º 007, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

LUIZ CARLOS DA SILVA, Prefeito municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 858, de 16 de Março de 2004, alterada pela Lei Municipal n.º 1.478, de 02 de dezembro de 2010

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA,

I - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Luiz Antonio de Campos

Suplente: Sandra Nascimento de Abreu Garcia

b) Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

Titular: Márcio Pereira Severino

Suplente: Felipe dos Santos

c) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Renato da Silveira

Suplente: Cláudio Pereira

d) Secretaria Municipal de Turismo e Esporte



Titular: Marcus Israel
Suplente: José Fragoso de Oliveira

e) Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente

Titular: Nilson Luiz da Silva Mello - PRESIDENTE
Suplente: João Manoel do Nascimento

f) Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Titular: Luiz Bernardo
Suplente: Selio Defreyen

II - REPRESENTANTES DE CLASSE

a) Associação Comercial e Industrial de Garopaba - ACIG

Titular: Samuel Ramos Lima
Suplente: Leoni dos Santos Pereira

b) Associação dos Corretores de Imóveis de Garopaba - ACORIG

Titular: Ricardo Sefton
Suplente: Marsal Marroni Vargas

III - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

a) Fundação Gaia

Titular: Sandra Severo
Suplente: Dolizete Zilli

b) Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente - AMA

Titular: Fernando Bitencourt
Suplente: Fabiana Jacomel

IV - ENTIDADES COMUNITÁRIAS

a) Associação dos Moradores da Limpa - AMOLIM

Titular: Rui Carlos Marques de Barcellos
Suplente: Vanda Elizabet Zanella

b) Fórum da Agenda 21 Local - Lagoa da Ibiraquera

Titular: Maria Aparecida Ferreira
Suplente: João Batista Gonçalves

V - ÓRGÃO PÚBLICO AMBIENTAL COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO

a) APA da Baleia Franca

Titular: Maria Elizabeth Carvalho da Rocha
Suplente: Simão Marull Filho

VI - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB - SUBSCEÇÃO DE GAROPABA

Titular: José Luis Miguel Nieto - VICE PRESIDENTE
Suplente: Paulo Renato Ernandorema

VII - SECRETÁRIA EXECUTIVA: Patrícia Schott

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/01/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 041/2011

PORTARIA N.º 041, DE 10 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PERDA DE PRAZO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, por motivo de PERDA DE PRAZO, nos termos do art. n.º 19, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, a Portaria n.º 739, de 09 de novembro de 2010, referente à candidata FLAVIANE SILVEIRA FIALHO, aprovada e classificada como 0002 colocada, no Concurso Público 0001/2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de ENFERMEIRO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 042/2011

PORTARIA N.º 042, DE 10 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PERDA DE PRAZO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, por motivo de PERDA DE PRAZO, nos termos do art. n.º 19, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, a Portaria n.º 752, de 09 de novembro de 2010, referente à candidata PATRICIA INEZ ANADON ROSA, aprovada e classificada como 0021 colocada, no Concurso Público 0001/2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 043/2011

PORTARIA N.º 043, DE 10 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora

CENIR GRUNTHAL RAMOS, Matrícula Funcional n.º 0065, no período de 03/01/2011 à 18/01/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 044/2011

PORTARIA N.º 044, DE 10 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do processo de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, referente à Portaria n.º 754 de 10/11/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 045/2011

PORTARIA N.º 045, DE 13 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 602/2009 e suspensos através da Portaria n.º 603/2009, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RONYE PAES, matrícula funcional n.º 0720, a partir de 10/01/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 423/2010, do servidor Ronye Paes, Matrícula Funcional n.º 720.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 046/2011

PORTARIA N.º 046, DE 13 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANDRÉA RITA MARTINS, Matrícula Funcional n.º 3266, no período de 01/02/2011 à 02/03/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 047/2011.

PORTARIA N.º 047, DE 13 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) Servidor(a) ANTONIO CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 0104, no período de 01/02/2011 à 02/03/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 048/2011

PORTARIA N.º 048, DE 13 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do(a) servidor(a) MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Agente Administrativo, Matrícula n.º 0790, o valor de R\$ 56,33 (cinquenta e seis reais e trinta e três

centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 044/99, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Fica deduzido da gratificação percebida pelo(a) servidor(a), Marcos Alexandre de Campos, o valor citado acima, em atenção ao parágrafo 17. do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 049/2011

PORTARIA N.º 049, DE 13 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) Servidor(a) HILDEGAR JOÃO DE SENA, Matrícula Funcional n.º 0070, no período de 03/01/2011 à 14/01/2011 e 24/01/2011 à 10/02/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 050/2011

PORTARIA N.º 050, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ADELIR RODRIGUES, matrícula n.º 0011, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial,

perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 051/2011

PORTARIA N.º 051, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ADRIANE DOS SANTOS, matrícula n.º 0009, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 052/2011

PORTARIA N.º 052, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JEROBAL GUIMARÃES, matrícula n.º 0014, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 053/2011

PORTARIA N.º 053, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LEANDRO IZALDO SILVA, matrícula n.º 0924, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 054/2011

PORTARIA N.º 054, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIVONE INACIA DE ABREU, matrícula n.º 0722, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 055/2011

PORTARIA N.º 055, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MERI T. RODRIGUES HOFF, matrícula n.º 0764, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 056/2011

PORTARIA N.º 056, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NILTON CESAR RODRIGUES, matrícula n.º 0925, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Turismo e Esporte, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 057/2011

PORTARIA N.º 057, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSILENE PACHECO DE LIMA, matrícula n.º 0736, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Educação, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 058/2011

PORTARIA N.º 058, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, matrícula n.º 0797, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 059/2011

PORTARIA N.º 059, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, matrícula n.º 0428, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 060/2011

PORTARIA N.º 060, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDINEI JOSE VIEIRA, matrícula n.º 3270, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EDINEI JOSE VIEIRA, matrícula n.º 3270, fica

designada a responsabilidade técnica, pela contabilidade da Prefeitura Municipal de Garopaba, CNPJ n.º 82.836.057/0001-90.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 061/2011

PORTARIA N.º 061, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) FABIO DE SOUZA, matrícula n.º 3269, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FABIO DE SOUZA, matrícula n.º 3269, fica designada a responsabilidade técnica, pela Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, CNPJ n.º 08.543.762.0001-46.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 062/2011

PORTARIA N.º 062, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) HILDEGAR JOÃO DE SENA, matrícula n.º 0072, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor HILDEGAR JOÃO DE SENA, matrícula n.º 0072, fica designada a responsabilidade pelo SETOR DE CONVÊNIOS da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 063/2011

PORTARIA N.º 063, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LORENA BERNARDO DE ABREU, matrícula n.º 0028, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LORENA BERNARDO DE ABREU, matrícula n.º 0028, fica designada a responsabilidade pela GESTÃO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 065/2011

PORTARIA N.º 065, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES DE SOUZA, matrícula n.º 0004, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES DE SOUZA, matrícula n.º 0004, fica designada a responsabilidade pelo SETOR SINE/SC da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 066/2011

PORTARIA N.º 066, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLEIDE DE SOUZA, matrícula n.º 0740, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Educação, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividade do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 067/2011

PORTARIA N.º 067, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CENIR GRUNTHAL RAMOS, matrícula n.º 0065, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/03/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CENIR GRUNTHAL RAMOS, matrícula n.º 0065, fica designada a responsabilidade pela COORDENAÇÃO DO PROJETO CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 068/2011

PORTARIA N.º 068, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLAUDIO PEREIRA, matrícula n.º 0005, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Educação, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLAUDIO PEREIRA, matrícula n.º 0005, fica designada a responsabilidade por todo trabalho de informatização das escolas, Censo Escolar, controle e prestação de contas das

APPs, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 069/2011

PORTARIA N.º 069, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, matrícula n.º 0017, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, matrícula n.º 0740, fica designada a responsabilidade pela GESTÃO DE CONTRATOS DO SETOR DE LICITAÇÕES da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 070/2011

PORTARIA N.º 070, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,
Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, matrícula n.º 0439, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, do Gabinete do Prefeito - Assessoria Jurídica, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 071/2011

PORTARIA N.º 071, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) AILSON FERNANDO SPERBER ANTUNES, Contrato n.º 355/2010, em 13/01/2011.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 072/2011

PORTARIA N.º 072, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei

Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ANDRÉA APARECIDA MONNÉ, Contrato n.º 318/2010, em 01/02/2011.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 073/2011

PORTARIA N.º 073, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) SANDRILENE BOTZAN MARIA, Contrato n.º 256/2010, em 29/01/2011.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 075/2011

PORTARIA N.º 075, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora DIRCE ELIZA MACEDO, Merendeira, matrícula funcional n.º 0786, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 17/01/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 076/2011

PORTARIA N.º 076, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANTONIO DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/01/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 078/2011

PORTARIA N.º 078, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) BENEVAL MANOEL PONCIANO, matrícula funcional n.º 0082, referentes a 2002-2007, no período de 02/02/2011 à 02/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 079/2011

PORTARIA N.º 079, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NERI JOELSO DA SILVA, matrícula n.º 0003, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Planejamento territorial e Meio Ambiente, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) NERI JOELSO DA SILVA, matrícula n.º 0003, fica designada a responsabilidade pela COORDENAÇÃO DE VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 080/2011

PORTARIA N.º 080, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MANOEL NETO ALEXANDRINO, matrícula n.º 0006, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Planejamento territorial e Meio Ambiente, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MANOEL NETO ALEXANDRINO, matrícula n.º 0006, fica designada a responsabilidade pela COORDENAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 081/2011

PORTARIA N.º 081, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, RENATO DA SILVEIRA, CPF n.º 946.988.219-91, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR, da Secretaria Municipal de Educação, em 31/01/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 082/2011

PORTARIA N.º 082, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, RENATO DA SILVEIRA, CPF n.º 946.988.219-91, para exercer o cargo de DIRETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 083/2011

PORTARIA N.º 083, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) PATRICIA SCHOTT, matrícula n.º 3705, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 084/2011

PORTARIA N.º 084, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NEREIDA MONTEIRO, matrícula n.º 3727, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho, de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 085/2011

PORTARIA N.º 085, DE 18 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, matrícula n.º 0013, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, matrícula n.º 0013, fica designada a responsabilidade pelo SETOR DE ATENDIMENTO EMPRESARIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 086/2011

PORTARIA N.º 086, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 3270, no período de 01/02/2011 à 02/03/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 087/2011

PORTARIA N.º 087, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora JANAINA DE PAULAS, Matrícula Funcional n.º 3229, no período de 01/02/2011 à 02/03/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 088/2011

PORTARIA N.º 088, DE 20 DE JANEIRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARLETE SOUZA SILVA, matrícula n.º 0727, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 04/01/2011.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARLETE SOUZA SILVA, matrícula n.º 0727, fica designada a responsabilidade pelo SETOR DE VACINAÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/01/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Aviso de Extrato de Termo Aditivo Nº 03/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Processo nº. 07/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigera até 31/12/2011; Data da Assinatura: 03/01/2011.

Errata de Dispensa de Licitação Nº 03/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Errata nº. 01 ao Aviso de Dispensa de Licitação nº. 03/2011

No Aviso de Dispensa de Licitação nº. 03/2011, Processo nº. 08/2011; publicado no DOM dia 14/01/2011, onde se lê:

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 08/2011; DL nº. 03/2011; Contratada: Ação Social São Joaquim de Garopaba; Objeto: Locação de imóvel, situado na Praça 21 de abril, Centro, Garopaba/SC, para utilização da escola de educação fundamental, deste município; Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais); Data da contratação: 07/01/2011.

Leia-se:

Processo nº. 08/2011; DL nº. 03/2011; Contratada: Ação Social São Joaquim de Garopaba; Objeto: Locação de um Salão Paroquial da Igreja Senhor Bom Jesus na Localidade de Macacú, para funcionamento das atividades do Pré-escolar e as series iniciais do ensino fundamental, da Secretaria de Educação, deste município; Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais); Data da contratação: 07/01/2011.

Aviso de Extrato de Contrato Nº 01/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 01/2011; Processo nº 03/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Betha Sistemas Ltda.; Objeto: Locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas de Contabilidade e Folha de pagamento para o Instituto de Previdência Social, Tributos Web, Contabilidade, Tesouraria, Tributação, Compras, Licitações, Folha de pagamento, Patrimônio, Ponto eletrônico, Protocolo, Protocolo Web, Frotas e Educação para Secretaria e 17 escolas para Prefeitura Municipal, Contabilidade para Fundação Cultural e Compras e Folha de Pagamento e Tesouraria para o Fundo Municipal de Saúde, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, em virtude do cancelamento do processo licitatório - edital de concorrência nº.12/2009, e abertura de um novo processo; Valor: R\$ 21.021,84; Data da Assinatura: 06/01/2011.

Aviso de Extrato de Contrato Nº 02/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 02/2011; Processo nº 135/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; Objeto: Execução de obra de reforma do mercado do produtor, localizado na Rua Teonaz Israel, s/n, Centro, com o fornecimento de materiais e mão de obra, neste município; Valor: R\$ 24.520,00; Data da Assinatura: 07/01/2011.

Aviso de Extrato de Contrato Nº 03/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 03/2011; Processo nº 07/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Associação Educacional a Serviço da Vida - ASESV; Objeto: Locação da parte térrea do prédio, situado na Rua São Miguel, nº. 598, Centro, Garopaba, Santa Catarina, com quatro salas, escritório, hall de entrada, refeitório, cozinha, três banheiros e área de circulação, acrescida da área do parque recreativo, para uso do poder público municipal; Valor: R\$ 21.600,00; Data da Assinatura: 07/01/2011.

Aviso de Extrato de Contrato Nº 04/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 04/2011; Processo nº 08/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Ação Social São Joaquim de Garopaba; Objeto: Locação de um Salão Paroquial da Igreja Senhor Bom Jesus na Localidade de Macacú, para funcionamento das atividades do Pré-escolar e as series iniciais do ensino fundamental, da Secretaria de Educação, deste Município; Valor: R\$ 9.000,00; Data da Assinatura: 07/01/2011.

Aviso de Extrato de Contrato Nº 05/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 05/2011; Processo nº 10/2011; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Pousada Basfak Praia Ltda. - ME; Objeto: Locação de Imóvel Comercial situado na Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 30, Centro, para funcionamento da Secretaria de Saúde, deste Município; Valor: R\$ 24.526,68; Data da Assinatura: 11/01/2011.

Aviso de Extrato de Contrato Nº 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 06/2011; Processo nº 141/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; Objeto: Execução de drenagem do 3º trecho da Rua Pedro Miguel Linhares no bairro A. Palhocinha, com o fornecimento de materiais e mão de obra, neste município; Valor: R\$ 24.906,74; Data da Assinatura: 14/01/2011.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 01/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 01/2011; Processo nº. 02/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Mecânica e Acessórios Auto Arroio Ltda. - ME; Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde; Valor: 267.000,00; Data da Assinatura: 21/01/2011.

CÂMARA DE VEREADORES

Contrato Nº 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTRATO Nº 05/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA

MUNICIPAL DE GAROPABA E EMPRESA RONALDO DA ROSA PIRES

- ME (CIA RET CAR)

Aos vinte um dias do mês de janeiro de 2011 (dois mil e onze), nesta cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, compareceram as partes entre si juntas e contratadas, a saber: de um lado o MUNICÍPIO DE GAROPABA - CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina, na Rua Professor Antônio José Botelho, 113 - Centro - Garopaba/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 80.987.423/0001-86, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente, Sr. Paulo Sérgio de Araújo, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 5/R 1.901.492, CPF sob o nº 675.070.429-87, residente e domiciliado na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, nº 1072, bairro Pinguirito, cidade de Garopaba/SC, daqui por diante denominado simplesmente "Contratante", e de outro lado a Empresa Ronaldo da Rosa Pires - ME (CIA RET CAR), com sede na cidade de Garopaba, Bairro Campo Duna, Estrada Geral do Ouvidor, nº 55, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.282.824/0001-18, neste ato legalmente representada pelo Sr. Ronaldo da Rosa Pires, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 3.541.301, CPF nº 023.842.249-64, residente e domiciliado na Estrada Geral do Ouvidor, Bairro Campo Duna, município de Garopaba/SC, doravante denominado simplesmente "Contratado", na presença das testemunhas no final assinadas, pelas partes contratantes, ficou acertado e ajustado o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1º) OBJETO - A "Contratante", tendo em vista o resultado do Processo Licitatório nº 03/2011, através de seu Edital, Modalidade Convite nº. 02/2011 de 12 de janeiro de 2011, contrata a "Contratada" para o seguinte objeto:

Locação de dois Veículos, tipo passeio, sendo um com ano mínimo de fabricação 2009, modelo 2010, e outro com ano mínimo de fabricação 2010, modelo 2011, ambos com seguro total do veículo e contra terceiros, quilometragem livre, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, quatro portas laterais, a gasolina, motor 1.6 de potência com 101 CV, compartimento de carga 330 litros.

Cláusula 2º) DOS PREÇOS - Para a execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará a "Contratada", a importância global de R\$ 52.133,34 (cinquenta e dois mil cento e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), que deverá ser pago em parcelas mensais de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), imediatamente após o término do mês.

Cláusula 3º) DOS PRAZOS - A partir da data da assinatura até 31

de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, mediante acordo entre as partes, de acordo com o inciso II, do artigo 57, da Lei Nº 8.666/93.

Cláusula 4º) DA RESCISÃO - Para a rescisão do presente contrato, aplica-se as disposições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que em qualquer das hipóteses a parte interessada deverá notificar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 5º) DAS DESPESAS - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob nº: 01.01.2.00 1.3.3.90.00.00.00.00.00 (2) - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Cláusula 6º) DA FRANQUIA DO SEGURO E MULTAS - Em caso de avarias e sinistro, fica a contratante responsável a pagar franquia de acordo com seguro dos veículos locados. As multas serão de total responsabilidade do condutor do veículo locado.

Cláusulas 7º) DA MANUTENÇÃO - Fica a contratada responsável por realizar todas manutenções necessárias para o bom desempenho e funcionamento dos veículos.

Cláusula 8º) DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Garopaba, com exclusão de outro qualquer, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato, que não forem resolvidas administrativamente ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

Cláusula 9º) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, as demais cláusulas e condições da proposta da "Contratada" que se encontram acostadas ao presente procedimento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas adiante indicadas.

Garopaba, 21 de janeiro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de Garopaba

Contratante

RONALDO DA ROSA PIRES

CIA RET CAR

Contratada

Testemunhas: _____

1ª Testemunha

Nome: Rogério Linhares

CPF: 950.635.369-72

2ª Testemunha

Nome: Lovenir Luiz

CPF: 034.468.469-56

Contrato Nº. 004/2011

CONTRATO Nº. 004/2011

CONTRATO EMERGÊNCIAL PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Professor Antonio Jose Botelho, nº113, inscrito no CGC/MF sob nº 80.987.423/0001-86., neste ato

representado pelo Presidente, Sr. Paulo Sergio de Araújo, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade Nº 5/R 1.901.492, CPF sob Nº 675.070.429-87, residente e domiciliado na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, nº 1072, bairro Pinguirito, cidade de Garopaba/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, com sede à Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma-SC, representada por seu Advogado regularmente inscrito nas fileiras da OAB/SC sob o nº 24.757 Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista a solicitação da Secretaria de Administração, mediante requisição nº 01 e parecer nº 01/2010 da Assessoria Jurídica Municipal, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem celebrar entre si o presente termo de contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO.

1.0 Constitui objeto do presente contrato a locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas de Contabilidade Pública, Folha e Pagamento e Compras e Licitações bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, devido a não conclusão do edital de concorrência nº. 12/2009 no Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E PAGAMENTO

2.1 O valor total deste contrato é de R\$ 1.963,44 (hum mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 327,24 (trezentos e vinte sete reais e vinte quatro centavos) o preço mensal da locação dos sistemas, a serem pagos até o 1º dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação de nota fiscal.

2.2 O preço para serviços técnicos é de R\$ 60,00 (sessenta reais) a hora, acrescido de deslocamento no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) o quilômetro rodado, contados a partir de Florianópolis e R\$ 100,00 (cem reais) a estadia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

2.3 O pagamento pelos serviços técnicos será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DAS PARTES

3.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado;
- Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.

3.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Prestar a execução do contrato na forma ajustada;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.0 O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 1º de janeiro de 2011.

CLÁUSULA QUINTA - RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

5.0 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.0 As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/atividade: 1002- Despesas Gerais

Elemento de despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0080

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2 O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o, prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.0 A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA NONA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

9.0 A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS OMISSOS

10.0 Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL.

11.0 Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.0 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Garopaba, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem ajustados, assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmada.

Garopaba, 21 de janeiro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente da Câmara

CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR
Betha Sistemas Ltda.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº. 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
GOVERNADOR CELSO RAMOS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2011.

Objeto: Aquisição de condicionadores de ar tipo split, instalados, conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 03 de fevereiro de 2011, às 15:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 21 de janeiro de 2011.
MANOEL MARCELO DA CUNHA.
Prefeito Municipal em exercício.

Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº. 005/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2011

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública de Ensino do Município para o primeiro semestre, conforme edital e anexos de I à VII. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 04 de fevereiro de 2011 às 14:00 horas. Local para obtenção do Edital: Setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01 Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 21 de janeiro de 2011.
MANOEL MARCELO DA CUNHA
Prefeito Municipal em exercício.

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 080/2011

PORTARIA Nº 080/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 21 de janeiro de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, ao Servidor RODRIGO FRANCISCO DA SILVA (Matr. 3093), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Janeiro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2011
PREGÃO PRESENCIAL No 001/2011

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado até completar 12 meses. Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de combustível para utilização nos veículos, máquinas e caminhões da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval d'Oeste, durante o exercício de 2011, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Posto Estrela Ltda, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, em decorrência do processo licitatório nº004/2011, modalidade Pregão Presencial nº 001/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
01	Óleo diesel comum	Litro	300.000	2,09	627.000,00
02	Gasolina Comum	Litro	50.000	2,84	142.000,00
	TOTAL				769.000,00

Herval d'Oeste, 19 de Janeiro de 2011 .
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Contratante

MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETTA
Sócio Administrador

CPF: 509.673.719-53
Contratada

Testemunhas:
GILBERTO JOSÉ DURIGON
CPF: 737.459.529-87

DAIANE LORINI
CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 009/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 009, de 21 de janeiro de 2011.
Dispõe sobre a demissão de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida em 07/06/2010, contrato nº 5480, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Luciana Ferreira de Paula	Psicóloga	275.631.098-03	20/01/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de janeiro de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Retificação Portaria PMI N° 156.2010

ERRATA
Estado de Santa Catarina
Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria PMI/SEAGP nº 156/2010, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição nº 647, de dezembro/2010, p.182,retifica-se a referida Portaria para a seguinte redação.

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 156, de 30 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições

legais que lhe confere a legislação em vigor, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.117/2001, de 28 de fevereiro de 2001, com redação alterada pela Lei nº 3.840, de 29 de dezembro de 2010, e;

Considerando o pleito inserido no Ofício Circular nº 074/2010, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que comporão o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, conforme segue:

- Um representante do Poder Executivo:
Titular: Ana Jandira Nascimento Gonçalves
Suplente: Vera Lucia Silveira
- Dois representantes dos Professores:
Titular: Zenaide Ovídio Lúcio
Suplente: Rosane de Oliveira Fernandes
Titular: Margarete M.S. Silvério
Suplente: Sonia R. Alves Pires
- Dois representantes dos Pais e Alunos:
Titular: Wellington Furtunato
Suplente: Andréia Mello
Titular: Paulo Sérgio E. Bento
Suplente: Gisele de Souza Carvalho
- Dois representantes de outro segmento da sociedade:
Titular: Josiane Natália Pacheco dos Santos
Suplente: Maria Dagmar Nunes
Titular: Rafael da Rosa Pires
Suplente: Maria Luiza Ribeiro Petrassem

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba , 30 de dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 10/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 12/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2011, licitação na modalidade de Registro de Preço para Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de aparelho de condicionador de ar split. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de janeiro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 11/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 13/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo maior desconto, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção mecânicos, elétricos, chapação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios (extintores, cinto em todos os assentos, macaco, chaves, triângulo de sinalização), exceto bateria nos veículos da Seinfra, Sedetur, Sedesth, Administração, Gabinete, Sedurb, SDR Sul e SDR Norte. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de janeiro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 12/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 14/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2011, licitação na modalidade de Registro de Preço para Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de peças para manutenção, atualização e ampliação do processo de informatização das Secretarias Municipais. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de janeiro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 13/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 15/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de mapas e livros didáticos de apoio pedagógico, aos alunos e professores da Rede Municipal. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de janeiro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 14/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 16/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 08 de fevereiro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de material pedagógico, didáticos de educação física e expediente para alunos e professores da Rede Municipal.. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de janeiro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

CÂMARA DE VEREADORES

Extrato Contra CMI nº 005/2011

Extrato do Contrato nº 004/2011 (CMI)

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Empresa Vivo S.A.
Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviço móvel pessoal.
Fundamento: Pregão Presencial nº 005/2009
Valor do contrato: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).
Vigência: 21/01/2011
Validade: 21/01/2012

Imbituba, 21 de janeiro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente CMI

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo da LRF 6º Bim 2010 RREO

[+ CPL]-----{ 001 }+
 Município de IOMERÊ
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO
 CONSOLIDADO
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.596.231,63	9.596.231,63	2.443.798,04	25,470	10.824.890,36	112,800	-1.228.658,73
RECEITAS CORRENTES	7.941.231,63	7.941.231,63	1.882.675,48	23,710	9.157.521,44	115,320	-1.216.289,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	286.353,40	286.353,40	47.697,89	16,660	282.801,79	98,760	3.551,61
IMPOSTOS	227.822,26	227.822,26	45.525,36	19,980	248.079,17	108,890	-20.256,91
TAXAS	30.397,98	30.397,98	2.172,53	7,150	34.595,60	113,810	-4.197,62
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	28.133,16	28.133,16	0,00	0,000	127,02	0,450	28.006,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	9.458,11	23,650	51.359,98	128,400	-11.359,98
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	40.000,00	40.000,00	9.458,11	23,650	51.359,98	128,400	-11.359,98
RECEITA PATRIMONIAL	62.256,99	62.256,99	20.777,89	33,370	84.762,37	136,150	-22.505,38
REC.IMOBILIÁRIAS PROV.DA UTILIZAÇÃO,POR TERCEIROS,DE BENS IM	11.692,37	11.692,37	1.560,00	13,340	10.252,30	87,680	1.440,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.564,62	50.564,62	19.217,89	38,010	74.510,07	147,360	-23.945,45
RECEITA DE SERVIÇOS	33.474,87	33.474,87	21.742,19	64,950	106.555,01	318,310	-73.080,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.486.124,96	7.486.124,96	1.778.554,88	23,760	8.572.215,70	114,510	-1.086.090,74
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.426.124,96	7.426.124,96	1.745.686,94	23,510	8.477.355,54	114,160	-1.051.230,58
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	60.000,00	32.867,94	54,780	94.860,16	158,100	-34.860,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.021,41	33.021,41	4.444,52	13,460	59.826,59	181,180	-26.805,18
MULTAS E JUROS DE MORA	18.075,41	18.075,41	2.251,26	12,450	19.176,58	106,090	-1.101,17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.236,00	4.236,00	804,60	18,990	8.609,72	203,250	-4.373,72
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.551,00	9.551,00	1.310,33	13,720	14.826,49	155,230	-5.275,49
RECEITAS DIVERSAS	1.159,00	1.159,00	78,33	6,760	17.213,80	1485,230	-16.054,80
RECEITAS DE CAPITAL	1.655.000,00	1.655.000,00	561.122,56	33,900	1.667.368,92	100,750	-12.368,92
ALIENAÇÃO DE BENS	27.500,00	27.500,00	0,00	0,000	73.500,00	267,270	-46.000,00
Alienação de Bens Móveis	27.500,00	27.500,00	0,00	0,000	73.500,00	267,270	-46.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.627.500,00	1.627.500,00	561.122,56	34,480	1.593.868,92	97,930	33.631,08
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.627.500,00	1.627.500,00	561.122,56	34,480	1.593.868,92	97,930	33.631,08
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.596.231,63	9.596.231,63	2.443.798,04	100,000	10.824.890,36	100,000	-1.228.658,73
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	9.596.231,63	9.596.231,63	2.443.798,04	100,000	10.824.890,36	100,000	-1.228.658,73
DÉFICIT (VI)						0,00	
TOTAL (VII)=(V+VI)	9.596.231,63	9.596.231,63	2.443.798,04		10.824.890,36		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	356.224,76	-	-
UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	-	0,00	-	-	356.224,76	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	356.224,76	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar (f-(g+h))
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS (h)	((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	9.596.231,63	2.803.652,79	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	8.015,00	83,89	2.005.472,46
DESPESAS CORRENTES	7.014.770,05	1.800.073,31	8.814.843,36	722.468,13	8.426.788,93	1.616.584,21	8.418.773,93	8.015,00	95,60	396.069,43
Pessoal e Encargos Sociais	2.756.172,64	1.093.801,07	3.849.973,71	453.854,64	3.837.083,09	881.940,63	3.837.083,09	0,00	99,67	12.890,62
Juros/Encargos da Dívida	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas Correntes	4.257.597,41	707.272,24	4.964.869,65	268.613,49	4.589.705,84	734.643,58	4.581.690,84	8.015,00	92,44	383.178,81
DESPESAS DE CAPITAL	2.531.461,58	1.035.679,48	3.567.141,06	1.196.190,95	1.975.638,03	1.197.051,10	1.975.638,03	0,00	55,38	1.591.503,03
Investimentos	2.530.461,58	1.036.679,48	3.567.141,06	1.196.190,95	1.975.638,03	1.197.051,10	1.975.638,03	0,00	55,38	1.591.503,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-32.100,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	9.596.231,63	2.803.652,79	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	8.015,00	83,89	2.005.472,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	9.596.231,63	2.803.652,79	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	8.015,00	83,89	2.005.472,46
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	430.478,40	430.478,40	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	9.596.231,63	2.803.652,79	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.824.890,36	8.015,00	83,89	2.005.472,46

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar (f-(g+h))
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS (h)	((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho BaldisseraContadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari PazinResponsável pelo Controle Interno
Edvans PasqualSec. Adm. e Finanças
VALCIR APONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.596.231,63	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	100,00	83,83	2.005.472,46
01	LEGISLATIVA	479.811,58	330.000,00	27.623,72	265.942,86	52.707,99	265.942,86	2,56	80,59	64.057,14
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	479.811,58	330.000,00	27.623,72	265.942,86	52.707,99	265.942,86	2,56	80,59	64.057,14
	Subtotal	479.811,58	330.000,00	27.623,72	265.942,86	52.707,99	265.942,86	2,56	80,59	64.057,14
04	ADMINISTRAÇÃO	1.170.750,00	2.616.258,00	1.324.328,97	2.601.396,06	1.454.731,23	2.600.826,06	25,02	99,41	15.431,94
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	910.000,00	1.118.605,24	110.494,50	1.104.848,30	222.640,43	1.104.278,30	10,62	98,72	14.326,94
04.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	260.750,00	1.497.652,76	1.213.834,47	1.496.547,76	1.232.090,80	1.496.547,76	14,40	99,93	1.105,00
	Subtotal	1.650.561,58	2.946.258,00	1.351.952,69	2.867.338,92	1.507.439,22	2.866.768,92	27,58	97,30	79.489,08
06	SEGURANÇA PÚBLICA	28.000,00	26.500,00	1.911,00	19.319,47	4.454,19	19.319,47	0,19	72,90	7.180,53
06.181	POLICIAMENTO	28.000,00	26.500,00	1.911,00	19.319,47	4.454,19	19.319,47	0,19	72,90	7.180,53
	Subtotal	1.678.561,58	2.972.758,00	1.353.863,69	2.886.658,39	1.511.893,41	2.886.088,39	27,77	97,08	86.669,61
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	72.334,04	94.241,38	10.404,21	69.425,92	17.436,41	69.425,92	0,67	73,67	24.815,46
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	39.334,04	45.340,95	5.837,41	23.463,55	8.427,01	23.463,55	0,23	51,75	21.877,40
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	25.000,00	25.000,00	525,95	22.317,79	3.532,19	22.317,79	0,21	89,27	2.682,21
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	8.000,00	23.900,43	4.040,85	23.644,58	5.477,21	23.644,58	0,23	98,93	255,85
	Subtotal	1.750.895,62	3.066.999,38	1.364.267,90	2.956.084,31	1.529.329,82	2.955.514,31	28,43	96,36	111.485,07
10	SAÚDE	1.695.768,82	2.348.740,53	178.434,06	2.272.677,20	413.494,36	2.272.107,20	21,86	96,74	76.633,33
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.067.368,82	1.727.840,95	132.652,92	1.680.414,96	300.374,91	1.679.844,96	16,16	97,22	47.995,99
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	605.000,00	601.499,58	43.470,14	578.775,24	110.808,45	578.775,24	5,57	96,22	22.724,34
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.200,00	8.200,00	0,00	4.266,00	0,00	4.266,00	0,04	52,02	3.934,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	15.200,00	11.200,00	2.311,00	9.221,00	2.311,00	9.221,00	0,09	82,33	1.979,00
	Subtotal	3.446.664,44	5.415.739,91	1.542.701,96	5.228.761,51	1.942.824,18	5.227.621,51	50,29	96,53	188.118,40
12	EDUCAÇÃO	3.145.051,93	3.386.228,77	282.211,77	2.191.053,17	488.762,75	2.191.053,17	21,08	64,70	1.195.175,60
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	105.000,00	70.000,00	-8.942,23	36.820,13	9.340,42	36.820,13	0,35	52,60	33.179,87
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.769.051,93	2.234.537,77	260.936,54	1.829.934,97	408.733,73	1.829.934,97	17,61	81,89	404.602,80
12.362	ENSINO MÉDIO	318.000,00	326.191,00	28.879,32	300.752,20	62.545,32	300.752,20	2,89	92,20	25.438,80
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	750.000,00	550.000,00	1.338,14	18.045,87	6.493,28	18.045,87	0,17	3,28	531.954,13
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	203.000,00	205.500,00	0,00	5.500,00	1.650,00	5.500,00	0,05	2,68	200.000,00
	Subtotal	6.591.716,37	8.801.968,68	1.824.913,73	7.419.814,68	2.431.586,93	7.418.674,68	71,37	84,28	1.383.294,00
13	CULTURA	291.000,00	374.089,67	14.349,23	121.807,85	28.970,52	121.807,85	1,17	32,56	252.281,82
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	291.000,00	374.089,67	14.349,23	121.807,85	28.970,52	121.807,85	1,17	32,56	252.281,82
	Subtotal	6.882.716,37	9.176.058,35	1.839.262,96	7.541.622,53	2.460.557,45	7.540.482,53	72,54	82,18	1.635.575,82
15	URBANISMO	468.062,81	720.981,96	2.323,42	684.826,90	115.497,66	677.951,90	6,52	94,03	43.030,06
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	468.062,81	720.981,96	2.323,42	684.826,90	115.497,66	677.951,90	6,52	94,03	43.030,06
	Subtotal	7.350.779,18	9.897.040,31	1.841.586,38	8.226.449,43	2.576.055,11	8.218.434,43	79,07	83,04	1.678.605,88
17	SANEAMENTO	141.000,00	111.000,00	0,00	110.916,00	27.729,00	110.916,00	1,07	99,92	84,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	141.000,00	111.000,00	0,00	110.916,00	27.729,00	110.916,00	1,07	99,92	84,00
	Subtotal	7.491.779,18	10.008.040,31	1.841.586,38	8.337.365,43	2.603.784,11	8.329.350,43	80,13	83,23	1.678.689,88
20	AGRICULTURA	677.389,64	994.378,81	53.345,66	864.393,07	122.917,00	864.393,07	8,32	86,93	129.985,74
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	38.000,00	67.905,00	1.136,80	65.397,95	2.091,00	65.397,95	0,63	96,31	2.507,05
20.606	EXTENÇÃO RURAL	639.389,64	926.473,81	52.208,86	798.995,12	120.826,00	798.995,12	7,69	86,24	127.478,69
	Subtotal	8.169.168,82	11.002.419,12	1.894.932,04	9.201.758,50	2.726.701,11	9.193.743,50	88,45	83,56	1.808.675,62
22	INDÚSTRIA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	8.239.168,82	11.002.419,12	1.894.932,04	9.201.758,50	2.726.701,11	9.193.743,50	88,45	83,56	1.808.675,62
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	102.500,00	118.700,00	0,00	18.641,84	0,00	18.641,84	0,18	15,71	100.058,16
23.695	TURISMO	102.500,00	118.700,00	0,00	18.641,84	0,00	18.641,84	0,18	15,71	100.058,16
	Subtotal	8.341.668,82	11.121.119,12	1.894.932,04	9.220.400,34	2.726.701,11	9.212.385,34	88,63	82,84	1.908.733,78
24	COMUNICAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	8.351.668,82	11.121.119,12	1.894.932,04	9.220.400,34	2.726.701,11	9.212.385,34	88,63	82,84	1.908.733,78
25	ENERGIA	106.000,00	149.459,98	-1.851,91	145.989,82	22.250,18	145.989,82	1,40	97,68	3.470,16
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	106.000,00	149.459,98	-1.851,91	145.989,82	22.250,18	145.989,82	1,40	97,68	3.470,16
	Subtotal	8.457.668,82	11.270.579,10	1.893.080,13	9.366.390,16	2.748.951,29	9.358.375,16	90,03	83,03	1.912.203,94
26	TRANSPORTE	787.562,81	757.293,55	24.797,18	694.277,74	54.328,34	694.277,74	6,68	91,68	63.015,81
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	787.562,81	757.293,55	24.797,18	694.277,74	54.328,34	694.277,74	6,68	91,68	63.015,81
	Subtotal	9.245.231,63	12.027.872,65	1.917.877,31	10.060.667,90	2.803.279,63	10.052.652,90	96,71	83,58	1.975.219,75
27	DESPORTO E LAZER	301.000,00	354.111,77	781,77	341.759,06	10.355,68	341.759,06	3,29	96,51	12.352,71
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	100.000,00	127.111,77	781,77	115.186,84	10.355,68	115.186,84	1,11	90,62	11.924,93
27.813	LAZER	201.000,00	227.000,00	0,00	226.572,22	0,00	226.572,22	2,18	99,81	427,78
	Subtotal	9.546.231,63	12.381.984,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	100,00	83,95	1.987.572,46
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
	Subtotal	9.596.231,63	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	100,00	83,83	2.005.472,46
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	9.596.231,63	12.399.884,42	1.918.659,08	10.402.426,96	2.813.635,31	10.394.411,96	100,00	83,83	2.005.472,46

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010                            |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	01/2010	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010	06/2010	07/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	833.014,69	794.588,63	837.611,25	885.967,04	970.797,59	867.889,40	812.796,99
Receita Tributária	15.655,47	10.694,41	13.148,15	28.347,75	72.653,97	18.152,43	15.796,54
IPTU	0,00	0,00	0,00	2.609,52	41.463,49	658,23	780,54
ISS	4.057,34	1.283,41	3.966,19	8.924,33	4.574,70	3.653,95	5.110,01
ITBI	1.300,00	600,00	200,00	1.228,80	689,62	3.712,38	373,52
IRRF	9.692,18	7.912,47	7.747,57	9.087,82	9.184,14	8.942,10	8.770,40
Outras	605,95	898,53	1.234,39	6.497,28	16.742,02	1.185,77	762,07
Receita de Contribuições	4.992,69	0,00	7.610,50	4.545,38	4.189,90	3.854,26	4.145,05
Receita Patrimonial	5.067,62	5.880,93	7.074,50	5.741,97	7.683,82	8.048,84	7.527,81
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.850,18	5.010,23	4.873,06	31.841,29	2.796,20	3.406,99	2.139,64
Transferências Correntes	789.987,24	761.448,42	796.750,39	814.232,30	881.527,50	824.514,35	775.120,26
Cota-Parte do FPM	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	248.721,31
Cota-Parte do ICMS	352.612,41	297.943,90	368.017,63	361.334,86	337.721,73	350.731,89	355.655,43
Cota-Parte do IPVA	16.120,44	25.221,62	27.769,34	22.377,10	27.545,39	29.173,62	28.027,03
Cota-Parte do ITR	27,76	52,97	56,09	0,00	7,57	25,92	0,00
Transf.da LC 87/1996	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17
Transferência do FUNDEB	41.655,06	36.965,46	40.894,01	43.333,26	42.637,02	42.557,71	40.706,64
Outras Transferências	85.932,91	43.270,49	93.472,77	68.295,79	81.537,44	61.441,47	99.666,68
Demais Receitas Correntes	6.461,49	11.554,64	8.154,65	1.258,35	1.946,20	9.912,53	8.067,69
II-DEDUÇÕES	133.924,58	137.647,84	133.760,64	141.874,84	152.804,86	145.662,09	128.609,30
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	133.924,58	137.647,84	133.760,64	141.874,84	152.804,86	145.662,09	128.609,30
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	699.090,11	656.940,79	703.850,61	744.092,20	817.992,73	722.227,31	684.187,69

+=[CPL]=-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	08/2010	09/2010	10/2010	11/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	892.856,52	846.978,51	941.704,67	960.569,29	1.259.437,10	10.904.211,68	9.520.418,43
Receita Tributária	22.534,28	22.387,54	15.733,36	19.954,17	27.743,72	282.801,79	286.353,40
IPTU	2.855,98	3.438,26	82,93	2.726,48	959,54	55.574,97	66.720,05
ISS	6.512,29	8.697,29	5.683,62	4.980,85	9.585,71	67.029,69	67.935,66
ITBI	1.499,00	2.044,00	264,00	1.976,00	1.260,00	15.147,32	16.414,51
IRRF	9.896,91	5.930,27	9.126,55	8.680,93	15.355,85	110.327,19	76.752,04
Outras	1.770,10	2.277,72	576,26	1.589,91	582,62	34.722,62	58.531,14
Receita de Contribuições	4.130,84	4.072,07	4.361,18	4.876,96	4.581,15	51.359,98	40.000,00
Receita Patrimonial	4.931,35	6.312,69	5.714,95	9.825,94	10.951,95	84.762,37	62.256,99
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.972,02	2.603,76	8.319,45	6.823,26	14.918,93	106.555,01	33.474,87
Transferências Correntes	845.224,31	809.255,73	904.959,65	916.961,70	1.198.924,09	10.318.905,94	9.065.311,76
Cota-Parte do FPM	333.336,20	278.258,05	299.541,54	359.079,75	624.138,45	4.098.742,85	4.219.171,73
Cota-Parte do ICMS	365.173,94	383.977,45	412.701,00	400.895,49	429.235,81	4.416.001,54	3.348.967,12
Cota-Parte do IPVA	18.693,89	22.116,70	27.455,62	12.494,02	8.282,27	265.277,04	193.886,31
Cota-Parte do ITR	0,00	166,33	2.558,45	0,00	68,33	2.963,42	2.912,25
Transf.da LC 87/1996	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	28.118,04	28.810,85
Transferência do FUNDEB	43.238,31	43.518,23	46.065,78	46.382,48	50.658,40	518.612,36	450.000,00
Outras Transferências	82.438,80	78.875,80	114.294,09	95.766,79	84.197,66	989.190,69	821.563,50
Demais Receitas Correntes	3.063,72	2.346,72	2.616,08	2.127,26	2.317,26	59.826,59	33.021,41
II-DEDUÇÕES	145.515,44	138.973,48	150.586,26	156.737,61	180.593,30	1.746.690,24	1.579.186,80
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	145.515,44	138.973,48	150.586,26	156.737,61	180.593,30	1.746.690,24	1.579.186,80
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	747.341,08	708.005,03	791.118,41	803.831,68	1.078.843,80	9.157.521,44	7.941.231,63

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(11/2010)	Exercício Anterior(2009)	Exercício Atual(2010)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciárias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.025.051,22	1.615.746,38	1.244.733,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.025.051,22	1.863.266,24	1.244.733,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	-247.519,86	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.025.051,22	-1.615.746,38	-1.244.733,17
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.025.051,22	-1.615.746,38	-1.244.733,17

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	371.013,21	-219.681,95

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-391.861,06

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	7.890.667,01	1.863.457,59	9.083.011,37	7.747.538,99
Receita Tributária	286.353,40	47.697,89	282.801,79	236.366,97
IPTU	66.720,05	3.686,02	55.574,97	53.770,86
ISS	67.935,66	14.566,56	67.029,69	57.938,06
IRRF	76.752,04	24.036,78	110.327,19	74.166,23
ITBI	16.414,51	3.236,00	15.147,32	14.551,95
Outras	58.531,14	2.172,53	34.722,62	35.939,87
Receita de Contribuição	40.000,00	9.458,11	51.359,98	45.124,75
Outras Contribuições	40.000,00	9.458,11	51.359,98	45.124,75
Receita Patrimonial Líquida	11.692,37	1.560,00	10.252,30	10.015,78
Receita Patrimonial	62.256,99	20.777,89	84.762,37	68.999,80
(-) Aplicações Financeiras	50.564,62	19.217,89	74.510,07	58.984,02
Transferências Correntes	7.486.124,96	1.778.554,88	8.572.215,70	7.362.882,71
FPM	3.375.337,38	820.881,86	3.313.301,87	3.238.346,85
ICMS	2.679.173,69	664.105,20	3.532.802,26	2.676.427,04
Outras Transferências	1.431.613,89	293.567,82	1.726.111,57	1.448.108,82
Demais Receitas Correntes	66.496,28	26.186,71	166.381,60	93.148,78
Dívida Ativa	9.551,00	1.310,33	14.826,49	8.898,60
Diversas Receitas Correntes	56.945,28	24.876,38	151.555,11	84.250,18
Receitas de Capital (II)	1.655.000,00	561.122,56	1.667.368,92	269.100,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	27.500,00	0,00	73.500,00	171.600,00
Transferências de Capital	1.627.500,00	561.122,56	1.593.868,92	97.500,00
Outras Transferências de Capital	1.627.500,00	561.122,56	1.593.868,92	97.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primárias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.627.500,00	561.122,56	1.593.868,92	97.500,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	9.518.167,01	2.424.580,15	10.676.880,29	7.845.038,99

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	8.814.843,36	1.616.584,21	8.418.773,93	7.272.770,09
Pessoal e Encargos Sociais	3.841.450,59	880.282,43	3.828.564,24	3.326.844,46
Outras Despesas Correntes	4.973.392,77	736.301,78	4.590.209,69	3.945.925,63
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primárias Correntes X=VIII-IX	8.814.843,36	1.616.584,21	8.418.773,93	7.272.770,09
Despesas de Capital (XI)	3.567.141,06	1.197.051,10	1.975.638,03	538.667,72
Investimentos	3.567.141,06	1.197.051,10	1.975.638,03	538.667,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.567.141,06	1.197.051,10	1.975.638,03	538.667,72
Reserva de Conting. (XVI)	17.900,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	12.399.884,42	2.813.635,31	10.394.411,96	7.811.437,81
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.881.717,41	-389.055,16	282.468,33	33.601,18
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			356.224,76	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-76.064,62

+=[CPL]=-----{ 002 }+
| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.981,14	1.080,80	210.900,34		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.981,14	1.080,80	210.900,34		0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2009				de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	235.563,51	235.563,51	46.614,63	256.453,72	108,87
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	74.182,69	74.182,69	4.775,29	63.941,00	86,19
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	66.720,05	66.720,05	3.686,02	55.574,97	83,30
1.1.2- Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.Pred	1.713,81	1.713,81	304,96	907,86	52,97
1.1.3- Rec.da Div.At.do Imp.sob.a Propr.Predial	4.509,48	4.509,48	486,39	4.436,82	98,39
1.1.4- Mul.e Jur.de Mora da Div.At.do Imp.sob.a	1.239,35	1.239,35	297,92	3.021,35	243,79
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	16.414,51	16.414,51	3.236,00	15.147,32	92,28
1.2.1- Imp.sob.Trans."Int.Viv." de Bens imóv.e d	16.414,51	16.414,51	3.236,00	15.147,32	92,28
1.2.2- Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Trans.Int.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do - ISS	68.214,27	68.214,27	14.566,56	67.038,21	98,28
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	67.935,66	67.935,66	14.566,56	67.029,69	98,67
1.3.2- Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.Serv.de Qual	119,76	119,76	0,00	8,52	7,11
1.3.4- Mul.e Jur.de Mora da Div.At.do Imp.sob.Se	158,85	158,85	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	76.752,04	76.752,04	24.036,78	110.327,19	143,74
1.4.1- Imposto sobre a Renda e Proventos de Qual	76.752,04	76.752,04	24.036,78	110.327,19	143,74
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.895.933,91	7.895.933,91	1.858.192,70	8.905.003,95	112,78
2.1 - Cota Parte do FPM	4.219.171,73	4.219.171,73	983.218,20	4.098.742,85	97,15
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.219.171,73	4.219.171,73	983.218,20	4.098.742,85	97,15
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.348.967,12	3.348.967,12	830.131,30	4.416.001,54	131,86
2.3- Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-	28.810,85	28.810,85	4.686,34	28.118,04	97,60
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	102.185,65	102.185,65	19.312,24	93.901,06	91,89
2.5- Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Ter	2.912,25	2.912,25	68,33	2.963,42	101,76
2.6- Cota-Parte do IPVA	193.886,31	193.886,31	20.776,29	265.277,04	136,82
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	8.131.497,42	8.131.497,42	1.904.807,33	9.161.457,67	112,67

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	103.600,00	103.600,00	24.040,06	116.078,31	112,04
5.1- Rec.Rem.Dep. Ban. de Rec.Vinc. Salário Educaç	3.600,00	3.600,00	1.512,28	2.918,50	81,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	40.000,00	40.000,00	8.235,62	49.586,09	123,97
5.2- Transf. Direta PNAE-Alimentação	30.000,00	30.000,00	3.618,00	15.540,00	51,80
5.2- Transf. Direta do FNDE ref PNATE	30.000,00	30.000,00	10.674,16	48.033,72	160,11
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	103.600,00	103.600,00	24.040,06	116.078,31	112,04

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB						
		Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB		Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		1.579.186,80	1.579.186,80	337.330,91	1.746.690,24	110,61
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)		843.834,35	843.834,35	162.336,34	785.440,98	93,08
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)		669.793,43	669.793,43	166.026,10	883.199,28	131,86
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)		5.762,17	5.762,17	937,26	5.623,56	97,59
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)		20.437,13	20.437,13	3.862,44	18.779,30	91,89
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)		582,45	582,45	13,66	592,62	101,75
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)		38.777,27	38.777,27	4.155,11	53.054,50	136,82
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		452.100,00	452.100,00	97.305,24	520.287,45	115,08
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB		450.000,00	450.000,00	97.040,88	518.612,36	115,25
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN		2.100,00	2.100,00	264,36	1.675,09	79,77
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)		1.129.186,80	1.129.186,80	240.290,03	1.228.077,88	108,76
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)						
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)						

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	452.100,00	531.350,03	96.840,99	530.635,13	99,87
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	452.100,00	531.350,03	96.840,99	530.635,13	99,87
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	452.100,00	531.350,03	96.840,99	530.635,13	99,87

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	17.989,44
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	17.989,44
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100	% 98,53

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	17.989,44
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010	17.989,44

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.032.874,35	2.032.874,35	476.201,83	2.290.364,42	112,67
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	250.000,00	450.000,00	6.493,28	18.045,87	4,01
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	250.000,00	450.000,00	6.493,28	18.045,87	4,01
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.330.451,93	1.860.286,39	338.229,63	1.622.764,84	87,23
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	452.100,00	531.350,03	96.840,99	530.635,13	99,87
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	878.351,93	1.328.936,36	241.388,64	1.092.129,71	82,18
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

003

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE (23+24+25+26+27+28)	1.580.451,93	2.310.286,39	344.722,91	1.640.810,71	71,02

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	1.228.077,88
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.675,09
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	17.989,44
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	1.208.413,35
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	2.849.224,06

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 31,10

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim. Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS (40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.580.451,93	2.310.286,39	344.722,91	71,02

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2009 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

VALOR

	FUNDEB (b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	17.989,44	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	565.295,19	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	577.317,96	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.675,09	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	7.641,76	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	3.567.141,06	1.197.051,10	1.975.638,03	1.591.503,03
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.567.141,06	1.197.051,10	1.975.638,03	1.591.503,03
--------------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-3.567.141,06	-1.197.051,10	-1.975.638,03	-1.591.503,03
---------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

 Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

 Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

 Sec. Adm. e Finanças
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	27.500,00	73.500,00	-46.000,00
Alienação de Bens Móveis	27.500,00	73.500,00	-46.000,00
Total	27.500,00	73.500,00	-46.000,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	88.255,00	88.255,00	0,00
Despesas de Capital	88.255,00	88.255,00	0,00
Investimentos	88.255,00	88.255,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	88.255,00	88.255,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	36.297,68	-14.755,00	21.542,68

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária          |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social              |
|                               JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO    |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.131.497,42	8.131.497,42	9.161.457,67	112,67
Impostos	235.563,51	235.563,51	256.453,72	108,87
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	66.720,05	66.720,05	55.574,97	83,30
Imp.de Renda Retido nas Fontes sobre os Rend.do	76.752,04	76.752,04	110.327,19	143,74
Imp.sob.Trans."Int.Viv." de Bens imóv.e de dir.R	16.414,51	16.414,51	15.147,32	92,28
Impostos sobre a Produção e a Circulação	67.935,66	67.935,66	67.029,69	98,67
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.Pred.e Terr	1.713,81	1.713,81	907,86	52,97
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Trans.Int.Viv.de	0,00	0,00	0,00	0,00
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.Serv.de Qualquer Na	119,76	119,76	8,52	7,11
Mul.e Jur.de Mora da Dív.At.do Imp.sob.a Propr.P	1.239,35	1.239,35	3.021,35	243,79
Mul.e Jur.de Mora da Dív.At.do Imp.sob.Serv.de Q	158,85	158,85	0,00	0,00
Rec.da Dív.At.do Imp.sob.a Propr.Predial e Terr.	4.509,48	4.509,48	4.436,82	98,39
Receitas de transf. constitucionais e Legais	7.895.933,91	7.895.933,91	8.905.003,95	112,78
da União	4.250.894,83	4.250.894,83	4.129.824,31	97,15
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.219.171,73	4.219.171,73	4.098.742,85	97,15
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Terri	2.912,25	2.912,25	2.963,42	101,76
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-L.	28.810,85	28.810,85	28.118,04	97,60
do Estado	3.645.039,08	3.645.039,08	4.775.179,64	131,00
Cota-Parte do ICMS	3.348.967,12	3.348.967,12	4.416.001,54	131,86
Cota-Parte do IPVA	193.886,31	193.886,31	265.277,04	136,82
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	102.185,65	102.185,65	93.901,06	91,89
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	383.925,16	383.925,16	473.487,02	123,33
da União para o Município	374.320,76	374.320,76	381.393,46	101,89
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo	374.320,76	374.320,76	381.393,46	101,89
do Estado para o Município	9.604,40	9.604,40	92.093,56	958,87
Transf.Rec. Estado p/Programa de Saude-Repasse F	9.604,40	9.604,40	92.093,56	958,87
(-)Dedução para o Fundef	-1.579.186,80	-1.579.186,80	-1.746.690,24	110,61
Total de Receita de Impostos	6.936.235,78	6.936.235,78	7.888.254,45	113,73

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.558.118,82	2.127.976,73	2.059.924,45	96,80
Pessoal e Encargos Sociais	772.183,00	1.141.808,41	1.138.065,61	99,67
Outras Despesas Correntes	785.935,82	986.168,32	921.858,84	93,48
Despesas de Capital	137.650,00	220.763,80	212.182,75	96,11
Investimentos	137.650,00	220.763,80	212.182,75	96,11
Total	1.695.768,82	2.348.740,53	2.272.107,20	96,74

Despesas Próprias com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.272.107,20	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	443.925,16	353.963,16	684.151,94	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	438.925,16	348.963,16	633.151,94	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.000,00	5.000,00	51.000,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.587.955,26	0,00

```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária          |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social              |
|                               JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVENBRO-DEZEMBRO    |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2009(e)	Aplic.Apurada em 2009(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010(g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	22,52	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	17,33
--	-------

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.067.368,82	1.727.840,95	1.679.844,96	73,93
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	605.000,00	601.499,58	578.775,24	25,47
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.200,00	8.200,00	4.266,00	0,19
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	15.200,00	11.200,00	9.221,00	0,41
Total	1.695.768,82	2.348.740,53	2.272.107,20	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	443.925,16	353.963,16	684.151,94	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	438.925,16	348.963,16	633.151,94	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.000,00	5.000,00	51.000,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	1.695.768,82	2.348.740,53	1.587.955,26	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.596.231,63
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.596.231,63
Receitas Realizadas	2.443.798,04	10.824.890,36
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	356.224,76
Déficit Orçamentário	0,00	2.803.652,79

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.596.231,63
Dotação Atualizada	0,00	12.399.884,42
Despesas Empenhadas	1.918.659,08	10.402.426,96
Despesas Liquidadas	2.813.635,31	10.394.411,96
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.918.659,08	10.402.426,96
Despesas Liquidadas	2.813.635,31	10.394.411,96

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	9.157.521,44

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-391.861,06	-219.681,95	56,0612
Resultado Primário	-76.064,62	282.468,33	-371,3531

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	211.981,14	1.080,80	210.900,34	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE	1.816.326,17	<25%/18%>	31,1001
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.	347.835,42	60%	98,5312
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.975.638,03	1.591.503,03

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	73.500,00	-46.000,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	88.255,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.587.955,26	15,00	17,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.596.231,63
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.596.231,63
Receitas Realizadas	2.443.798,04	10.824.890,36
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	356.224,76
Déficit Orçamentário	0,00	2.803.652,79

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.596.231,63
Dotação Atualizada	0,00	12.399.884,42
Despesas Empenhadas	1.918.659,08	10.402.426,96
Despesas Liquidadas	2.813.635,31	10.394.411,96
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.918.659,08	10.402.426,96
Despesas Liquidadas	2.813.635,31	10.394.411,96

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	9.157.521,44

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-391.861,06	-219.681,95	56,0612
Resultado Primário	-76.064,62	282.468,33	-371,3531

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	211.981,14	1.080,80	210.900,34	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE	1.816.326,17	<25%/18%>	31,1001
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.	347.835,42	60%	98,5312
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.975.638,03	1.591.503,03

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	73.500,00	-46.000,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	88.255,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.587.955,26	15,00	17,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. MUN. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Solange De Bortoli Beal

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. de Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



Anexos da LRF 2º sem RGF

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 | Município de IOMERÊ - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010 |
 +-----+
 LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	3.615.767,62	0,00
Pessoal Ativo	3.615.767,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	12.459,56	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	12.459,56	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	221.315,47	0,00
Pessoal Ativo	221.315,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)	3.824.623,53	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		9.157.521,44
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		41,76%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	5.494.512,86
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	5.219.787,22

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                             |
|                               Demonstrativo da Despesa Com Pessoal                 |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|                               JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010                       |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

```

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	221.315,47	0,00
Pessoal Ativo	221.315,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	221.315,47	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		9.157.521,44
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		2,42%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6,00%	549.451,29
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	5,70%	521.978,72

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de IOMERÊ - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010 |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	3.615.767,62	0,00
Pessoal Ativo	3.615.767,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	12.459,56	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	12.459,56	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)	3.603.308,06	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		9.157.521,44
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		39,35%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00%	4.945.061,58
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	4.697.808,50

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                             |
|                               Demonstrativo da Dívida Consolidada                   |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|                               JANEIRO A DEZEMBRO 2010/2º Semestre                   |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS			
Especificação	Saldo do Exercício Anterior	1º Semestre	2º Semestre
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	1.025.051,22	1.467.041,56	1.244.733,17
Disponibilidade de Caixa	1.025.051,22	1.543.834,12	1.244.733,17
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	-76.792,56	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-1.025.051,22	-1.467.041,56	-1.244.733,17
Receita Corrente Líquida - RCL	7.806.523,01	8.349.144,25	9.157.521,44
Relação DC/RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-13,13	-17,57	-13,59
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	9.367.827,61	10.018.973,10	10.989.025,73

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

SEC. MUN. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Solange De Bortoli Beal

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. de Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                               |
|                               Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores       |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                     |
|                               JANEIRO A DEZEMBRO 2010/2º Semestre                         |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)			
Beneficiários	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.806.523,01	8.349.144,25	9.157.521,44
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.717.435,06	1.836.811,74	2.014.654,72

COTNRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00

SEC. MUN. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Solange De Bortoli Beal

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. de Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+=[CPL]=-----{ 001 }+
| Municipício de IOMERÊ CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A DEZEMBRO 2010/6º Bimestre |
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 6º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		9.157.521,44
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		1.465.203,43
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		641.026,50

SEC. MUN. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Solange De Bortoli Beal

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. de Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A DEZEMBRO 2010/6º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.244.733,17	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	1.244.733,17	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	1.244.733,17	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	1.244.733,17	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	1.244.733,17	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.244.733,17
TOTAL	1.244.733,17	TOTAL	1.244.733,17
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			8.015,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II-III)			1.236.718,17

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	1.236.718,17

SEC. MUN. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Solange De Bortoli Beal

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. de Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ | CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2010/6º Bimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	0,00	0,00	211.981,14	7.445,00	0,00	1.065.385,96
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	177.056,63
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290,58
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	211.981,14	8.015,00	0,00	1.244.733,17
TOTAL	0,00	0,00	211.981,14	8.015,00	0,00	1.244.733,17

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	6.875,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	8.015,00	0,00	0,00

SEC. MUN. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Solange De Bortoli Beal

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. de Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrat Nº 003/2011 - FMS

CONTRATO N.º 003/2011

Contrato de aquisição de persianas, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Maria de Guadalupe Santin Fochi.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, n.º 1070, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, n.º. 22, centro, neste município, inscrito no CPF n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Maria de Guadalupe Santin Fochi, Pessoa Jurídica de Direito Privado, situado na Avenida Josué Mezzomo, n.º 61, Centro, na cidade de São Domingos do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.858.293/0001-04, neste ato representado pela Sra. Maria de Guadalupe Fochi, portadora da Cédula de Identidade nº 2040439421-SSP_RS e inscrita no CPF nº 475.897.950-20, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo a aquisição de persianas para o Posto de Saúde da Localidade de São Pascoal e Unidade Sanitária da Sede do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, conforme abaixo discriminado:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	08	Persianas verticais em PVC Posto de Saúde de São Pascoal	R\$ 286,00	R\$ 2.288,00
02	14	Persianas verticais em PVC Unidade Sanitária Sede	R\$ 286,00	R\$ 4.004,00
Valor Total				R\$ 6.292,00

CLÁUSULA SEGUNDA – BASE LEGAL DO CONTRATO

O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de contratação de pequeno valor (abaixo de R\$ 8.000,00), regendo-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 6.292,00 (Seis mil, duzentos e noventa e dois reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e emissão do respectivo documento fiscal. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto contratado e o número do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, subcontratar, ceder ou ainda sub-rogar, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações a terceiros, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias:

à Projeto Atividade – 2031 – Manutenção de Ações do Serviço Público em Saúde – 3.3.90.00.00.00.00.0251 (6) – Aplicações Diretas do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, para o Exercício de 2011.

CLÁUSULA SETIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto ora contratado deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a solicitação, nas dependências da Secretaria Municipal da Saúde de Irineópolis.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

O preço contratado não sofrerá reajustes.

CLAUSULA NONA - DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;

Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;

Fornecer informações úteis, boas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão contratual;

Responsabilizar-se pela boa qualidade do objeto contratado, obrigando-se a executar o Contrato nos exatos termos e condições do que foi avençado;

Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor;

Permitir que os prepostos da CONTRATANTE inspecionem, a qualquer tempo e hora, a fiscalização do objeto contratado, fornecendo as informações, esclarecimentos e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O presente Contrato não será, de nenhuma forma e por nenhum motivo, considerado como fundamento para a constituição de vínculo trabalhista, responsabilização solidária ou subsidiária, entre a CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO. Nos termos da legislação vigente, o CONTRATANTE pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar,

caso a execução não seja comprovadamente a estipulada neste termo contratual, indenizando a CONTRATADA pelos serviços até então prestados.

PARÁGRAFO QUINTO. O CONTRATANTE reserva-se no direito de adjudicar os serviços ora contratados no todo ou em parte, de acordo com a sua disponibilidade financeira e necessidade, sem que caiba à CONTRATADA direito de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A supervisão na execução e entrega do objeto ora contratado, bem como a fiscalização, será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, através dos servidores Nilda Edite Banhuki Galvão – Secretária Municipal da Saúde e José Osnir Cardoso – Diretor do Departamento de Administração Financeira da Secretaria da Saúde, ou comissão designada para este fim, a quem caberá verificar se estão sendo cumpridos os termos deste Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO. A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, especialmente no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO. O presente contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, sem ônus, desde que haja notificação escrita prévia à outra parte de, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Contratante e a Contratada será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início no dia da assinatura do contrato e término em 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela Contratante, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, sem prejuízo do disposto no inciso X, do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de janeiro de 2011.
Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Nilda Edite Banhuki Galvão
Gestora do FMS
Contratante

Maria de Guadalupe
Santin Fochi
Contratada

Testemunhas:	
Nome: José Osnir Cardoso	Nome: Roney Randig
CPF: 494.718.649-68	CPF: 047.394.379-45

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Inexigibilidade 1/2011/FAS - PL 1/2011/FAS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1/2011/FAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2011/FAS

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à de empresas de transporte coletivo, detentoras

de linhas exclusivas (Concessão Pública - DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2011.

Valor contratado: Empresa Joaçabense de Transporte Coletivo Ltda: R\$ 7.210,00;

Estrelatur Transporte Coletivo Ltda: R\$ 23.160,00;

Valor Total contratado: R\$ 30.370,00;

Justificativa: A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas, as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas.

Fundamento legal: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), 21 de janeiro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito e Gestor do FAS

Extrato Inexigibilidade 1/2011/FMS - PL 3/2011/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1/2011/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2011/FMS

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública - DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2011. Empresas Contratadas:

Empresa Joaçabense de Transporte Coletivo Ltda;

Estrelatur Transporte Coletivo Ltda;

Valor contratado:

Empresa Joaçabense de Transporte Coletivo Ltda: R\$ 24.260,00;

Estrelatur Transporte Coletivo Ltda: R\$ 85.920,00;

Valor Total contratado: R\$ 110.180,00.

Justificativa: A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas, as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas.

Fundamento legal: Artigo 25, I da Lei nº 8.666/93.

Joaçaba (SC), 21 de janeiro de 2011.

RAFAEL LASKE

MUNICÍPIO DE JOAÇABA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Inexigibilidade 1/2011/PMJ - PL 4/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1/2011/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2011/PMJ

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública - DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2011.

Empresas contratadas:

Empresa Joaçabense de Transporte Coletivo Ltda;

Estrelatur Transporte Coletivo Ltda

Valor contratado:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA: R\$ 60.448,00, sendo R\$ 40.450,00 referente ao custeio das

passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e R\$ 19.998,00 referente ao custeio dos passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município.

ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA: R\$ 397.679,00, sendo R\$ 127.680,00 referente ao custeio das passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e R\$ 269.999,00 referente ao custeio dos passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município.

Valor Total Contratado: R\$ 458.127,00, sendo R\$ 168.130,00 referente ao custeio das passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e R\$ 289.997,00 referente ao custeio dos passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município.

Justificativa: A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas, as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas.

Fundamento legal: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), 21 de janeiro de 2011.

Extrato Termo Aditivo Contrato 153/2010/FMS

EXTRATO DO TA 1/2011 AO CONTRATO Nº 153/2010/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 153/2010, firmado em 30/11/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 24/2010 - Edital TP nº 2/2010, homologado em 30 de novembro de 2010, cujo objeto é a construção, pela CONTRATADA, em regime de empreitada por preço unitário com fornecimento de material e mão-de-obra, de Unidade de Saúde da Família, em alvenaria, com um pavimento - área total de 257,36 m², no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município - conforme consta nos projetos básicos, memorial descritivo e demais informações constantes no processo, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO: 2.1. Fica alterado o recuo frontal, passando o mesmo a ter 13,80 metros do eixo da rede de alta tensão da CELESC, conforme projeto de locação da obra em anexo, substituindo o apresentado no Anexo I do Edital em referência (prancha A01/04).

DATA ASSINATURA: 19/01/2011.

Nota Suspensão Ordem de Paralisação

SUSPENSÃO DE ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a retomada dos serviços relativos à construção de Unidade de Saúde da Família, no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, objeto do Contrato nº 153/2010, oriundo do Processo de Licitação nº 24/2010 - Edital de Tomada de Preços nº 2/2010, paralisada a partir de 16/12/2010 pelo prazo de 60 (sessenta) dias, haja vista a ocorrência nesta data, da alteração dos projetos inicialmente detalhados observando um recuo diferenciado para que a rede de energia elétrica de alta tensão existente não fique localizada sobre o local inicialmente previsto para a implantação da obra. A retomada dos serviços deverá ocorrer a partir da data da publicação desta suspensão, ficando o cronograma de execução prorrogado pelo período da paralisação.

Joaçaba, SC, 19 de janeiro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Homologação Pregão 50/2010 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 50/2010 - PR**

Processo Administrativo: 62/2010
 Processo de Licitação: 62/2010
 Data do Processo: 07/12/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2010
 b) Licitação Nr.: 50/2010-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 24/01/2011
 e) Data da Adjudicação: 24/01/2011 Sequência: 2
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO E ANÁLISE DE EFLUENTES, CONTROLE DE ETES E INFILTRAÇÕES NAS REDES DE ESGOTO, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007934 - MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA	1	-	7.270,00
	1		7.270,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 57.167,00

Joaçaba, 24 de Janeiro de 2011.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1311

DECRETO Nº 1311 de 20 de janeiro de 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2011".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 945, de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 11.812,11 (onze mil, oitocentos e doze reais e onze centavos) à conta do superávit financeiro do exercício de 2010, apurado na Fonte 64 - Atenção Básica, criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2011, atribuído à atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte de Recursos - 0.3.64 - Atenção Básica R\$ 11.812,11

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de janeiro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo de Aditamento - Ata de Registro de Preços Nº FMS.0005/2010 de 09/02/2010

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2010 de 09/02/2010

1º TERMO DE ADITAMENTO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº fms.0004/2010, Pregão nº fms.0004/2010, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e as empresas RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A, REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA ME e ALINE ANDRES ME

Objeto: com a concordância das partes, vis a alteração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2010 de 09/02/2010, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para dar publicidade aos atos oficiais exarados pelo Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, em órgão de imprensa escrita, alterando o prazo de vigência, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses contados a partir de 11/02/2010, alterando a Cláusula Nona.

Luzerna(SC), 19 de janeiro de 2011.

ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

MARCELO SAMPAIO DALLA MARTHA
RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A

FORNECEDOR 1

ALCEU ANTÔNIO BORTESE
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA ME
FORNECEDOR 2

ALINE ANDRES
ALINE ANDRES ME
FORNECEDOR 3

Extrato do 1º Termo de Aditamento - Ata de Registro de Preços Nº PML.0004/2010 de 09/02/2010

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0004/2010 de 09/02/2010

1º TERMO DE ADITAMENTO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0004/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0004/2010, Pregão nº pml.0004/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e as empresas RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A, REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA ME e ALINE ANDRES ME

Objeto: com a concordância das partes, visa a alteração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0004/2010 de 09/02/2010, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para dar publicidade aos atos oficiais exarados pelo Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, em órgão de imprensa escrita, suprimindo a dotação orçamentária "Conta: 01.0101.01.031.0001.2001.3 3900000 - Reduzido: 002 - Órgão: CAMARA DE VEREADORES - Unidade Orçament.: CÂMARA DE VEREADORES - Proj/Atividade: MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES - Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Fonte: 00 - Recursos Ordinários - Destinação: 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos" e alterando o prazo de vigência, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses contados a partir de 11/02/2010, alterando as Cláusulas Oitava e Nona.

Luzerna(SC), 19 de janeiro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARCELO SAMPAIO DALLA MARTHA
RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A
FORNECEDOR 1

ALCEU ANTÔNIO BORTESE
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA ME
FORNECEDOR 2

ALINE ANDRES
ALINE ANDRES ME
FORNECEDOR 3

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 2137 de 22 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº. 2137 DE 22 DE JANEIRO DE 2011

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enxurradas.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50,

inciso XVIII da lei orgânica municipal de acordo com o art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, e pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, e pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de enxurradas, provocadas por chuva intensa e concentrada, no dia 21 de janeiro de 2011, atingindo o município, conforme Mapa das áreas afetadas, anexo a este Decreto;
- Como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo, a este Decreto;
- A recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexo a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início ao processo de desapropriação, por utilidade pública de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras;

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de construção das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Massaranduba, em 22 de Janeiro de 2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Presidente da Comissão

Municipal de Defesa Civil

Publicado no expediente da data supra,

FABIANO SPEZIA

Secretario de Planejamento

Processo Licitatório Nº. 02/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2011-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE GRAMA PARA O CAMPO DE FUTEBOL DO ESTADIO MUNICIPAL ERICH RODE E EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA TERCEIRA IDADE.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:15 h do dia 04/02/2011

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 h do dia 04/02/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 21 de Janeiro de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 03/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2011-PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA 3MM, PARA A COBERTURA DO GINÁSIO MUNICIPAL ALFREDO JACOBOWSKI.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:15h do dia 04/02/2011

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 04/02/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 24 de Janeiro de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato Nº 001-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho para o exercício de 2011.
Valor: R\$ 6.120,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 001-2011 - SAUDE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: WGS SISTEMAS LTDA ME
Objeto: Prestação de Serviços é a execução de Serviço de Assessoria/Consultoria na Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Meleiro.
Valor: R\$ 5.760,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 002-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: MAIARA PORTO SCANDOLARA
Objeto: Prestar Serviços junto a Agência de Correios Comunitária de Saporanga - Meleiro/SC.
Valor: R\$ 3.084,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 003-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 003/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MELEIRO.
Objeto: Divulgação dos Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal, nas 3ª e 5ª feiras, no horário de 11:30 horas às 12:00 horas, no período de JANEIRO a DEZEMBRO de 2011.
Valor: R\$ 4.800,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 004-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 004/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: CAMBIRELA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE SILEX LTDA
Objeto: Prestar Orientação e Supervisão nos Serviços de Mineração na Sub-bacia do Rio Manoel Alves, Município de Meleiro/SC, Acompanhar Processos de Licenças Ambientais, Preencher Relatórios necessários aos Órgãos Componentes.
Valor: R\$ 7.500,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 005-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 005/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ANGELA FÁTIMA CÓRNEO CONTI
Objeto: Imóvel situado à Rua Afonso Manfredini, sn.º, Bairro Centro, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento do PETI - Programa de Erradicação do trabalho Infantil.
Valor: R\$ 5.640,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 006-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 006/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: AROLDO PRESA.
Objeto: Locação de uma sala comercial com 120,00 m2 sito - na Rua 14 de dezembro, s/n - Saporanga - Meleiro/SC, para Funcionamento das Atividades do Clube de Mães de Saporanga.
Valor: R\$ 3.600,00
Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 007-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 007/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JOAOZINHO MANTOVANI
Objeto: Prestação de Serviço de Apresentação Artística aos Grupos de Idosos do Município de Meleiro.
Valor: R\$ 2.500,00
Vigência: Início: 01/02/2011 Término: 30/11/2011.
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 008-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 008/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: OSMIR NAZARIO

Objeto: Locação de uma Sala Comercial com 640,00m2 sito - na Rua 14 de dezembro, s/n - Sapiranga - Meleiro/SC, para Funcionamento nas Quartas Feiras das Atividades do Grupo de Idosos de Sapiranga

Valor: R\$ 900,00

Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 009-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 009/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANA DA SILVA AMERICO

Objeto: Prestar Serviços de Lavação de Uniformes dos Atletas das Escolinhas Municipais.

Valor: R\$ 3.000,00

Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Extrato Contrato Nº 010-2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 010/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ALFREDO FAVARO

Objeto: Locação de uma garagem com área total de 110 m² para manter dois ônibus escolares, na Rua 14 de Dezembro, s/n, Distrito de Sapiranga - Meleiro/SC.

Valor: R\$ 2.400,00

Vigência: Início: 03/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 03 de janeiro de 2011.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 004/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 007/2011 - Pregão Presencial nº 004/2011
Objeto: Aquisição parcelada de Merenda Escolar para rede Municipal de Ensino de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço por Grupo. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 10/02/2011 às 16 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - www.novatrento.sc.gov.br.

Orivan Jarbas Orsi

Prefeito Municipal

Aviso de Cancelamento - Carta Convite Nº 002/2011**AVISO DE CANCELAMENTO**

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento do Edital referente ao Processo Licitatório nº 003/2011 - Carta Convite nº 002/2011, que tem por objeto aquisição parcelada de Alimentos para Merenda Escolar para a rede Municipal de Ensino de Nova Trento para utilização em 2011. O cancelamento foi definido visando alteração na modalidade de Licitação.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novatrento.sc.gov.br

APRÍGIO JOSÉ BOTAMELI

Presidente Comissão de Licitações.

Aviso de Cancelamento Carta Convite Nº 001/2011**AVISO DE CANCELAMENTO**

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento do Edital referente ao Processo Licitatório nº 002/2011 - Carta Convite nº 001/2011, que tem por objeto aquisição parcelada de Alimentos para Creches Municipais de Nova Trento durante o ano de 2011. O cancelamento foi definido visando alteração na modalidade de Licitação.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novatrento.sc.gov.br

APRÍGIO JOSÉ BOTAMELI

Presidente Comissão de Licitações.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado do Processo Seletivo Edital 02/2010**RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 02/2010**

O Prefeito de Paulo Lopes homologa e torna pública a lista dos aprovados do Processo Seletivo 02/2010

CARGO: PROFESSORAS/ES ACT'S

EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITAÇÃO PÓS - GRADUAÇÃO		
CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Valdirene Maria da Silva Riggo	249,65	1ª
Benta Pacheco Rosa	100	2ª
Silvani de Oliveira Martins	65,65	3ª
Fabiana Alice Goes	56	4ª
Mariane Furtado Nascimento	52,65	5ª
Juliana Cardoso de Souza	47,65	6ª
Stael Amorim Nascimento		Desclassificada

EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITAÇÃO – GRADUAÇÃO		
CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Vera Lucia da Silva Pires	71	1ª
Noemi Aparecida da Silva Machado	57	2ª
Edinéia Dilma Borges	52	3ª
Alessandra Ana Fernandes de Souza	50,3	4ª
Luana de Bona Moisés da Silva	46,3	5ª
Renata da Silva Nunes	43,65	6ª
Jeane Aparecida Santos Martins	38	7ª
Elizandra Celina da Silva	36	8ª

Dircélia de Mello Liberato	33	9ª
Tânia Ramos da Silva	28,3	10ª
Itamara Meneguel Demétrio Alzira	25	11ª
Joelma da Silva	21,65	12ª
Janice Maria Santos	15	13ª
Dalziza Rodrigues Cabral		Desclassificada

EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADAS

CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Marilene Dagmar Pires	60,65	1ª
Maria Isabel de Bona Correa	52,3	2ª
Daniela Porsch Casagrande	33,3	3ª
Ariana Marilene Fortunato Alexandre	26,65	4ª

CARGO: PROFESSORES ACTs**SERIES INICIAIS - HABILITAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Marli Borges Carboni	289	1ª
Vânia Maria Zucchi	268,3	2ª
Silvana Rita Zucchi dos Anjos	231,3	3ª
Mileni Aparecida de Souza Cardoso	218,65	4ª
Marcia Cargnin da Rocha	199,65	5ª
Denize Aparecida da Rosa	183	6ª
Jaqueline Lopes Gutterrez	175,3	7ª
Vanessa Pereira	154,3	8ª
Elizete Zanela do Santos	152,3	9ª
Léa Bernadina Flores	114	10ª
Rafaela Jucira Roque	75,3	11ª
Aparecida Maria Marcelino	73,3	12ª
Rozinei Rodrigues Pereira Lopes		Desclassificada

SERIES INICIAIS - HABILITAÇÃO - GRADUAÇÃO

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Heleana Cristina Maier	81,65	1ª
Fernanda de Carvalho	71,3	2ª
Joelma de Bona	70	3ª
Gisele Noêmia Marcos	50	4ª
Andresa de Oliveira	42,65	5ª
Ana Regina Moreira	41,65	6ª
Wanessa dos Anjos de Sousa	35	7ª
Simoni Marli Marques	31,3	8ª

SERIES INICIAIS – HABILITAÇÃO - MAGISTÉRIO

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Daniela Nelza Cizino	93,3	1ª

SERIES INICIAIS – NÃO HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Jackeline Aninha Caetano Vieira	42,3	1ª
Adna Aparecida Cardoso	37,3	2ª
Thais Pereira Cardoso	35	3ª
Isis de Amorim	26,65	4ª
Erziana de Souza Marcolino		Desclassificada

EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Thiago das Neves Nobre	115	1ª
Celma Bueno Magron	97,65	2ª
Douglas Luiz de Souza	82,65	3ª
Lilian Cristina de Oliveira	74,3	4ª
Zulmar Lopes Amorim	46,3	5ª

EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Rafael Pereira de Souza	47,65	1ª

MATEMÁTICA – HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Priscilla Marcelino Martins	73,3	1ª

MATEMÁTICA – NÃO HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Kamila de Souza Gonçalves	52	1ª
Vanderlucia da Silva Costa de Jesus		Desclassificada
Marcelino de Souza Pacheco		Desclassificada

HISTÓRIA – HABILITADOS

CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Andreia Pacheco	126	1ª
Marcella Marcelino de Campos Rodrigues	37	2ª

HISTÓRIA – NÃO HABILITADO

CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Gisele Martins Freitas	38,65	1ª

GEOGRAFIA – HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Maytte Cecilia Marcelino Martins	51	1ª

GEOGRAFIA – NÃO HABILITADOS

CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Regiane Nair Vieira Bonalume	87	1ª

ARTES – NÃO HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Gislaine Nair Vieira	81,6	1ª
Daiane Maria Gonçalves Silva	58	2ª
Juliana de Assis Fonseca Queiroga	54,65	3ª

INGLES – NÃO HABILITADOS

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
Kelli Rodrigues Cabral	64,3	1ª
Maysa Rodrigues Jackes Correa		Desclassificada

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Resultado do Processo Seletivo Edital 04/2010**RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 04/2010**

O Prefeito de Paulo Lopes homologa e torna pública a lista dos aprovados do Processo Seletivo 04/2010

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MERENDEIRAS)

CANDIDATAS	Pontuação total	Classificação
Nilza Maria da Rosa	75	1ª
Maria Elena da Silva Freitas	74	2ª
Andreza Martinho	49,5	3ª
Edna Cristina Stefen Pereira	40	4ª
Mirka Stancowich	39,25	5ª
Alexsandra Alexandre	38,5	6ª
Ana Clara da Silva	37,5	7ª
Patricia Mara Ferreira Leite	37,5	8ª
Deise Carlsen	35	9ª
Ivone Maria Demétrio do Nascimento	33,75	10ª
Suellen Raupp Santos	32,5	11ª

Lucilene Cardoso	31,25	12ª
Mara Rosinete Martins dos Santos Pereira		Reprovada
Graziela Maria Pereira		Desclassificada
Karina Maria da Silva		Desclassificada
Simone Demétrio Dantas de Jesus		Desclassificada

CARGO: MOTORISTA

CANDIDATOS	Pontuação total	Classificação
José Lourenço de Jesus	81	1º
Tiago Manoel Silvano	50,25	2º
Carlos Rangel da Silva	43,75	3º
Adriano José Vieira	37,25	4º
Daniel Tomaz Sell	37,25	5º
Adilson Santos Arruda		Desclassificado
Hamilton da Conceição		Desclassificado
João Heleodoro Martins		Desclassificado
Orlando dos Passos Freitas		Desclassificado

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA
Não houve inscrição para esta vaga

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 001/2011 - PREVIDÊNCIA

Extrato de Contrato Nº 001/2011 - FUNDO MUINICIPAL PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I, de propriedade da CONTRATANTE. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos SISTEMAS contratados.
- Serviços de alterações específicas da Prefeitura, quando solicitado.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Prazo de vigência: Até 31/12/2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 1.819,80 (um mil oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos).
Data e assinatura do contrato: 3 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 002/2011 - FUNSAN

Extrato de Contrato Nº 002/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - FUNSAN
Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de consultoria contábil no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental incluindo assessoria nas questões relacionadas ao planejamento governamental, controle da execução orçamentária e financeira, elaboração e/ou acompanhamento dos atos legais, prestações de contas junto aos conselhos municipais, governo estadual e federal relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011.

Contratado: ACP ASSESSORIA, CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTÁBIL LTDA

Prazo de vigência: O presente Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais).

Data e assinatura do contrato: 5 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 002/2011 - PREVIDÊNCIA

Extrato de Contrato Nº 002/2011 - FUNDO MUINICIPAL PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública, Folha, Compras e Licitações em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I, de propriedade da CONTRATANTE.

Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos SISTEMAS contratados.
- Serviços de alterações específicas da Prefeitura, quando solicitado.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Prazo de vigência: Até 31/12/2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 4.900,44 (quatro mil e novecentos reais e quarenta e quatro centavos).

Data e assinatura do contrato: 3 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 003/2011 - CULTURA

Extrato de Contrato Nº 003/2011 - CULTURA
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de consultoria contábil na Fundação Municipal de Cultura incluindo assessoria nas questões relacionadas ao planejamento governamental, controle da execução orçamentária e financeira, elaboração e/ou acompanhamento dos atos legais, prestações de contas junto aos conselhos municipais, governo estadual e federal relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011.

Contratado: ACP ASSESSORIA, CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTÁBIL LTDA

Prazo de vigência: O presente Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais)

Data e assinatura do contrato: 04 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 003/2011 - ESPORTES

Extrato de Contrato Nº 003/2011 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de consultoria contábil na Fundação Municipal de Esportes incluindo assessoria nas questões relacionadas ao planejamento governamental, controle da execução orçamentária e financeira, elaboração e/ou acompanhamento dos atos legais, prestações de contas junto aos conselhos municipais, governo estadual e federal relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011.

Contratado: ACP ASSESSORIA, CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTÁBIL LTDA

Prazo de vigência: O presente Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais)

Data e assinatura do contrato: 5 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 003/2011 - PREVIDÊNCIA

Extrato de Contrato Nº 003/2011 - FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: Prestar serviços de contabilidade pública na sede da CONTRATANTE, compreendendo a prestação de serviço de assessoria e consultoria técnica especializada na área de contabilidade pública no fundo previdenciário financeiro de Porto Belo, relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011.

Contratado: ACP ASSESSORIA CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTÁBIL LTDA

Prazo de vigência: Até 31/12/2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais).

Data e assinatura do contrato: 3 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 004/2011 - PREVIDÊNCIA

Extrato de Contrato Nº 004/2011 - FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: a) A locação de software de informática, conforme características descritas no Anexo I.

b) A prestação de serviços técnicos especializados de instalação, treinamento e suporte técnico do software locado.

Contratado: SOFTPRO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

Prazo de vigência: Até 31/12/2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Data e assinatura do contrato: 3 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 006/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 006/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de consultoria contábil no Fundo Municipal de Educação incluindo assessoria nas questões relacionadas ao planejamento governamental, controle da execução orçamentária e financeira, elaboração e/ou acompanhamento dos atos legais, prestações de contas junto aos conselhos municipais, governo estadual e federal relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011.

Contratado: ACP ASSESSORIA, CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTÁBIL LTDA

Prazo de vigência: O presente Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2011.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais).

Data e assinatura do contrato: 05 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 025/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 025/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de consultoria contábil no Fundo Municipal de Saúde incluindo assessoria nas questões relacionadas ao planejamento governamental, controle da execução orçamentária e financeira, elaboração e/ou acompanhamento dos atos legais, prestações de contas junto aos conselhos municipais, governo estadual e federal relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011.

Contratado: ACP ASSESSORIA, CONTROLE E PLANEJAMENTO CONTÁBIL LTDA

Prazo de vigência: O presente Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2011.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais).

Data e assinatura do contrato: 10 de janeiro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N. 0152/RH

PORTARIA N. 0152/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei

Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação aos servidores: Márcia Catarina Siqueira Fachini, matrícula n.12181/04; Marinei Aparecida Silva Costa, matrícula n.9156/01; Ana Cláudia Demarch Franceschi, matrícula n.24678/03; Luzia Zonta Ertmann, matrícula n.5347/01; Silvio Tobias Brandalize, matrícula n.25429/03 e Laura Eliane Longen Deluca, matrícula n.6289/03.

Art. 2º Os servidores em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0151/RH

PORTARIA N.º 0151/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação às servidoras: Silvana Mara Costa, matrícula n.9032/01; Rozani Althoff Loss, matrícula n.28622/01; Vivian Lucht Sperckott, matrícula n.23825/03; Nádia Cristina Martins Gonçalves, matrícula n.9652/06; Marina Leite, matrícula n.25020/03; Rosana Luiza Bernardino, matrícula n.9210/01; Roseli Muller Petersen, matrícula n.25062/04; Leocadia Bet, matrícula n.14214/01; Jucelia Correia de Santana, matrícula n.28649/01; Maria Bernadete da Silva Branger, matrícula n.14931/01; Marli Sborz Vicentin, matrícula n.14265/01; Antônia Francisca Araújo, matrícula n.26166/04; Evalci Zunino Fachner, matrícula n.17299/01; Janara de Liz Filagrana, matrícula n.26352/02; Angelita Batista Corrêa, matrícula n.30244/01; Denise Ferreira Hoepers, matrícula n.13145/05; Shirlei Aparecida Warmling de Andrade, matrícula n.30643/01 e Marisa Klaumann de Almeida, matrícula n.23272/07.

Art. 2º As servidoras em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 0153/RH

PORTARIA N.º 0153/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação aos servidores: Magali Gardolin Vieira, matrícula n.16845/01; Eneidi Fronza, matrícula n.9040/01; Gilmara Wagner Morastoni, matrícula n.9555/01; Dalva Malkowski Froehner, matrícula n.18031/01; Leocadia Brito Muller, matrícula n.2194/01; Sônia Regina Costa Luithardt, matrícula n.18392/01; Edite Terezinha de Andrade Hoffmann, matrícula n.9180/01; Marileusa Adriana Fronza Stolf, matrícula n.914/01; Amélia Maria Perfol Strelow, matrícula n.884/01; Elenise Maria Beber Casatti, matrícula n.16691/01; Maria Gorete de Souza, matrícula n.2275/01; Dores Janke Stupp, matrícula n.8478/01; Isonete da Silveira, matrícula n.9199./01; Ligia Helena Naschenveng Molinari, matrícula n.16349/01; Adriana Alice Hoeller, matrícula n.9350/01; Margarete Baldo, matrícula n.4308/01; Raquel Maria May, matrícula n.3573/01; Silvana Ferrari Theis, matrícula n.17191/01; Patricia Xavier Branco, matrícula n.4995/01; Silvia Weiss, matrícula n.6319/01; Margarete Poffo Nau, matrícula n.17710/01; Waldiria Knop, matrícula n.16616/01; Ilson José Furtado, matrícula n.4340/01; Jairo Roberto Constantino, matrícula n.16284/01; Ereni Fátima Belino André, matrícula n.15610/01 e Neusa Teresinha Girardi, matrícula n.1635701.

Art. 2º Os servidores em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0154/RH

PORTARIA N.º 0154/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação às servidoras: Judit Maria Bach Muller, matrícula n.16195/01; Beatriz Fronza, matrícula n.17248/01; Celestina Laurete, matrícula n.17507/01; Dirce Preis, matrícula n.9105/01; Marlene Sborz Molinari, matrícula n.15946/01; Tânia Maria Garcia, matrícula n.5177/01; Josemeri Carvalho, matrícula n.16799/01; Nádia Aparecida Erkmann Agostini, matrícula n.16942/01; Leonilda Maria Tenfen Schmitt, matrícula n.2267/01; Nelita Koslowski Constantino, matrícula n.16535/01; Jacira Paladino Maia, matrícula

n.6335/01 e Valmira rohling Ledra, matrícula n.15474/01.

Art. 2º As servidoras em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0155/RH

PORTARIA N.º 0155/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação aos servidores: Claudiane Andréa Feller Tonet, matrícula n.26417/02; Rúbia Maria Knupfer, matrícula n.23116/02; Rosângela Beltramini Nogas, matrícula n.11134/06; Marlene Vilani Mello, matrícula n.9059/01; Roseli Strey, matrícula n.24384/03; Ingrid Schlatter, matrícula n.16144/01 e Afonso Carlos Neves, matrícula n.20940/04.

Art. 2º As servidoras em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível II, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0156/RH

PORTARIA N.º 0156/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação às servidoras: Ivone Guckert Schaffer, matrícula n.4421/01 e Alda Neumann, matrícula n.16969/01.

Art. 2º As servidoras em questão, são ocupantes do cargo de

provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível II, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0157/RH

PORTARIA N.º 0157/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Marilize Passing Justino, matrícula n.140/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível I, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0158/RH

PORTARIA N.º 0158/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Sônia Aparecida Klettenberg Hiller, matrícula n.25356/03.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível I, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0159/RH

PORTARIA N.º 0159/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Aparecida das Graças Silva, matrícula n.1040/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível II, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Portaria N.º 0160/RH

PORTARIA N.º 0160/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Klairy Simone Wutzon Strelow, matrícula n.16497/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível IV, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Lso

Edital de Concurso Público 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL Nº 01/2011 – CONCURSO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber que realizará Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde – PSF, Agente Comunitário de Saúde - PACS e Agente de Combate às Endemias em conformidade com a Lei Complementar nº 174 de 14/12/2007 e suas alterações posteriores, com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e com o Decreto nº 1.509 de 17/11/2010.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da empresa MCONCURSOS.

1.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Concurso Público.

1.2. A relação de empregos, vagas, requisitos, carga horária, remuneração e atribuições, objetos do Concurso Público, constam do item 3 (três) deste Edital.

1.3. O candidato concorrerá à vaga do cargo para o qual se inscrever, conforme o item 3 (três) deste edital.

1.4. A aprovação no Concurso Público não ensejará a obrigatoriedade de nomeação para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

1.5. Os candidatos aprovados serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

1.6. O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração Municipal.

2 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO EMPREGO

2.1. São requisitos básicos para investidura no emprego:

- a) Aprovação neste Concurso Público;
- b) Nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei;
- c) Ter no mínimo 18 anos completos no ato da posse;
- d) Estar em gozo com os direitos políticos;
- e) Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;
- f) Nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, no ato da posse;
- g) Aptidão física e mental adequada para o exercício do emprego;
- h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional;
- i) Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

2.2. Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir dentro do prazo de validade do presente Concurso Público, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração municipal.

2.3. Os teores deste edital, as portarias de homologação, bem como o resultado final serão publicados nos sites www.riodosul.sc.gov.br e www.msconcursos.com.br.

3 - DOS EMPREGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA, DA REMUNERAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. QUADRO

Em- pregos	Vagas			Requisitos	Carga Horária Sema- nal	Remu- neração Mensal
	Bairro	Total	PNE			
Agen- te Comu- nitário de Saúde - PSF	Taboão	4	-	Possuir Certifi- cado/Diploma	R\$ 757,44 + Auxílio alimen- tação no valor de R\$8,27 por dia trabalhado	R\$ 757,44 + Auxílio alimen- tação no valor de R\$8,27 por dia trabalhado
	Barra do Trombudo	6	1	de Conclusão de		
	Boa Vista	4	-	curso de Ensino		
	Budag	2	-	Fundamental;		
	Laranjeiras	3	-	comprovar resi-		
	Barragem	5	1	dência na área		
	Fundo Canoas	3	-	da comunidade		
	Bela Aliança	5	1	em que irá atuar,		
	Santa Rita	1	-	desde a data da		
	Canta Galo	4	-	publicação do		
Agen- te Comu- nitário de Saúde - PSF	Brehmer	2	-	edital de Con- curso Público;		
	Santana	4	-	possuir Certifica- do de conclu- são de curso introdutório de formação inicial e	40 horas	

Atribuições: Compreende o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. - Realizar mapeamento de sua área adstrita; - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; - Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco; - Monitorar as situações de risco com vistas à promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; - Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário; - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica; - Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; - Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; - Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

Agente Comunitário de Saúde - PACS	Sumaré	2	-	Possuir Certificado/Diploma de Conclusão de curso de Ensino Fundamental; comprovar residência na área da comunidade em que irá atuar, desde a data da publicação do edital de Concurso Público; possuir Certificado de conclusão de curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 757,44 + Auxílio alimentação no valor de R\$8,27 por dia trabalhado
	Itoupava	2	-			
	Pamplona	1	-			
	Canoas	1	-			
<p>Atribuições: Compreende o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. - Realizar mapeamento de sua área adstrita; - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; - Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco; - Monitorar as situações de risco com vistas à promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; - Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário; - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica; - Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; - Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; - Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.</p>						
Agente de Combate às Endemias	-	2	-	Possuir Certificado/Diploma de Conclusão de curso de Ensino Fundamental; possuir carteira nacional de habilitação categoria "AB"; possuir Certificado de Conclusão de curso introdutório de formação inicial e continuada.	40 horas	R\$ 705,45 + Auxílio alimentação no valor de R\$8,27 por dia trabalhado

Atribuições: Compreende o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmica e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; - realizar visitas, semanalmente, conforme itinerário pré-estabelecido, nos pontos estratégicos e de armadilhas, a fim de fiscalização e coleta de larvas para controle do *Aedes aegypti*; - visitar quinzenalmente Borracharias, Ferro Velho, Floriculturas, Materiais de Construção. Etc., ou seja: pontos estratégicos, para fiscalizar a presença de água parada e coletar amostras de larvas para análise; - realizar visita semanal nas armadilhas instaladas em empresas de transporte, empresas de modo em geral, distribuidora de bebidas, etc., (loais com movimento de entrada e saída de pessoas do município), para trocar a água, lavar as armadilhas e coletar as larvas (quando presentes) e encaminhar para o setor de vigilância epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do Município; - colocar as larvas encontradas em tubitos e identificar com etiqueta de remessa contendo o número do agente e número do tubito; - fechar boletins diários de visitas, separando por bairros, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc., e realizar a contagem das irregularidades; - Identificar locais necessários para instalação de novas armadilhas e instalá-las com a prévia permissão dos proprietários locais; - identificar novos locais necessários para pontos estratégicos de visitas, mediante denúncias, informações gerais, determinação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); - realizar levantamento de índices (LIA), através de visitas domiciliares, distribuídas por bairro/agentes, fiscalizando área interna e externa, verificando locais de favorecimento de proliferação de larvas do mosquito da dengue, relatando orientações necessárias e coletando larvas quando necessário. Preencher boletim de visita, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, os tubitos enviados para análise, etc. E realizar a contagem das irregularidades; - entregar ficha de visita em cada local fiscalizado e anotar a data, hora, informações das residências/empresas, etc. (Em cada visita realizada anotar na ficha de informações); - realizar a delimitação (300 metros) de foco positivo do mosquito da dengue e fiscalizar a área em 100% de abrangência para identificação do local de proliferação. Eliminar todos os depósitos de água. Em caso da não possibilidade de eliminação do depósito de água utilizar larvecida (na medida necessária), de 2 em 2 meses durante um ano; - realizar PVE - Visitas especiais em locais onde residem pessoas com sintomas e diagnóstico da dengue, fiscalizando no raio de 100 metros a presença do *Aedes aegypti*. E, a partir de denúncias em locais com possíveis depósitos de água parada. - realizar informações sobre doenças transmissíveis e outras.

3.2. Os candidatos se aprovados, deverão apresentar no momento da contratação, certificado de conclusão do curso de qualificação básica para a formação inicial e continuada, sem custo, a ser ministrado pelo município.

3.2.1 Os candidatos aprovados até o limite de 03(três) vezes o número de vagas, não detentores do respectivo certificado deverão participar do curso de qualificação, sem custo, a ser ministrado pelo município.

4 - DO PRAZO, DO LOCAL, DOS REQUISITOS, DOS DOCUMENTOS E DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente por meio da internet, através do endereço eletrônico <http://www.msconcursos.com.br>, e pago na rede bancária ou em qualquer agência dos correios, no período de 25/01/2011 a 24/02/2011, conforme anexo III.

4.1.1. O candidato poderá ter acesso gratuito à internet para realizar sua inscrição na Inovare Informática e Lan House, localizada na Rua Dom Bosco, nº 275, Centro, Rio do Sul – SC, de 25/01/2011 a 24/02/2011 no horário comercial.

4.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e

aceitação irrestrita das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, em relação às quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.3. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão das informações prestadas na ficha de inscrição.

4.4. Para realizar a Inscrição, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico <http://www.msconcursos.com.br> no período de inscrições e cumprir com os seguintes requisitos:

- ler atentamente o edital;
- preencher o requerimento eletrônico de inscrição que, além de outras informações, exigirá o número do CPF, o número do RG, com respectiva indicação do Órgão expedidor;
- conferir os dados digitados no requerimento eletrônico de inscrição e confirmá-los;
- imprimir boleto bancário para pagamento;
- efetuar o pagamento até a data de vencimento prevista do boleto gerado pelo cadastro de inscrição, nas agências da rede bancária, em qualquer agência dos correios ou via internet.

4.5. Valor das Inscrições:

Nível	Empregos	Valor
Fundamental Completo	Agente Comunitário de Saúde – PSF	R\$ 12,90
	Agente Comunitário de Saúde – PACS	
	Agente de Combate às Endemias	

4.6. Não será aceito comprovante de depósito, ou qualquer outra forma de pagamento diferente da estabelecida neste Edital.

4.7. Não será devolvida em hipótese alguma a importância recolhida pelo candidato referente à taxa de inscrição.

4.8. A inscrição do candidato será deferida somente após a Empresa MSCONCURSOS receber a confirmação, pela instituição bancária, do respectivo pagamento.

4.8.1. O Município de Rio do Sul - SC e a Empresa MSCONCURSOS não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou a efetivação do pagamento da taxa de inscrição.

4.9. Não será aceita a inscrição por fac-símile (fax), via postal, condicional ou fora do período estabelecido.

4.9.1. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a quaisquer dos requisitos aqui fixados.

4.10. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser excluído do Concurso Público aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

4.11. As inscrições poderão ser efetuadas somente até as 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, do dia 24/02/2011.

4.11.1. A taxa de inscrição poderá ser paga somente até o dia útil, posterior a data de encerramento das inscrições.

4.12. Após a confirmação do pagamento da inscrição pela instituição bancária, não será aceito pedido de alteração dos dados indicados na ficha de inscrição.

5 - DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

5.1. O candidato amparado pela Lei nº 10.567/97 (doadores de sangue), deverá informar sua qualidade de doador de sangue no momento da inscrição.

5.1.1. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido por entidade coletora oficial ou credenciada. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 3 (três) vezes nos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação deste Edital.

5.2. O candidato deverá protocolar, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do edital de abertura, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Do Sul, localizada na Praça 25 de Julho, 01 – CEP 89160-000, no horário 7h30min às 13h30min, o documento comprobatório da qualidade de doador de sangue.

5.3. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas, estando habilitados a todos os atos e termos do Edital.

5.4. A relação dos candidatos contemplados com a isenção de pagamento da inscrição será divulgada no site <http://www.msconcursos.com.br>.

5.5. O candidato que tiver o pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento do boleto, até prazo estabelecido no item 4.11.1, para regularizar sua inscrição, sendo de sua total responsabilidade obter informação sobre eventual indeferimento da taxa de isenção, bem como do prazo para o pagamento da inscrição.

5.6. O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

6 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. O Concurso Público será constituído de uma única etapa: Prova Objetiva.

7 - DA PROVA

7.1. DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.1.1. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

7.1.2. As questões da prova objetiva de múltipla escolha conterão 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), das quais haverá uma única resposta correta.

7.1.3. Os conteúdos das provas constam do Anexo I deste Edital.

7.1.4. À prova objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.1.5. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

- a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da prova objetiva.
- b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da prova objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.
- c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a prova objetiva, acarretando a sua eliminação do Concurso Público.

7.1.6. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será atribuída a todos os candidatos do respectivo emprego, presentes à prova.

7.2. QUADRO DE PROVAS

EMPREGOS	TIPO DE PROVA / ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Nível Fundamental Completo			
Agente Comunitário de Saúde PSF,	Língua Portuguesa		
	Matemática		
Agente Comunitário de Saúde PACS e	Conhecimentos Gerais /	08	2,5
	Atualidades	07	2,5
Agente de Combate às Endemias	Conhecimentos Específicos	05	2,5
		20	2,5

7.3. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.3.1. A data prevista para a realização da prova objetiva é o dia 20/03/2011, no município de Rio do Sul – SC, com duração máxima de 3 (três) horas, incluso o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

7.3.1.1. Essa data poderá ser alterada por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência nova data para realização das provas.

7.3.2. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente nos endereços eletrônicos <http://www.msconcursos.com.br> e <http://www.riodosul.sc.gov.br>.

7.3.2.1. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário constantes na convocação.

7.3.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em razão do afastamento do candidato da sala de provas, mesmo quando no caso previsto no item 7.3.25, ressalvado o previsto no item 7.4.17.

7.3.4. O candidato deverá comparecer ao local determinado para realização das provas munido de documento original de identificação com foto, caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis, borracha e comprovante de inscrição (boleto bancário).

7.3.4.1. Recomenda-se que o candidato compareça ao local 30 (trinta) minutos antes da hora marcada.

7.3.5. Será permitida a realização das provas somente ao candidato que apresentar ao fiscal de sala o original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira de Órgão ou Conselho de classe ou Carteira Nacional de habilitação.

7.3.6. Será permitida a realização das provas somente ao candidato que apresentar um dos documentos discriminados no item anterior, desde que o documento permita, com clareza, a sua identificação.

7.3.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar no dia de realização das provas documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar uma cópia do documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital.

7.3.8. Como nenhum documento ficará retido, não serão aceitos

protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos diferentes dos anteriormente definidos, inclusive carteira funcional de ordem pública ou privada.

7.3.9. Não será permitido o ingresso de candidato no local do Concurso Público após o horário estabelecido na Convocação, não sendo admitido candidato retardatário, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

7.3.10. Não haverá segunda chamada para realização das provas ou avaliações em nenhuma hipótese.

7.3.11. Não será permitido ao candidato realizar a prova portando aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, ponto eletrônico, etc.), boné e chaves.

7.3.12. Caso o candidato porte algum dos aparelhos eletrônicos acima mencionados, deverá desligá-los e acomodá-lo(s) abaixo de sua cadeira, sob sua guarda e responsabilidade.

7.3.12.1. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde ocorrerá o Concurso Público o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ligar somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.

7.3.12.2. A Empresa MCONCURSOS não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

7.3.13. O descumprimento do descrito nos itens 7.3.11, 7.3.12, e 7.3.12.1. poderá implicar na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

7.3.14. Poderá, ainda, ser excluído deste Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) fizer uso de consulta bibliográfica de qualquer espécie;
- b) utilizar equipamento eletrônico de qualquer tipo;
- c) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- d) for surpreendido em comunicação com outros candidatos;
- e) fizer uso do celular, ou mantiver o aparelho ligado durante o tempo que permanecer no local de prova;
- f) utilizar meios ilícitos para a execução da prova;
- g) não acatar as determinações do edital do Concurso Público;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) desacompanhar o(s) fiscal(is) e/ou membro(s) da equipe de coordenação;
- j) fumar no local onde está ocorrendo o Concurso Público, conforme artigo 2º da Lei 9.294, de 15 de julho de 1996;
- k) NÃO ASSINAR seu cartão-resposta.

7.3.15. Será atribuída a pontuação zero à questão que, no cartão-resposta:

- a) não apresentar alternativa assinalada;
- b) apresentar alternativa(s) rasurada(s);
- c) tiver mais de uma alternativa assinalada;
- d) estiver assinalada diferente do proposto.

7.3.16. É de exclusiva responsabilidade do candidato ASSINAR e preencher devidamente o cartão-resposta.

7.3.17. O candidato deverá ater-se às instruções contidas no edital, no caderno de questões e no cartão-resposta.

7.3.18. Não haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

7.3.19. Ao concluir a prova objetiva, ou findo o tempo estabelecido para a sua realização, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta ASSINADO.

7.3.20. Período de Sigilo – Por motivos de segurança, o candidato poderá retirar-se do local somente após 1 (uma) hora do início da realização das provas.

7.3.21. Iniciada a realização das provas e decorrido o tempo de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, o candidato poderá levar o caderno de provas.

7.3.22. Os 3 (três) últimos candidatos da sala poderão sair somente juntos e após o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, devendo atestar que o envelope foi devidamente lacrado.

7.3.23. Depois da assinatura da folha de frequência até a entrega do cartão-resposta ao fiscal, o candidato não poderá ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal.

7.3.24. A retificação de erros referentes a dados pessoais deverá ser solicitada através do e-mail: retificacao.riodosul@msconcursos.com.br, em até 2 dias úteis após a publicação da Classificação Preliminar do Concurso Público.

7.3.24.1. O candidato que não solicitar a correção nos termos deste item deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

7.3.25. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova será acompanhada de fiscal da Empresa MCONCURSOS, não havendo compensação desse período no tempo de duração das provas.

7.4. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

7.4.1. Em obediência ao disposto no § 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/1990 e na forma do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, serão destinadas aos portadores de necessidades especiais 5% (cinco por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do Concurso, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

7.4.2. Na hipótese do não aproveitamento das vagas destinadas aos portadores de deficiência, por reprovação ou por não atender aos requisitos estabelecidos neste Edital, essas vagas serão utilizadas pelos demais candidatos, respeitada rigorosamente a classificação.

7.4.3. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria ou de adaptação em outro cargo, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

7.4.4. Os candidatos portadores de deficiência concorrerão apenas nas vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos para o cargo ao qual optar.

7.4.4.1. O primeiro candidato portador de necessidades especiais classificado no Concurso Público será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta do respectivo cargo ao qual concorre, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos.

7.4.5. O candidato portador de deficiência aprovado e convocado

para fim de nomeação, durante o período de experiência poderá ser submetido a avaliação por equipe multiprofissional em conformidade com o Decreto Federal n.º 3.298/99, que bem identificará a compatibilidade entre as atribuições da função e a deficiência apresentada.

7.4.6. Para efeito deste concurso, consideram-se deficiências, que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos.

7.4.7. O candidato portador de deficiência deverá declarar, no ato da inscrição, no campo próprio, o tipo da deficiência de que é portador, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas.

7.4.8. O candidato que não atender ao solicitado no item anterior não será considerado portador de deficiência, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

7.4.9. O candidato deficiente visual (amblíope) que necessitar de prova ampliada ou que depender de instrumentos específicos para leitura das provas deverá informar a especialidade e/ou tamanho da letra (fonte) no ato da inscrição, no campo próprio.

7.4.10. O deficiente visual cego total deverá indicar sua condição, informando no requerimento de inscrição a necessidade de realizar a prova em braile ou com auxílio de leitor.

7.4.11. As provas ampliadas ou em braile, quando solicitadas, serão disponibilizadas sem custo ao candidato.

7.4.12. O candidato portador de deficiência deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita, caso não seja(m) nenhuma das acima mencionadas, facultado à Comissão do Concurso Público o deferimento ou indeferimento do pedido.

7.4.13. As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo este comunicado em caso de não atendimento a sua solicitação.

7.4.14. Outras especialidades, quando autorizadas previamente pela Comissão Organizadora do Concurso Público, deverão ser providenciadas por iniciativa e a expensas do candidato.

7.4.15. O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando no requerimento de inscrição se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

7.4.16. O candidato portador de deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das provas, bem como à pontuação mínima exigida.

7.4.17. Ao candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional, conforme previsto no § 2º do artigo 40, do Decreto Federal nº 3.298/99, será concedido 25% de tempo adicional.

8 - DA PONTUAÇÃO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Pontuação Final:

8.1.1. A pontuação final será a pontuação total obtida na Prova Objetiva.

8.1.2. A homologação dos aprovados, por ordem decrescente da pontuação final, será publicada no site <http://www.msconcursos.com.br> e <http://www.riodosul.sc.gov.br>.

9 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em caso de empate terá preferência o candidato:

- a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº. 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- b) que obtiver maior número de acertos na área de Conhecimentos Específicos;
- c) que obtiver maior número de acertos na área de Língua Portuguesa;
- d) que obtiver maior número de acertos na área de Matemática;
- e) que tiver mais idade;

9.1. Persistindo o empate será realizado sorteio público.

10 - DOS RECURSOS

10.1. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data seguinte à da publicação dos seguintes fatos:

- a) omissão do nome do candidato;
- b) indeferimento ou anulação de inscrições;
- c) questões da prova;
- d) gabarito preliminar;
- e) pontuação atribuída à prova objetiva e prova de títulos;
- f) resultado preliminar;
- g) classificação preliminar.

10.2. Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe deu origem.

10.3. O recurso deverá ser apresentado no formulário próprio (Anexo II deste edital) disponível no site <http://www.msconcursos.com.br>.

10.3.1. Cada questão deverá ser apresentada em um único formulário, sob pena de indeferimento.

10.4. O recurso deverá estar digitado, não sendo aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telex, telegrama ou outro meio não especificado neste Edital.

10.4.1. Será indeferido recurso que não estiver digitado.

10.5. O recurso deverá ser enviado pela internet, através de e-mail, no endereço eletrônico recursos.riodosul@msconcursos.com.br.

10.5.1. Na apresentação de texto e doutrina em que se fundamenta seu recurso, o candidato deverá providenciar a devida digitalização das laudas, através de scanner ou equipamento similar, de modo que permaneça legível e mantenha a devida integridade, atentando-se ao modo de envio e tempestividade.

10.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo previsto ou que não atendam ao estipulado no Anexo II deste Edital.

10.6.1. O candidato que desejar obter a resposta do seu recurso poderá enviar a solicitação pelo e-mail recursos.riodosul@msconcursos.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do evento que deu origem.

10.6.2. A resposta será encaminhada unicamente para o endereço

eletrônico constante na ficha de inscrição do candidato.

10.7. Poderá haver alteração na classificação após análise dos recursos interpostos.

11 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

11.1 Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

11.2. A convocação para admissão será feita através de telefone ou AR.

11.2.1. O candidato terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone ou correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento AR, para se apresentar no local citado.

11.3. Não haverá, em hipótese alguma, segunda convocação, por qualquer que seja o motivo.

11.4. Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço, junto a Prefeitura Municipal, quando houver alteração do endereço informado na ficha de inscrição.

11.5. Quando da convocação o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar os documentos abaixo relacionados:

11.5.1. Quitação com as obrigações eleitorais e militares.

11.5.2. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o emprego público (Ensino Fundamental Completo), mediante a apresentação dos documentos previstos em lei.

11.5.3. Declaração de não-acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição.

11.5.4. Apresentar o resultado de exames abaixo relacionados:

11.5.4.1. Hemograma completo.

11.5.4.2. Glicemia(em jejum).

11.5.4.3. VDRL.

11.5.4.4. RX do Tórax.

11.5.4.5. RX da Coluna Lombo Sacra.

11.5.4.6. ECG com laudo, para a pessoas maiores de 40 anos.

11.5.5. Exame médico admissional de boa saúde física e mental, expedido pelo SIMM – Serviço de Inspeção Médica Municipal da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

11.5.6. Fotocópia da Carteira de Identidade.

11.5.7. Fotocópia PIS-PASEP.

11.5.8. Fotocópia CPF (Cadastro de Pessoa Física) válido.

11.5.9. Fotocópia Certidão de casamento (se casado for).

11.5.10. Fotocópia Certidão de filhos até a idade de 21 anos.

11.5.11. Uma fotografia 3x4 recente.

11.5.12. Carteira Profissional de Trabalho.

11.5.13. Fotocópia Comprovante de residência.

11.5.14. Para os candidatos ao emprego público de Agente de Combate às Endemias, a fotocópia da CNH - Carteira Nacional de Habilitação, categoria "A".

11.5.15. Declaração de Bens e Fonte de Renda.

11.5.16. Número de Conta Bradesco.

11.5.17. Fotocópia Grupo Sangüíneo e Fator RH.

11.5.18. Certificado de aproveitamento de Curso Introdutório de Agente Comunitário da Saúde, ou de Agente de Combate às Endemias.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital próprio.

12.2. O Poder Executivo do Município de Rio do Sul - SC e a Empresa MSCONCURSOS não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato, inclusive quanto à eventual admissão, decorrentes de:

a) endereço não atualizado;

b) endereço de difícil acesso;

c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

12.3. Durante o prazo de validade do Concurso Público o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo, em caso de alteração, comunicar oficialmente ao Município de Rio do Sul – SC.

12.4. Durante o prazo de validade do Concurso Público, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para nomeação nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

12.5. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultada a destruição do cartão-resposta e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos.

12.6. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a elas posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

12.7. Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público, à luz da legislação vigente.

12.8. Os Anexos I, II e III são partes integrantes deste edital.

Rio do Sul - SC, 24 de janeiro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTÉUDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

	<p>Língua Portuguesa – Compreensão e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia (escrita correta das palavras). Fonema e letra: dígrafo, encontros vocálicos, encontros consonantais e divisão silábica. Substantivo: próprio, comum, simples, composto, concreto, abstrato, coletivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo). Artigo. Adjetivo: simples e composto, flexão de gênero e número, adjetivos pátrios. Numeral: cardinal, ordinal, multiplicativo, fracionário. Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, de tratamento. Verbos: conjugação, vozes verbais, tempo e modo. Advérbio. Conjunção. Preposição. Acentuação gráfica. Pontuação. Reescrita de frases. Concordância nominal e verbal. Sintaxe: sujeito, predicado, orações coordenadas. Significação das palavras: sinônimos e antônimos.</p> <p>Sugestão Bibliográfica - BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. São Paulo: Lucerna, 1999. BUENO, S. Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2007. CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 2005. FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: FTD, 2003. FERREIRA, A. B. H. (Aurélio). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. PASCHOALIN, M. A. e SPADOTO, N. T. Gramática: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2008. TERRA, E. Minigramática. São Paulo: Scipione, 2008.</p> <p>Matemática - Números naturais (operações de adição, subtração, multiplicação e divisão). Problemas sobre as quatro operações de números inteiros e fracionários. Sistema monetário brasileiro. Operações com números decimais. Sistema métrico decimal. Unidades de medida de comprimento, de capacidade, de massa. Razão e proporção. Regra de três simples. Porcentagem.</p> <p>Sugestão Bibliográfica - DANTE, Luiz Roberto. Tudo é Matemática: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. 1ª ed, São Paulo: Ática. IEZZI, Gelson et al. Matemática e realidade. : 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. 4ªed. São Paulo: Atual. IMENES, L. M. e LELLIS, M. Matemática para todos. 5ª a 8ª séries. Editora Scipione: São Paulo.</p> <p>Conhecimentos Gerais/Atualidades - História do município de Rio do Sul/SC. Aspectos gerais sobre saúde, cultura, ecologia.</p> <p>Sugestão Bibliográfica – Notícias divulgadas nas diversas mídias. http://www.riodosul.sc.gov.br/portal/index.php.</p> <p>Conhecimentos Específicos – Perfil de competências profissionais do Agente Comunitário de Saúde. Constituição Federal/1988 – Artigos 196 a 200. Política Nacional de Atenção Básica. Diretrizes Operacionais dos Pactos pela vida e de Gestão. Sistema Único de Saúde. Promoção, proteção e recuperação da saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Política Nacional de Humanização. Direito Sanitário com Enfoque na Vigilância em Saúde. Gestão Municipal da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde.</p> <p>Sugestão Bibliográfica - BRASIL. Lei nº. 11.350/2006 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11350.htm.</p> <p>BRASIL. Constituição Federal de 1988 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 648/2006 – http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-648.htm</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 8.080/1990 - http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 8.142/1990 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 699/2006 – http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_699_2006.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Série Pactos pela Saúde. Vol. 1. Brasília - http://www.saude.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/volume1.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Vol. 7. Brasília - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 3ª edição, Brasília, Ministério da Saúde, 2006 - http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/06_0915_M.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Direito Sanitário com Enfoque na Vigilância em Saúde. 1ª edição. Brasília: Ed. MS, 2006 - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_direito_sanitario.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão Municipal da Saúde: textos básicos. Tema 12: Sistema Único de Saúde – Princípios. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 2001 - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gestao_municipal_de_saude.pdf</p> <p>-Agente Comunitário de Saúde PSF; BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MG/GM nº 648 de 28/03/2006. http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/atencao-basica/Portaria_648.pdf</p> <p>-Agente Comunitário de Saúde PACS; e BRASIL. Perfil de competências profissionais do Agente Comunitário de Saúde – ACS. Ministério da Saúde, 20 de outubro/2003 - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perfil_competencia_acs.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2000 - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_05a.pdf.</p>
--	---

<p>Agente de Combate às Endemias</p>	<p>Língua Portuguesa – Compreensão e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia (escrita correta das palavras). Fonema e letra: dígrafo, encontros vocálicos, encontros consonantais e divisão silábica. Substantivo: próprio, comum, simples, composto, concreto, abstrato, coletivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo). Artigo. Adjetivo: simples e composto, flexão de gênero e número, adjetivos pátrios. Numeral: cardinal, ordinal, multiplicativo, fracionário. Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, de tratamento. Verbos: conjugação, vozes verbais, tempo e modo. Advérbio. Conjunção. Preposição. Acentuação gráfica. Pontuação. Reescrita de frases. Concordância nominal e verbal. Sintaxe: sujeito, predicado, orações coordenadas. Significação das palavras: sinônimos e antônimos.</p> <p>Sugestão Bibliográfica – BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. São Paulo: Lucerna, 1999. BUENO, S. Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2007. CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 2005. FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: FTD, 2003. FERREIRA, A. B. H. (Aurélio). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. PASCHOALIN, M. A. e SPADOTO, N. T. Gramática: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2008. TERRA, E. Minigramática. São Paulo: Scipione, 2008.</p> <p>Matemática - Números naturais (operações de adição, subtração, multiplicação e divisão). Problemas sobre as quatro operações de números inteiros e fracionários. Sistema monetário brasileiro. Operações com números decimais. Sistema métrico decimal. Unidades de medida de comprimento, de capacidade, de massa. Razão e proporção. Regra de três simples. Porcentagem.</p> <p>Sugestão Bibliográfica - DANTE, Luiz Roberto. Tudo é Matemática: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. 1ª ed, São Paulo: Ática. IEZZI, Gelson et al. Matemática e realidade. : 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. 4ªed. São Paulo: Atual. IMENES, L. M. e LELLIS, M. Matemática para todos. 5ª a 8ª séries. Editora Scipione: São Paulo.</p> <p>Conhecimentos Gerais/Atualidades - História do município de Rio do Sul/SC. Aspectos gerais sobre saúde, cultura, ecologia.</p> <p>Sugestão Bibliográfica – Notícias divulgadas nas diversas mídias. http://www.riodosul.sc.gov.br/portal/index.php.</p> <p>Conhecimentos Específicos – Conhecimentos específicos da dengue. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Noções básicas de Doenças como Dengue, Malária, febre amarela, esquistossomose, entre outras. Visita domiciliar, Avaliação das áreas de risco ambiental e Sanitária. Princípios e diretrizes do SUS. Operacionais dos Pactos pela vida e de Gestão. Sistema Único de Saúde. Promoção, proteção e recuperação da saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Política Nacional de Humanização. Direito Sanitário com Enfoque na Vigilância em Saúde. Gestão Municipal da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica.</p> <p>Sugestão Bibliográfica - BRASIL. Lei nº. 11.350/2006 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11350.htm.</p> <p>BRASIL. Constituição Federal de 1988 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 648/2006 – http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-648.htm</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 8.080/1990 - http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 8.142/1990 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 699/2006 – http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_699_2006.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Série Pactos pela Saúde. Vol. 1. Brasília - http://www.saude.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/volume1.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Vol. 7. Brasília - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 3ª edição, Brasília, Ministério da Saúde, 2006 - http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/06_0915_M.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Direito Sanitário com Enfoque na Vigilância em Saúde. 1ª edição. Brasília: Ed. MS, 2006 - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_direito_sanitario.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão Municipal da Saúde: textos básicos. Tema 12: Sistema Único de Saúde – Princípios. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 2001 - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gestao_municipal_de_saude.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MG/GM nº 648 de 28/03/2006. http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/atencao-basica/Portaria_648.pdf</p> <p>BRASIL. Perfil de competências profissionais do Agente Comunitário de Saúde – ACS. Ministério da Saúde, 20 de outubro/2003 - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perfil_competencia_acs.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2000 - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_05a.pdf.</p> <p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Além das bibliografias sugeridas, a Banca Examinadora poderá utilizar outras bibliografias atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>
--------------------------------------	---

USO INTERNO

Protocolo nº

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
ANEXO II
FORMULÁRIO PARA RECURSO – FOLHA DE ROSTO

À Banca Examinadora

Venho por meio deste, interpor recurso contra
_____, aplicada em ____/____/_____, de acor-
do com a(s) razão(ões) constante(s) na(s) folha(s) seguintes(s).

Número da inscrição: _____

Candidato(a): _____

CPF: _____

RG: _____

Cargo/Emprego: _____

Endereço: _____

Telefone: () _____

e-mail: _____

Local e data: _____

Observações:

- 1) Todos os campos de identificação constantes da folha de rosto deverão ser preenchidos.
- 2) Especificar o fato motivador do recurso de forma sucinta e clara, em campo próprio, sem nenhum sinal identificador (nome, nº de inscrição, etc.).
- 3) Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe der origem.
- 4) Cada recurso deverá ser apresentado em um formulário.
- 5) O recurso deverá estar digitado, não sendo aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telegrama ou outro meio não especificado neste Edital.
- 6) Será indeferido o recurso que não estiver digitado, estiver identificado em outro lugar que não o específico ou que seja igual ao recurso de outro candidato.
- 7) O recurso deverá ser encaminhado por e-mail no endereço eletrônico recursos.riodosul@msconcursos.com.br.
- 8) O candidato que tiver seu recurso indeferido e desejar obter a sua resposta poderá enviar a solicitação para recursos.riodosul@msconcursos.com.br. A resposta será encaminhada unicamente para o endereço eletrônico constante na ficha de inscrição do candidato.

USO INTERNO

Protocolo nº

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
FORMULÁRIO PARA RECURSO – RAZÕES DE RECURSO

Fundamentação e/ou embasamento legal, com as devidas razões do recurso:

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

Anexo III
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	DATA PREVISTA*
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA	25/01/2011
INÍCIO DAS INSCRIÇÕES	25/01/2011
FIM DAS INSCRIÇÕES	24/02/2011
ÚLTIMO DIA PARA PAGAMENTO DAS INSCRIÇÕES	25/02/2011
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	02/03/2011
INÍCIO DO PRAZO RECURSAL SOBRE AS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	03/03/2011
FIM DO PRAZO RECURSAL SOBRE AS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	04/03/2011
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS APÓS RECURSOS	09/03/2011
PUBLICAÇÃO DO "ENSALAMENTO" (DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS POR LOCAIS DE PROVAS)	09/03/2011
REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS	20/03/2011
PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR	21/03/2011
INÍCIO DO PRAZO RECURSAL SOBRE O GABARITO PRELIMINAR	22/03/2011
FIM DO PRAZO RECURSAL SOBRE O GABARITO PRELIMINAR	23/03/2011
RESPOSTA DOS RECURSOS SOBRE O GABARITO PRELIMINAR	04/04/2011
PUBLICAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO	04/04/2011
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS	04/04/2011
INÍCIO DO PRAZO RECURSAL SOBRE RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS	05/04/2011
FIM DO PRAZO RECURSAL SOBRE RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS	06/04/2011
RESPOSTAS DOS RECURSOS SOBRE RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS	11/04/2011
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS	11/04/2011
PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR	11/04/2011
INÍCIO DO PRAZO RECURSAL SOBRE A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR	12/04/2011
FIM DO PRAZO RECURSAL SOBRE A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR	13/04/2011
PUBLICAÇÃO DO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO FINAL	15/04/2011
HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO	15/04/2011

* As datas aqui previstas poderão ser alteradas no caso de ocorrência de fato relevante. As alterações no cronograma serão divulgadas pelos mesmos meios utilizados para a divulgação deste Edital.

CÂMARA DE VEREADORES

Extrato Tomada de Preços Nº 01/2011
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2011

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através de sua Comissão de Licitação, designada pela Resolução nº 599/11, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, tipo MENOR PREÇO, no dia 11/02/2011, às 09:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, para Prestação de Serviço de Geração e Transmissão de 42 (quarenta e duas) Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Rio do Sul, Ordinárias, Solenes e Ordinárias com Solenidade, conforme especificações contidas nos Anexos que fazem parte do presente Edital. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 24 de janeiro de 2010.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente Câmara Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Cancelamento de Licitação

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2011

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados, que de acordo com Parecer Jurídico torna publico o CANCELAMENTO da Licitação Pública na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, com a finalidade de Contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (Lixo) domiciliares e compactáveis.

Salto Veloso, 24 de Janeiro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.157, de 21 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº 4.157, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, criando-se as modalidades de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 721.795,64 (setecentos e vinte e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos), nas seguintes dotações

orçamentárias:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01.10.301.4506.1.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0020 34 Aplicação Direta 227.033,16

13.01.10.301.4506.2.019.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0021 35 Aplicação Direta 102.824,87

13.01.10.302.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.00.0.3.0065 36 Aplicação Direta 120.000,00

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 37 Aplicação Direta 34.827,37

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 38 Aplicação Direta 1.878,34

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 39 Aplicação Direta 78.029,41

13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 40 Aplicação Direta 32.124,72

13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 41 Aplicação Direta 23.633,43

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0065 42 Aplicação Direta 28.220,42

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0065 43 Aplicação Direta 67.622,74

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 44 Aplicação Direta 5.601,18

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de janeiro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.158, de 21 de Janeiro de 2011.

DECRETO Nº 4.158, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública bens imóveis, para fins de desapropriação por via amigável e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, com base no artigo 5º e 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO a política de estímulo do Município de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de fortalecer seu parque fabril;

CONSIDERANDO que a função do Poder Público é incentivar a criação de emprego e renda para propiciar a população uma melhor qualidade de vida;

CONSIDERANDO a necessidade do Município em adquirir imóvel para implantação de indústrias;

CONSIDERANDO por fim, que, após estudos realizados, constatou-se que os imóveis objetos desta Declaração de Utilidade dispõe de condições ideais, eis que atendem as finalidades precípua da Administração, cujas condições de instalação e localização condicionam a sua escolha;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para efeito de

desapropriação os seguintes bens imóveis:

I - Parte do lote rural de terras de cultura e matos, número vinte e um 'c' (21-C), com a área superficial de trinta e cinco mil, cento e cinquenta e três vírgula dezessete metros quadrados (35.153,17m²), situada na Secção Ibicaré, na Fazenda Saudades, neste Município, código INCRA 815.292.004.863-7, imóvel lote rural nº 76-A, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 15083, conforme constante no anexo I deste Decreto;

II - Parte do Lote Rural de terras de cultura e matos, número vinte e um 'c' (21-C), com a área superficial de setenta e nove mil, duzentos e treze vírgula quarenta e dois metros quadrados (79.213,42 m²), sem benfeitorias, situada na Secção Ibicaré, na Fazenda Saudades, neste Município, imóvel lote rural nº 76-A, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 15082, conforme constante no anexo II deste Decreto.

Art. 2º Fica concedido o prazo de 20 (vinte) dias para possibilitar eventuais impugnações por parte de qualquer interessado.

Art. 3º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos 4.109, de 19 de outubro de 2010 e o Decreto 4.123, de 18 de novembro de 2010.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de janeiro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECRETO Nº 4.158, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº 15082

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de janeiro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECRETO Nº 4.158, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

MATRÍCULA DO Nº 15083

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de janeiro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO III

DECRETO Nº 4.158, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

LEVANTAMENTO DA ÁREA

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de janeiro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 08/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos

interessados, que realizará no dia 07/02/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 07 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA REFORMA DE PONTILHÕES E OUTROS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 01/2011 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 09/02/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PREGÃO PRESENCIAL Nº 01 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COPA, COZINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA OS ESFs. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 07/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07/02/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 09/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08/02/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 08 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS 16 CLUBES DE IDOSOS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 05.2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº05/2011 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

Aquisição de Material Permanente, Instrumentos Musicais e de eletrodoméstico para a Secretaria de Educação e para a Administração Municipal, conforme especificação e quantitativos do

ANEXO I deste Edital.

TIPO: Menor Preço DATA DE ABERTURA: 07/02/2011 às 14:30h.
RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00 às 19:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 19/01/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Suspensão da Abertura da Concorrência Nº 02/2010-PMS

DIRETORIA DE RECURSOS MATERIAIS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Processo Administrativo Licitatório n.º 176/2010-PMS

Concorrência n.º 02/2010-PMS

Objeto: Outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER" conforme projeto básico, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório.

Decisão

Vistos, etc

Considerando a impugnação ao Edital de Licitação apresentada em 21 de janeiro de 2011, pela empresa VIAÇÃO CANARINHO LTDA, de caráter eminentemente técnico, e ainda tendo em vista a situação de emergência que acomete o Município, decretada pelo Decreto Municipal n.º 2.207/2011, de 17 de janeiro de 2011, que demanda a mobilização de todos os setores da Administração Municipal, inviabilizando momentaneamente a análise das razões da impugnação, suspendo o Processo Administrativo Licitatório n.º 176/2010 - Concorrência 02/2010-PMS, marcado para o dia 28/01/2011, até que seja decidido acerca da impugnação interposta. Publique-se e intime-se a empresa impugnante.

Schroeder(SC), 24 de janeiro de 2011.

ORLANDO TECILLA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

De acordo:

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CARLOS EDUARDO CAMPREGHER, inscrito no CPF sob nº. 066.291.329-98, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 22 de fevereiro de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 24 de janeiro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ALISON MULLER, inscrito no CPF sob nº. 046.224.919-07, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 22 de fevereiro de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 24 de janeiro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Edital de Praça Nº 01/2011 - Rua Erich Froehner

EDITAL DE PRAÇA Nº 01/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, dos valores referentes a Pavimentação Asfáltica da Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, abrangendo no Trecho 01 - estaca OPP até estaca 132 - extensão = 2.640,00m, perfazendo uma área total de 26.400m² e Trecho 02 - estaca OPP até estaca 88 + 6,81m - extensão= 1.766,81m, perfazendo uma área total de 17.668,100m², ficando assim determinado.

I - DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte rua:

Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, perfazendo uma área total de 44.068,10m² nos seguintes trechos:

Trecho 01 - estaca OPP até estaca 132 - extensão = 2.640,00m, perfazendo uma área total de 26.400m² e;

Trecho 02 - estaca OPP até estaca 88 + 6,81m - extensão= 1.766,81m, de acordo com os projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, conforme projeto, memorial descritivo e relação dos imóveis na tabela abaixo.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERICH FROEHNER BAIRRO SCHROEDER I.

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

MEMORIAL DESCRITIVO TRECHO 01 E TRECHO 02 DA RUA ERICH FROEHNER

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERICH FROEHNER – TRECHO 01 - ESTACA 0PP ATÉ ESTACA 132 – EXTENSÃO = 2.640,00 METROS

SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO**

O presente caderno tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA ERICH FROEHNER, TRECHO 1, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO**GENERALIDADES****ABREVIACÕES**

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de Schroeder.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para

executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMG.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou, Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,00mx1,50m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto.

Estes materiais transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituir ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

Os materiais deverão ter ISC \square 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto

o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : +/- 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : +/- 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material

granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material de jazida a ser usado deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de ± 2% em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC > 100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa

qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

± 10%, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm.

A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado +/- 2 %.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

+/- 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de +/- 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

CONTROLE

Quantidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas
---------------------------	--------------------------------

Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	+/- 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	+/- 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	+/- 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	+/- 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	+/- 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	+/- 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	+/- 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	+/- 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	+/- 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	+/- 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	+/- 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 +/- 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas

apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente,

por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);
01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:
do agregado, no silo quente da usina;
do ligante, na usina;
da mistura, no momento, da saída do misturador.
As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.
Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.
Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.
Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.
O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.
O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de

locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.
O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços e obras deverão obedecer as plantas, desenhos, detalhes contidos no projeto de drenagem pluvial e aos demais elementos que a FISCALIZAÇÃO venha a fornecer.

Eventuais divergências entre os elementos do projeto constatados pela Contratada, deverão ser imediatamente levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO para os devidos esclarecimentos.

Todos os aspectos particulares do projeto serão em ocasião oportuna detalhados pela FISCALIZAÇÃO.

Durante o andamento das obras a CONTRATADA deverá manter, tanto quanto possível o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc, enfim tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

Terminados os serviços e antes da entrega definitiva da obra, a CONTRATADA deverá remover do local todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes dos serviços realizados. A CONTRATADA deverá observar a legislação brasileira, bem como as Normas Gerais de Trabalho.

A CONTRATADA não poderá interromper o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública. Para isso deverá proteger, envidando todos os esforços e meios possíveis, a plena integridade das instalações relacionadas com tais serviços (água, energia elétrica, telefonia, etc...).

Correrá por conta da Contratada, a reparação de todos os danos causados às propriedades e utilidades públicas, devidos à imperícia ou imperfeição na execução dos serviços. Esses danos deverão ser reparados no menor prazo possível.

A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra o

risco de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros.

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano causado a terceiros.

A CONTRATADA colocará, no local da obra, sinalização adequada, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc..., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pelo Departamento de Trânsito.

O esquema de sinalização para proteção da obra e orientação dos usuários deverá ser aprovado, primeiramente, pelo Departamento de Trânsito.

Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a CONTRATADA continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.

INÍCIO DOS SERVIÇOS

Após a autorização emitida pela FISCALIZAÇÃO e nada havendo em contrário, a CONTRATADA iniciará os trabalhos dando prioridade para realização dos serviços topográficos.

Deverão ser locadas as plataformas das ruas e nos eixos destas, colocadas estacas de madeira, distanciadas entre si de 20 (vinte) metros.

Também, serão fixadas estacas de madeira nos locais previstos para poços de visita, caixa cega, caixas de inspeção, bocas de lobo, etc.

Ao longo dos serviços topográficos serão observadas as diretrizes básicas do projeto com relação aos greides (declividades longitudinal e transversal) e sentido de escoamento das águas pluviais.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer

às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço cozido ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banqueta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir

que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização. Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte: Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;
dimensões das faixas;
espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a

materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;
 c) cor da tinta : branca ou amarela;
 d) referência quanto a natureza química da resina;
 e) data da fabricação;
 f) prazo de validade;
 g) identificação da partida de fabricação;
 h) nome e endereço do fabricante;
 i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;
 acrílica;
 vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;
 "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;
 "Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorrefletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
 Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
 Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
 Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
 Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
 Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

OBJETIVO

Este item estabelece a sistemática a ser adotada na implantação da sinalização vertical, abrangendo o recebimento de materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

Sinalização vertical - processo de sinalização constituído por

dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

Placas de sinalização - dispositivos para controle de trânsito, verticais ao lado ou sobre a pista, transmitindo mensagens fixas e eventualmente móveis mediante símbolos, ou legendas previamente conhecidas e legalmente instituídas, visando regulamentar, advertir ou indicar quanto ao uso das vias, pelos veículos e pedestres de forma mais segura e eficiente.

Painéis - dispositivos especiais constituídos por chapas metálicas com mensagens visando segurança e melhor fluxo de tráfego, suspensas sobre a rodovia por meio de estruturas adequadas.

MATERIAIS

As placas de sinalização são constituídas de chapas metálicas ou de BMC (resina plástica reforçada) cortadas nas dimensões do projeto e material de acabamento. As formas e cores das placas de sinalização estão especificadas no anexo II do regulamento do Código Nacional de Trânsito ou explicitadas no projeto.

CHAPAS METÁLICAS

As chapas, após cortadas nas dimensões finais, tem os cantos arredondados, exceto as placas octogonais.

São submetidas a uma decapagem por processo químico a fim de proporcionar boa aderência à película de tinta. Qualquer que seja o processo de decapagem, as placas devem ser suficientemente lavadas e secas em estufas de modo a remover qualquer resíduo de produto químico. As chapas são confeccionadas em aço laminado a frio números 14 e 16. A chapa número 14 destina-se à execução de sobplacas de dimensões (40x60) cm. Para as demais dimensões de placas, a chapa usada é a número 16.

PLACAS REFLETIVAS

A chapa metálica possuirá uma demão de "wash-primer", à base de cromato de zinco, se for alumínio, ou uma demão de "Primer" à base de Époxi, se for de aço. A face principal da placa é executada em película com esferas inclusas, não apresentando rugas, bolhas ou cortes. O verso da placa recebe uma demão de tinta esmalte sintético na cor semi-fosca.

SUPORTES

O suporte n.º 1 é um poste de 3,0m para placas de Regulamentação, Advertência e Indicativas de Serviços Auxiliares.

Os postes são confeccionados de tubo de aço galvanizado de dimensões Ø 112'x 3,0m e parede de 0,3cm. Possuem as extremidades superiores fechadas por tampa soldada de aço galvanizado de espessura 3/16', 2(duas) aletas de aço galvanizado de dimensões 3/16x5x10cm, soldados com ângulo de 180º entre si a 5 cm das extremidades inferiores e 2(dois) furos de Ø 8,5 mm com eixos paralelos distantes das extremidades superiores de 3 cm e 36 cm, respectivamente.

Equipamento

Os equipamentos utilizados na implantação da sinalização vertical, são:

Caminhão Munck (para as placas suspensas);

Prumo;

Escavadeira manual;

Execução

LOCAÇÃO

As placas deverão ser posicionadas seguindo as indicações do projeto.

COLOCAÇÃO DO POSTE

É feita através de uma primeira camada de concreto-magro de seção circular de Ø 30 cm por 30 cm de profundidade e uma segunda camada de aterro socado com pedras que após o acabamento do piso deve totalizar 30 cm. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

COLOCAÇÃO DA PLACA

É fixada através de 2(dois) parafusos galvanizados de cabeça francesa Ø 5/16x2/1/2' com arruelas e porcas sextavadas. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

CUIDADOS NA COLOCAÇÃO

Os serviços deverão ser executados sem causar prejuízo para a circulação de veículos no sistema viário. A firma executante deverá verificar previamente as condições de "campo" do local indicado no projeto. As interferências subterrâneas e aéreas deverão ser observadas visando uma perfeita instalação e uma boa visualização da sinalização da sinalização. As seguintes condições de "campo" deverão ser observadas antes de iniciar os serviços:

Posição de caixas de inspeção de redes elétricas e telefônicas, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição de caixas de registros, hidrantes de rede d'água, incluindo suas prováveis tubulações poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos postes da rede elétrica, telefônica e iluminação pública.

Posição da altura da fiação elétrica e telefônica, bem como de luminárias.

Posição de árvores e arbustos.

Posição de marquises e estruturas destinadas à propaganda dos edifícios circunvizinhos.

Posição dos rebaixamento de meio-fio.

As perfurações executadas e prejudiciais pelas interferências, deverão ser reaterradas e recomposto o piso original do local, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

O danos causados às redes de concessionárias, órgãos públicos ou terceiros correrão por ônus e sob responsabilidade da firma executante.

INSPEÇÃO

Controle do Material

Cada elemento da sinalização vertical deverá ser observado quanto ao atendimento das características prescritas no capítulo condições específicas desta Norma.

Não devem ser utilizados placas amassadas e/ou arranhadas.

Controle de Execução

Localização, tipos e dimensões da sinalização.

Eventual obstrução à visibilidade da sinalização.

Condição da fundação para fixação da estrutura de suporte em concreto de cimento Portland, nas dimensões e resistência previstas.

Altura da sinalização em relação à superfície do pavimento.

Fixação dos suportes e da sinalização.

Necessidade de substituição de placas de sinalização por avarias quaisquer.

Tipo de película utilizada.

Sinalização adequada para os serviços de implantação.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de Sinalização Vertical serão medidos através da quantidade de placas implantadas, para cada tipo.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

TACHÃO BI-DIRECIONAL E TACHINHA

OBJETIVO

A execução dos serviços será feito segundo estas especificações de serviço, ou nos casos omissos, será resolvido pela FISCALIZAÇÃO.

A mão de obra deverá ser experiente e o acabamento de acordo com as presentes especificações. Todos os serviços deverão seguir rigorosamente as normas técnicas em vigor.

MATERIAIS

Todos os materiais deverão satisfazer rigorosamente estas

especificações, e somente serão utilizados na obras após examinados pela fiscalização. Todos os materiais deverão ser depositados em áreas adequadas de modo a permitir a separação dos diversos tipos e dimensões e também, mantê-los limpos.

A fiscalização se reserva o direito de solicitar da contratada ensaios de materiais, previstos na ABNT, quando se fizer necessário.

A PEÇA RESISTENTE

É confeccionada em material a base de resinas e filerizantes minerais, possuindo estrutura de reforço e de ancoramento. O material deve ser de cor amarelo-branco de acordo com os padrões de sinalização, e não pode apresentar descoloração ou adesão de sujeiras por efeito do tráfego ou intempéries.

A estrutura de reforço e de ancoramento é composta de chapas de aço 1010-1020 e dois parafusos galvanizados. Em nenhum ponto da peça a estrutura de reforço poderá ficar a menos de 10 mm da superfície externa.

O ADESIVO PARA FIXAÇÃO

As características físico-químicas será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min.. A cada 8 peças ou fração, corresponderá a 1 kg de adesivo. A viscosidade da mistura permitirá a aplicação através de espátula. Endurecida, a mistura apresentará uma resistência a tração, ao corte e ao esmagamento superior da peça, apresentando uma aderência perfeita

TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL

Possuirá 2 (duas) placas refletivas opostas em 180º, incrustadas e coladas nos rebaixos de ambas as faces trapezoidais frontais.

EXECUÇÃO

LIMPEZA DA PISTA

Constará de:

- Varredura completa da pista, para retirada de detritos maiores;
- Limpeza da pista com a utilização da caminhão pipa, para uma lavagem com água.

LOCAÇÃO DA OBRA

Após os serviços preliminares será procedida a locação de toda a obra seguindo rigorosamente as indicações do projeto.

APLICAÇÃO DO TACHÃO

A aplicação será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min, a liberação do tráfego sobre os elementos colocados será de 45 a 50 minutos após a colocação da peça.

MEDIÇÃO

A colocação do tachão será medido pela quantidade de tachões colocados.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

OBRAS COMPLEMENTARES

EXECUÇÃO DE MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Esta especificação tem por objetivo fixar as características exigidas para os meios-fios de concreto pré-moldados e o método de assentamento a serem empregados nas obras viárias do Município de SCHROEDER.

Conceituar-se-á como meio-fio peça prismática retangular de dimensões e formatos adiante discriminados, destinada a oferecer solução de descontinuidade entre a pista de rolamento e o passeio ou acostamento da via pública.

MATERIAIS

Os meios-fios serão de concreto moldados no local, e modelo e dimensões conforme projeto.

EQUIPAMENTOS

Serão empregados os seguintes equipamentos :

Ferramentas manuais, tais como alavancas, pás, picaretas, etc;
Soquetes manuais, com diâmetro da área de 6 a 8 cm de peso de 4kg.

EXECUÇÃO

Compreenderá o assentamento do meio-fio.

Assentamento

As alturas e alinhamentos dos meios-fios serão dados por um fio de nylon esticado com referências topográficas não superiores a 20,00 m nas tangentes horizontais e verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais.

Nos encontros de ruas – esquinas – e sempre que as condições topográficas permitirem, a marcação de pequenos raios horizontais deverá ser feito com cintel.

Para acerto das alturas dos meios-fios, o enchimento entre esses e a base deverá ser feito com material incompreensível, tais como, pó-de-pedra, areia ou argamassa de cimento e areia.

MEDIÇÃO

A confecção meio-fio pré-moldado será medida através da quantidade de executadas em metros lineares.

PAGAMENTO

A confecção meio-fio pré-moldado será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custo de todas as operações e encargos para a confecção meio-fio pré-moldado.

EXECUÇÃO DE ATERRO ATRÁS DO MEIO FIO COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta Norma apresenta a sistemática a ser adotada na execução de aterros atrás de meio-fio com material de jazida. São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, controle da qualidade e os critérios para aceitação, rejeição e medição dos serviços e pagamentos.

MATERIAIS

O material empregado será constituído por solo livre de terra vegetal, matéria orgânica ou substâncias estranhas ou prejudiciais. A exploração de qualquer jazida deverá ser precedida da remoção da camada de terra vegetal ou qualquer outro material prejudicial que a encobrir.

Todo o material impróprio ou prejudicial que por inobservância destes preceitos for colocado no passeio, deverá ser retirado, correndo os encargos de tal colocação e remoção por conta da Contratada.

EQUIPAMENTO

O equipamento mínimo indispensável à execução do aterro dos passeios deverá constar de rolo vibratório tandem leve, caminhão-tombadeira para o transporte dos materiais de jazida, bem como outras ferramentas comumente empregadas em serviços deste tipo.

EXECUÇÃO

Após a conclusão da pavimentação da pista de rolamento, será feito o aterro dos passeios, com emprego de solo estabilizado na espessura suficiente para atingir o greide de projeto e largura definida no projeto.

O solo selecionado deverá ser compactado a 95% do ensaio Normal de compactação.

MEDIÇÃO

O aterro será medido através da quantidade de executada em metros cúbicos.

PAGAMENTO

A confecção do aterro será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção do reaterro.

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ERICH FROEHNER – TRECHO 02 - ESTACA 0PP ATÉ ESTACA 88 + 6,81 METROS – EXTENSÃO = 1.766,81 METROS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O presente caderno tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES,

TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA ERICH FROEHNER, TRECHO 2, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de Schroeder.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR - Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando

necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMG.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de

serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de

remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou, Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,00mx1,50m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos

de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, são ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este

último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

Os materiais deverão ter ISC \square 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : +/- 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : +/- 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO**REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas,

micáceas, e diatomáceas.

O material de jazida a ser usado deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de ± 2% em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC>100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

± 10%, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação

à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado +/- 2 %.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

+/- 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de +/- 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um

espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a impressão da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também, ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento,

que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

CONTROLE

antidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados

gráudo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado gráudo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado gráudo deve se constituir de fragmentos são, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086); durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto	
2"	50,8	100	-	-	-	
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	+/- 7%	
1"	25,4	75-100	95-100	-	+/- 7%	
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	+/- 7%	
1/2"	12,7	-	-	85-100	+/- 7%	
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	+/- 7%	
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	+/- 5%	
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	+/- 5%	
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	+/- 5%	
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	+/- 2%	
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	+/- 2%	

	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	
Betume solúvel no CS2 (+) %	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	+/- 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 +/- 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem.

Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO**LIGANTE BETUMINOSO**

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados: do agregado, no silo quente da usina; do ligante, na usina; da mistura, no momento, da saída do misturador. As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão. Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto. Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m^3 através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços e obras deverão obedecer as plantas, desenhos, detalhes contidos no projeto de drenagem pluvial e aos demais elementos que a FISCALIZAÇÃO venha a fornecer.

Eventuais divergências entre os elementos do projeto constatados pela Contratada, deverão ser imediatamente levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO para os devidos esclarecimentos.

Todos os aspectos particulares do projeto serão em ocasião oportuna detalhados pela FISCALIZAÇÃO.

Durante o andamento das obras a CONTRATADA deverá manter, tanto quanto possível o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc, enfim tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

Terminados os serviços e antes da entrega definitiva da obra, a CONTRATADA deverá remover do local todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes dos serviços realizados. A CONTRATADA deverá observar a legislação brasileira, bem como as Normas Gerais de Trabalho.

A CONTRATADA não poderá interromper o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública. Para isso deverá proteger, envidando todos os esforços e meios possíveis, a plena integridade das instalações relacionadas com tais serviços (água, energia elétrica, telefonia, etc...).

Correrá por conta da Contratada, a reparação de todos os danos causados às propriedades e utilidades públicas, devidos à imperícia ou imperfeição na execução dos serviços. Esses danos deverão ser reparados no menor prazo possível.

A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra o risco de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros.

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano causado a terceiros.

A CONTRATADA colocará, no local da obra, sinalização adequada, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc..., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pelo Departamento de Trânsito.

O esquema de sinalização para proteção da obra e orientação dos usuários deverá ser aprovado, primeiramente, pelo Departamento de Trânsito.

Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a CONTRATADA continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.

INÍCIO DOS SERVIÇOS

Após a autorização emitida pela FISCALIZAÇÃO e nada havendo em contrário, a CONTRATADA iniciará os trabalhos dando prioridade para realização dos serviços topográficos.

Deverão ser locadas as plataformas das ruas e nos eixos destas,

colocadas estacas de madeira, distanciadas entre si de 20 (vinte) metros.

Também, serão fixadas estacas de madeira nos locais previstos para poços de visita, caixa cega, caixas de inspeção, bocas de lobo, etc.

Ao longo dos serviços topográficos serão observadas as diretrizes básicas do projeto com relação aos greides (declividades longitudinal e transversal) e sentido de escoamento das águas pluviais.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa. As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm,

sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar

firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos,

equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;
dimensões das faixas;
espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;
acrílica;
vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem

retrorefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorefletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

OBJETIVO

Este item estabelece a sistemática a ser adotada na implantação da sinalização vertical, abrangendo o recebimento de materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

Sinalização vertical - processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

Placas de sinalização - dispositivos para controle de trânsito, verticais ao lado ou sobre a pista, transmitindo mensagens fixas e eventualmente móveis mediante símbolos, ou legendas previamente conhecidas e legalmente instituídas, visando regulamentar, advertir ou indicar quanto ao uso das vias, pelos veículos e pedestres de forma mais segura e eficiente.

Painéis - dispositivos especiais constituídos por chapas metálicas com mensagens visando segurança e melhor fluxo de tráfego, suspensas sobre a rodovia por meio de estruturas adequadas.

MATERIAIS

As placas de sinalização são constituídas de chapas metálicas ou de BMC (resina plástica reforçada) cortadas nas dimensões do projeto e material de acabamento. As formas e cores das placas de sinalização estão especificadas no anexo II do regulamento do Código Nacional de Trânsito ou explicitadas no projeto.

CHAPAS METÁLICAS

As chapas, após cortadas nas dimensões finais, tem os cantos arredondados, exceto as placas octogonais.

São submetidas a uma decapagem por processo químico a fim de proporcionar boa aderência à película de tinta. Qualquer que seja o processo de decapagem, as placas devem ser suficientemente lavadas e secas em estufas de modo a remover qualquer resíduo de produto químico. As chapas são confeccionadas em aço laminado a frio números 14 e 16. A chapa número 14 destina-se à execução de sobplacas de dimensões (40x60) cm. Para as demais dimensões de placas, a chapa usada é a número 16.

PLACAS REFLETIVAS

A chapa metálica possuirá uma demão de "wash-primer", à base de cromato de zinco, se for alumínio, ou uma demão de "Primer" à base de Époxi, se for de aço. A face principal da placa é executada em película com esferas inclusas, não apresentando rugas, bolhas ou cortes. O verso da placa recebe uma demão de tinta esmalte sintético na cor semi-fosca.

SUORTES

O suporte n.º 1 é um poste de 3,0m para placas de Regulamentação, Advertência e Indicativas de Serviços Auxiliares.

Os postes são confeccionados de tubo de aço galvanizado de dimensões Ø 11/2"x 3,0m e parede de 0,3cm. Possuem as extremidades superiores fechadas por tampa soldada de aço galvanizado de espessura 3/16", 2(duas) aletas de aço galvanizado de dimensões 3/16x5x10cm, soldados com ângulo de 180º entre si a 5 cm das extremidades inferiores e 2(dois) furos de Ø 8,5 mm com eixos paralelos distantes das extremidades superiores de 3 cm e 36 cm, respectivamente.

Equipamento

Os equipamentos utilizados na implantação da sinalização vertical, são:

Caminhão Munck (para as placas suspensas);

Prumo;

Escavadeira manual;

Execução

LOCAÇÃO

As placas deverão ser posicionadas seguindo as indicações do projeto.

COLOCAÇÃO DO POSTE

É feita através de uma primeira camada de concreto-magro de seção circular de Ø 30 cm por 30 cm de profundidade e uma segunda camada de aterro socado com pedras que após o acabamento do piso deve totalizar 30 cm. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

COLOCAÇÃO DA PLACA

É fixada através de 2(dois) parafusos galvanizados de cabeça francesa Ø 5/16x2/1/2" com arruelas e porcas sextavadas. A colocação dos postes deverão estar alinhadas vertical e horizontalmente.

CUIDADOS NA COLOCAÇÃO

Os serviços deverão ser executados sem causar prejuízo para a circulação de veículos no sistema viário. A firma executante deverá verificar previamente as condições de "campo" do local indicado no projeto. As interferências subterrâneas e aéreas deverão ser observadas visando uma perfeita instalação e uma boa visualização da sinalização da sinalização. As seguintes condições de "campo" deverão ser observadas antes de iniciar os serviços:

Posição de caixas de inspeção de redes elétricas e telefônicas,

incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição de caixas de registros, hidrantes de rede d'água, incluindo suas prováveis tubulações poços de visita, bocas de lobo, etc., de redes de esgoto e pluvial, incluindo suas prováveis tubulações.

Posição dos postes da rede elétrica, telefônica e iluminação pública.

Posição da altura da fiação elétrica e telefônica, bem como de luminárias.

Posição de árvores e arbustos.

Posição de marquises e estruturas destinadas à propaganda dos edifícios circunvizinhos.

Posição dos rebaixamento de meio-fio.

As perfurações executadas e prejudiciais pelas interferências, deverão ser reaterradas e recomposto o piso original do local, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

O danos causados às redes de concessionárias, órgãos públicos ou terceiros correrão por ônus e sob responsabilidade da firma executante.

INSPEÇÃO

Controle do Material

Cada elemento da sinalização vertical deverá ser observado quanto ao atendimento das características prescritas no capítulo condições específicas desta Norma.

Não devem ser utilizados placas amassadas e/ou arranhadas.

Controle de Execução

Localização, tipos e dimensões da sinalização.

Eventual obstrução à visibilidade da sinalização.

Condição da fundação para fixação da estrutura de suporte em concreto de cimento Portland, nas dimensões e resistência previstas.

Altura da sinalização em relação à superfície do pavimento.

Fixação dos suportes e da sinalização.

Necessidade de substituição de placas de sinalização por avarias quaisquer.

Tipo de película utilizada.

Sinalização adequada para os serviços de implantação.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de Sinalização Vertical serão medidos através da quantidade de placas implantadas, para cada tipo.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

TACHÃO BI-DIRECIONAL E TACHINHA

OBJETIVO

A execução dos serviços será feito segundo estas especificações de serviço, ou nos casos omissos, será resolvido pela FISCALIZAÇÃO.

A mão de obra deverá ser experiente e o acabamento de acordo com as presentes especificações. Todos os serviços deverão seguir rigorosamente as normas técnicas em vigor.

MATERIAIS

Todos os materiais deverão satisfazer rigorosamente estas especificações, e somente serão utilizados na obras após examinados pela fiscalização. Todos os materiais deverão ser depositados em áreas adequadas de modo a permitir a separação dos diversos tipos e dimensões e também, mantê-los limpos.

A fiscalização se reserva o direito de solicitar da contratada ensaios de materiais, previstos na ABNT, quando se fizer necessário.

A PEÇA RESISTENTE

É confeccionada em material a base de resinas e filerizantes minerais, possuindo estrutura de reforço e de ancoramento. O material deve ser de cor amarelo-branco de acordo com os padrões de sinalização, e não pode apresentar descoloração ou adesão de sujeiras por efeito do tráfego ou intempéries.

A estrutura de reforço e de ancoramento é composta de chapas de aço 1010-1020 e dois parafusos galvanizados. Em nenhum ponto

da peça a estrutura de reforço poderá ficar a menos de 10 mm da superfície externa.

O ADESIVO PARA FIXAÇÃO

As características físico-químicas será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min.. A cada 8 peças ou fração, corresponderá a 1 kg de adesivo. A viscosidade da mistura permitirá a aplicação através de espátula. Endurecida, a mistura apresentará uma resistência a tração, ao corte e ao esmagamento superior da peça, apresentando uma aderência perfeita

TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL

Possuirá 2 (duas) placas refletivas opostas em 180º, incrustadas e coladas nos rebaixos de ambas as faces trapezoidais frontais.

EXECUÇÃO

LIMPEZA DA PISTA

Constará de:

- Varredura completa da pista, para retirada de detritos maiores;
- Limpeza da pista com a utilização da caminhão pipa, para uma lavagem com água.

LOCAÇÃO DA OBRA

Após os serviços preliminares será procedida a locação de toda a obra seguindo rigorosamente as indicações do projeto.

APLICAÇÃO DO TACHÃO

A aplicação será de tal ordem que permita a colocação das peças na pista com uma folga de tempo de 10 a 15 min, a liberação do tráfego sobre os elementos colocados será de 45 a 50 minutos após a colocação da peça.

MEDIÇÃO

A colocação do tachão será medido pela quantidade de tachões colocados.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na colocação de placa de regulamentação serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

OBRAS COMPLEMENTARES

EXECUÇÃO DE MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Esta especificação tem por objetivo fixar as características exigidas para os meios-fios de concreto pré-moldados e o método de assentamento a serem empregados nas obras viárias do Município de SCHROEDER.

Conceituar-se-á como meio-fio peça prismática retangular de dimensões e formatos adiante discriminados, destinada a oferecer solução de descontinuidade entre a pista de rolamento e o passeio ou acostamento da via pública.

MATERIAIS

Os meios-fios serão de concreto moldados no local, e modelo e dimensões conforme projeto.

EQUIPAMENTOS

Serão empregados os seguintes equipamentos :

Ferramentas manuais, tais como alavancas, pás, picaretas, etc;
Soquetes manuais, com diâmetro da área de 6 a 8 cm de peso de 4kg.

EXECUÇÃO

Compreenderá o assentamento do meio-fio.

Assentamento

As alturas e alinhamentos dos meios-fios serão dados por um fio de nylon esticado com referências topográficas não superiores a 20,00 m nas tangentes horizontais e verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais.

Nos encontros de ruas – esquinas – e sempre que as condições topográficas permitirem, a marcação de pequenos raios horizontais deverá ser feito com cintel.

Para acerto das alturas dos meios-fios, o enchimento entre esses e a base deverá ser feito com material incompreensível, tais como, pó-de-pedra, areia ou argamassa de cimento e areia.

MEDIÇÃO

A confecção meio-fio pré-moldado será medida através da quantidade de executadas em metros lineares.

PAGAMENTO

A confecção meio-fio pré-moldado será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção meio-fio pré-moldado.

EXECUÇÃO DE ATERRO ATRÁS DO MEIO FIO COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta Norma apresenta a sistemática a ser adotada na execução de aterros atrás de meio-fio com material de jazida. São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, controle da qualidade e os critérios para aceitação, rejeição e medição dos serviços e pagamentos.

MATERIAIS

O material empregado será constituído por solo livre de terra vegetal, matéria orgânica ou substâncias estranhas ou prejudiciais. A exploração de qualquer jazida deverá ser precedida da remoção da camada de terra vegetal ou qualquer outro material prejudicial que a encobrir.

Todo o material impróprio ou prejudicial que por inobservância destes preceitos for colocado no passeio, deverá ser retirado, correndo os encargos de tal colocação e remoção por conta da Contratada.

EQUIPAMENTO

O equipamento mínimo indispensável à execução do aterro dos passeios deverá constar de rolo vibratório tandem leve, caminhão-tombadeira para o transporte dos materiais de jazida, bem como outras ferramentas comumente empregadas em serviços deste tipo.

EXECUÇÃO

Após a conclusão da pavimentação da pista de rolamento, será feito o aterro dos passeios, com emprego de solo estabilizado na espessura suficiente para atingir o greide de projeto e largura definida no projeto.

O solo selecionado deverá ser compactado a 95% do ensaio Normal de compactação.

MEDIÇÃO

O aterro será medido através da quantidade de executada em metros cúbicos.

PAGAMENTO

A confecção do aterro será paga após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a confecção do reaterro.

III – ORÇAMENTO DA OBRA :

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos previstos abaixo especificados:

Planilha Orçamentária

Rua Erich Froehner , TRECHO 01

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner , TRECHO 1 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010
Extensão: 2.640,00 m
Largura: 10,00 m
Área a ser pavimentada: 26.400,00 m²
Trecho: da est. OPP à est. 132

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	unid	1,00	R\$ 780,00	R\$ 780,00

SUBTOTAL					R\$ 780,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.752,40	R\$ 7,80	R\$ 29.268,72
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	3.278,00	R\$ 32,00	R\$ 104.896,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	134,00	R\$ 74,00	R\$ 9.916,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	69,00	R\$ 194,00	R\$ 13.386,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.690,22	R\$ 25,60	R\$ 43.269,63
2.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	123,00	R\$ 275,00	R\$ 33.825,00
2.4.2	CL	unid.	13,00	R\$ 650,00	R\$ 8.450,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil	m	387,00	R\$ 65,00	R\$ 25.155,00
SUBTOTAL					R\$ 268.166,35
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.944,59	R\$ 9,60	R\$ 18.668,06
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	4.092,27	R\$ 6,50	R\$ 26.599,76
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	3.795,37	R\$ 6,50	R\$ 24.669,90
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachao	m³	3.795,37	R\$ 25,60	R\$ 97.161,47
SUBTOTAL					R\$ 167.099,19
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	26.983,26	R\$ 1,10	R\$ 29.681,59
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m³	7.260,00	R\$ 25,60	R\$ 185.856,00
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	2.640,00	R\$ 82,00	R\$ 216.480,00
4.4	Imprimação com CM 30	m²	26.400,00	R\$ 3,10	R\$ 81.840,00
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m²	26.400,00	R\$ 1,80	R\$ 47.520,00
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	924,00	R\$ 455,00	R\$ 420.420,00

4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	198,00	R\$ 455,00	R\$ 90.090,00
SUBTOTAL					R\$ 1.071.887,59
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	5.280,00	R\$ 18,00	R\$ 95.040,00
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m³	1.584,85	R\$ 7,80	R\$ 12.361,83
SUBTOTAL					R\$ 107.401,83
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebreados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	1.100,17	R\$ 16,50	R\$ 18.152,80
SUBTOTAL					R\$ 18.152,80
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.633.487,76
BDI					30%

Planilha Orçamentária
Rua Erich Froehner , TRECHO 02

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner - TRECHO 2 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010
Extensão: 1.766,81 m
Largura: 10,00 m
Área a ser pavimentada: 17.668,10 m²
Trecho: da est. OPP à est. 88+6,81m

ORÇAMENTO				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)			
1.1	Placa de obra	unid	1,00	R\$ 780,00 R\$ 780,00
SUBTOTAL				R\$ 780,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)			
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.337,89	R\$ 7,80 R\$ 26.035,54
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação			
2.2.1	para Ø 40cm	m	2.836,00	R\$ 32,00 R\$ 90.752,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	250,00	R\$ 74,00 R\$ 18.500,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	18,00	R\$ 194,00 R\$ 3.492,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.520,72	R\$ 25,60 R\$ 38.930,43
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro fundido			
2.4.1	CA-1	unid.	79,00	R\$ 275,00 R\$ 21.725,00
2.4.2	CL	unid.	12,00	R\$ 650,00 R\$ 7.800,00
SUBTOTAL				R\$ 207.234,97
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)			

3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.301,41	R\$ 9,60	R\$ 12.493,54
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	2.738,73	R\$ 6,50	R\$ 17.801,74
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	2.540,03	R\$ 6,50	R\$ 16.510,20
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachão	m³	2.540,03	R\$ 25,60	R\$ 65.024,77
SUBTOTAL					R\$ 111.830,25
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	17.668,10	R\$ 1,10	R\$ 19.434,91
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachão	m³	4.858,73	R\$ 25,60	R\$ 124.383,49
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	1.766,81	R\$ 82,00	R\$ 144.878,42
4.4	Imprimação com CM 30	m²	17.668,10	R\$ 3,10	R\$ 54.771,11
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m²	17.668,10	R\$ 1,80	R\$ 31.802,58
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=5,0 cm	m³	618,38	R\$ 455,00	R\$ 281.362,90
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=2,5 cm	m³	132,51	R\$ 455,00	R\$ 60.292,05
SUBTOTAL					R\$ 716.925,46
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	3.533,62	R\$ 18,00	R\$ 63.605,16
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m³	1.060,66	R\$ 7,80	R\$ 8.273,15
SUBTOTAL					R\$ 71.878,31
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	736,28	R\$ 16,50	R\$ 12.148,62
SUBTOTAL					R\$ 12.148,62
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.120.797,61
BDI					30%

IV - CUSTO DA OBRA:

Conforme proposta apresentada no processo de Licitação nº 30/2010, que restou VENCEDORA, a empresa PAVIPLAN

– PAVIMENTAÇÃO LTDA no valor da obra inicialmente importou em R\$ 2.049.626,50, (dois milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos). a qual encontra-se aos interessados na Diretoria de Recursos Materiais, pertencente a Secretaria Municipal da Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Planilha CUSTO

Rua Erich Froehner , TRECHO 01

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares
Localização: Rua Erich Froehner , TRECHO 1 - Schroeder/SC
Schroeder, fevereiro de 2010

Extensão: 2.640,00 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 26.400,00 m²

Trecho: da est. OPP à est. 132

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	M2	1,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00
SUBTOTAL					R\$500,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.752,40	R\$ 5,85	R\$ 21.951,54
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	3.278,00	R\$ 24,00	R\$ 78.672,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	134,00	R\$ 49,00	R\$ 6.566,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	69,00	R\$ 145,00	R\$ 10.005,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.690,22	R\$ 17,00	R\$ 28.733,74
2.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	123,00	R\$ 225,00	R\$ 27.675,00
2.4.2	CL	unid.	13,00	R\$ 350,00	R\$4.550,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil	m	387,00	R\$ 49,00	R\$ 18.963,00
SUBTOTAL					R\$ 197.116,28
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.944,59	R\$ 8,40	R\$ 16.334,56
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	4.092,27	R\$ 5,85	R\$ 23.939,78
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	3.795,37	R\$ 5,85	R\$ 22.202,91

3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachão	m³	3.795,37	R\$ 17,00	R\$64.521,29
SUBTOTAL					R\$ 126.998,54
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	26.983,26	R\$ 0,90	R\$ 24.284,93
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachão	m³	7.260,00	R\$ 18,00	R\$ 130,68,00
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	2.640,00	R\$ 60,00	R\$ 158,400,00
4.4	Imprimação com CM 30	m²	26.400,00	R\$ 2,50	R\$ 66.000,00
4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m²	26.400,00	R\$ 1,10	R\$ 29,040,00
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	924,00	R\$ 350,00	R\$ 323.400,00
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	198,00	R\$ 350,00	R\$ 69.300,00
SUBTOTAL					R\$ 801.104,93
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	5.280,00	R\$ 12,50	R\$ 66.000,00
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m³	1.584,85	R\$ 6,50	R\$ 10.301,53
SUBTOTAL					R\$ 76.301,53
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	1.100,17	R\$ 12,50	R\$ 13.752,13
SUBTOTAL					R\$ 13.752,13
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.215.773,40
BDI					30%

Planilha CUSTO
Rua Erich Froehner , TRECHO 02

Obra: Serviços Preliminares, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Serviços Complementares

Localização: Rua Erich Froehner - TRECHO 2 - Schroeder/SC	Schroeder, fevereiro de 2010				
Extensão: 1.766,81 m					
Largura: 10,00 m					
Área a ser pavimentada: 17.668,10 m²					

Trecho: da est. OPP à est. 88+6,81m					
ORÇAMENTO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Placa de obra	M2	1,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00
SUBTOTAL					R\$ 500,00
2	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<5,0Km	m³	3.337,89	R\$ 5,85	R\$ 19.526,66
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				
2.2.1	para Ø 40cm	m	2.836,00	R\$ 24,00	R\$ 68.064,00
2.2.2	para Ø 60cm	m	250,00	R\$ 49,00	R\$ 12.250,00
2.2.3	para Ø 80cm	m	18,00	R\$ 145,00	R\$ 2.610,00
2.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	1.520,72	R\$ 17,50	R\$ 26.612,60
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro fundido				
2.4.1	CA-1	unid.	79,00	R\$ 225,00	R\$ 17.775,00
2.4.2	CL	unid.	12,00	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
SUBTOTAL					R\$ 151.038,26
3	TERRAPLENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
3.1	Remoção de solos inservíveis	m³	1.301,41	R\$ 8,40	R\$ 10.931,84
3.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (taludes)	m³	2.738,73	R\$ 5,85	R\$ 16.021,57
3.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT<1,0Km (bordos)	m³	2.540,03	R\$ 5,85	R\$ 14.859,18
3.4	Reposição de escavação com fornecimento, transporte e espalhamento de seixo "in natura" ou rachão	m³	2.540,03	R\$ 17,50	R\$ 44.450,53
SUBTOTAL					R\$ 86.263,12
4	PAVIMENTAÇÃO (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	17.668,10	R\$ 0,90	R\$ 15.901,29
4.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachão	m³	4.858,73	R\$ 18,00	R\$ 87.457,14
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10,00cm	m³	1.766,81	R\$ 60,00	R\$ 106.008,60
4.4	Imprimação com CM 30	m²	17.668,10	R\$ 2,50	R\$ 44.170,25

4.5	Pintura de ligação com RR-2C	m ²	17.668,10	R\$ 2,50	R\$ 44.170,25
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m ³	618,38	R\$ 350,00	R\$ 216.433,00
4.6.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m ³	132,51	R\$ 350,00	R\$ 46.378,50
SUBTOTAL					R\$ 535.783,69
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	3.533,62	R\$ 12,50	R\$ 44.170,25
5.2	Reaterro do meio-fio com material de jazida	m ³	1.060,66	R\$ 6,50	R\$ 6.894,29
SUBTOTAL					R\$ 51.064,54
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m ²	736,28	R\$ 12,50	R\$ 9.203,50
SUBTOTAL					R\$ 9.203,50
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 833.853,10
BDI					30%

Aditivo Rua Erich Froehner

Obra: serviços preliminares, Drenagem pluvial, terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização viária e serviços complementares.

Localização: Rua Erich Froehner, trecho 1 – Schroeder – sc

Extensão 2.640,00 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 26.400 m²

Trecho: estaca OPP á estaca 132

SERVIÇOS ADICIONAIS

ORÇAMENTO

Item	DISCRI-MINAÇÃO UN.	QUANTID	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TO-TAL (R\$)
1.	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)			
1.1	Escavação, carga e transporte de materiais de 1ª categoria pra bota fora, DMT, <5, 0km	m ³	306,80	R\$ 5,85
				R\$ 1.794,00

1.2	Tubulação de drenagem urbana ser berço. Fornecimento e colocação				
1.2.1	para Ø 40 cm	M	412,00	R\$ 24,00	R\$ 9.888,00
1.2.2	para Ø 60 cm	M	27,00	R\$ 49,00	R\$ 1.323,00
1.2.3	para Ø 80 cm	M	20,00	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00
1.2.4	para Ø 100 cm	M	20,00	R\$ 225,07	R\$ 4.501,40
1.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m ³	252,25	R\$ 17,00	R\$ 4.288,25
1.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
1.4.1	CL	und	21,00	R\$ 350,00	R\$ 7.350,00
1.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotextil	m	1.558,00	R\$ 49,00	R\$ 76.342,00
2	PAVIMENTAÇÃO (fornecimento e execução)				
2.1	Regulização Compactação de subleito a 100% PN	m ³	46,50	R\$ 0,90	R\$ 41,85
2.2	Fornecimento, transporte e execução de seixo "in natura" para sub-base ou rachao	m ³	4.350,34	R\$ 18,00	R\$ 78.306,12
2.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada. E = 10,00 cm	m ³	4,65	R\$ 60,00	R\$ 279,00
2.4	Imprimação CM-30	m ²	46,50	R\$ 2,50	R\$ 116,25

2.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	46,50	R\$ 1,10	R\$ 51,15
2.6	Revestimento em c.b.u.q. " faixa C" DNER				
2.6.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm.	m³	50	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
2.6.2	Fornecimento e execução (concreto betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm.	unid	10,00	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (fornecimento e execução)				
3.1	Espalhamento de materiais escavados junto a bordos da pista	m²	2.112,00	R\$ 3,85	R\$ 8.131,20
3.2	Meio fio de concreto moldado in loco	M	415,20	R\$ 15,00	R\$ 6.228,00
3.3	Reaterro de meio fio com material de jazida	M³	4,00	R\$ 6,50	R\$ 26,00
4	Sinalização viária (fornecimento e execução)				
4.1	Sinalização horizontal				
4.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrílico de durabilidade de dois anos	m²	2,70	R\$ 12,50	R\$ 33,75
TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 196.313,25

Obra: serviços preliminares, Drenagem pluvial, terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização viária e serviços complementares.

Localização: rua Erich Froehner, trecho 2 – Schroeder – sc

Extensão 1.766,81 m

Largura: 10,00 m

Área a ser pavimentada: 17.668,10 m²

Trecho: estaca 0PP á estaca 88+6,81m

SERVIÇOS ADICIONAIS

ORÇAMENTO

Item	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QUANTID	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Escavação, carga e transporte de materiais de 1º categoria pra bota fora, DMT,<5, 0km	m³	242,64	R\$ 5,85	R\$ 1.419,44
1.2	Tubulação de drenagem urbana ser berço. Fornecimento e colocação				
1.2.1	para Ø 40 cm	M	13,00	R\$ 24,00	R\$ 312,00
1.2.2	para Ø 60 cm	M	80,00	R\$ 49,00	R\$ 3.920,00
1.2.3	para Ø 80 cm	M	36,00	R\$ 145,00	R\$ 5.220,00
1.2.4	para Ø 150 cm	M	21,00	R\$ 600,00	R\$ 12.600,00
1.2.5	Para galeria dimensão de 300x200cm	m	17	R\$ 2.669,83	R\$ 45.387,11
1.3	Reaterro apiloado com material de reaproveitamento	m³	141,32	R\$ 17,50	R\$ 2.473,10
1.4	Caixa coletora com grelha ferro fundido				
1.4.1	CL	und	4,00	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
2	Terraplenagem (fornecimento e execução)				
2.1	Remoção de solos inservíveis	m³	2.521,00	R\$ 8,40	R\$ 21.176,40

2.2	Reposi- ção de escavação com forne- cimento, transporte e espalha- mento de seixo "in natura" ou rachao	m³	3.321,00	R\$ 17,50	R\$ 58.117,50
3	PAVIMEN- TAÇÃO (for- necimento e execução)				
3.1	Regulariza- ção Com- pactação de subleito a 100% PN	m³	403,12	R\$ 0,90	R\$ 362,81
3.2	Forneci- mento, transporte e execução de seixo "in na- tura" para sub-base ou rachao	m³	2.303,37	R\$ 18,00	R\$ 41.460,66
3.3	Fornecimen- to, carga, transporte, espalha- mento e compacta- ção de base de brita graduada. E = 10,00 cm	m³	40,31	R\$60,00	R\$ 2.418,60
3.4	Imprimação CM-30	m²	403,12	R\$ 2,50	R\$ 1.007,80
2.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	403,12	R\$ 1,10	R\$ 443,43
3.6	Revestimento em c.b.u.q. " faixa C" DNER				
3.6.1	Forneci- mento e execução (concreto betuminoso e agre- gados) e usinagem, e= 5,0 cm.	m³	20,16	R\$ 350,00	R\$ 7.056,00
3.6.2	Forneci- mento e execução (concreto betuminoso e agre- gados) e usinagem, e= 2,5 cm.	unid	000	R\$ 350,00	R\$ 0,00

4	SERVIÇOS COMPLE- MENTARES (forneci- mento e execução)				
4.1	Relocação de postes de concreto da rede geral de energia elétrica, in- clusive rede de energia	und	10,00	R\$ 1.453,00	R\$ 14.530,00
4.2	Enrocamen- to junto as galerias de concreto	M³	130,00	R\$ 31,74	R\$ 4.126,20
4.3	Espalha- mento de materiais escavados junto aos bordos da pista	M³	1.413,45	R\$ 3,85	R\$ 5.441,78
4.4	Meio fio de concreto moldado in loco	M	60	R\$ 12,50	R\$ 750,00
4.5	Reaterro de meio fio com material de jazida	M³	24,00	R\$ 6,50	R\$156,00
5	Sinalização viária (fornecimento e execução)				
5.1	Sinalização horizontal				
5.1.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrílico de durabilida- de de dois anos	m²	155,04	R\$ 12,50	R\$ 1.938,00
TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 231.716,84
TOTAL GERAL (Trecho 01 = Trecho 02)					R\$ 428.030,09

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

VALOR CONTRATO INICIAL

TOTAL TRECHO 1	R\$ 1.215.773,40
TOTAL TRECHO 2	R\$ 833.853,10
TOTAL	R\$ 2.049.626,50

CUSTO OBRA TERMO ADITIVO

TOTAL TRECHO 1	R\$ 196.313,25
TOTAL TRECHO 2	R\$ 231.716,84
TOTAL	R\$ 428.030,09

TOTAL CUSTO OBRA Rua Erich Froehner

TOTAL INICIAL	R\$2.049.626,50
TOTAL ADITIVO	R\$ 428.030,09
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 2.477.656,59

O Processo de licitação nº 30/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

O valor total da obra restou em:
 Contrato inicial: R\$2.049.626,50
 Aditivo A54/2010: R\$428.030,09

Totalizando R\$2.477.656,59 (Dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES ANTES DA OBRA REALIZADA.

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
336	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	7.497,95
4037	GILMAR IRINEU FROEHNER	25.230,41
2871	ELIO ARNILDO FROEHNER	16.720,03
6282	HILMAR RUBENS HERTEL	101.946,09
6280	HILMAR RUBENS HERTEL	20.712,09
2874	TECNOFUND INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO LTDA	62.130,61
2875	ARI E INGO VOGEL	43.258,57
4041	EDITH E URSULA VOGEL	23.928,69
2824	OTAVIO FREIBERGER	51.993,86
2826	MARIA F. EISCHTAEDT	48.181,42
2827	ANTONIO BESEN	22.319,95
2828	ALBERTO FREIBERGER	10.356,05
2343	HEINZ BECK	96.919,55
2829	HEINZ BECK	72.002,39
2830	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	57.652,88
2831	EGON KANZLER	94.901,28
2832	VALDEMIRO BOLDUAN	43.060,79
2833	EDITH E URSULA VOGEL	37.364,46
2834	HERMES RISTAU	170.593,44
2835	ROLANDO LUDTKE	198.686,07
2837	ARNO VOGEL	119.815,97
2838	VALDEMAR PAULO ZOZ	76.890,97
4176	BRAZ NICOLAU DA CRUZ	13.926,77
	RUA GUILHERME RISTAU	
4663	VALDIR PATERNO	26.789,14
2850	ALT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	38.806,66
2851	ADIR LUIZ TURRA	5.951,75
2849	HILÁRIO PATERNO	56.957,75
4051	PASQUALI IND. COM. MONTAGEM MOTO BOMBAS	17.278,87
2853	IDA SLOMP	136.263,75
6063	CIZESKI INCORPORADORA	20.987,75

2855	ROSIMERI LUDTKE LOURENÇO e OUTRO	70.626,37
2856	MORGANA LÜDTKE e LOANA LÜDTKE	127.361,64
2859	VERNER MEYER	58.654,72
4558	CIZESKI INCORPORADORA	9.468,87
2860	ROSALIA TOMAZELLI ZOZ	86.891,86
4155	ELEMAR JOSÉ KAHER	16.744,65
4826	MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	32.542,16
2861	JOSÉ WELTER	102.771,68
4055	AMAZILDA WELTER WONCZEWSKI	51.373,00
2811	LIDIA ZOZ e MARIA DE L. ZOZ	13.933,36
2812	VALDEMAR PAULO ZOZ	38.658,18
2813	VILMAR MAIER	26.613,72
2814	COMUNIDADE SCHROEDER I	16.614,67

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
290	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	33.568,27
4086	GILMAR IRINEU FROEHNER	26.047,01
2358	ELIO ARNILDO FROEHNER	24.835,21
6273	HILMAR RUBENS HERTEL	41.166,90
6274	HILMAR RUBENS HERTEL	45.575,24
6275	MARCELO EMMERICH	39.318,46
6276	PAULO ROGERIO MENDONÇA	27.104,27
6277	HILMAR RUBENS HERTEL	11.807,70
6278	SANDRO GRABOWSKI e OUTRA	11.901,70
6281	VERONI BORBA	98.155,01
6279	HILMAR RUBENS HERTEL	30.788,72
2354	RESIVALE CONBUSTÍVEL CATARI-NENSE LTDA	19.596,97
2350	MARIO DA ROCHA	93.652,85
2349	ARI E INGO VOGEL	66.449,09
5581	RONALDO WALZ	19.283,33
5579	EROLF KANZLER	61.025,23
4085	VILMAR KANZLER	33.527,52
2347	ROGERIO FOSSILE	96.192,82
2346	ADOLFO SCHEFFER	38.241,56
2345	MARIO FREIBERGER	29.708,89
2344	HERMANN BECK	93.939,92
2343	HEINZ BECK	96.919,55
2328	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	43.455,15
	RUA ERFRIED KLABUNDE	
2326	VALDEMIRO BOLDUAN	18.064,56
2324	MARIA DA COSTA BRESSANINI	35.492,22
2325	MARIA DA COSTA BRESSANINI	29.369,21
2323	ALMIRO PETRI	70.318,36
4084	HERMES RISTAU	34.883,52
2322	ISOLDI RISTAU	58.670,47
2321	LINDOMAR JOSÉ JACOBI	53.107,15
2320	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	88.632,71
2319	ISMARIO BAUER	24.080,21
2318	LEONOR JACOBI	31.863,79
4083	MARCOS JACOBI e ESPOSA	13.286,66
2317	LOURIVAL JACOBI	53.690,32
4858	MARIA ORZECHOVICZ	39.683,77
4082	LEOMAR JACOBI	19.260,30
6188	LEOMAR JACOBI	10.939,45
6189	LEOMAR JACOBI	19.214,76

2316	ROLAND BEHRENDT	116.118,32
2313	CRISMAR INDÚSTRIA DO VESTU- ÁRIO LTDA	448.667,35
2311	IDA SLOMP	109.267,82
	RUA PAULO MAIER	
7932	CLAUDIO MAIER	58.633,53
2306	BERNARDO GESSER	32.700,79
2305	CIZESKI INCORP. ADM. E EMPRE- ENDIMENTOS IMOB. LTDA	106.492,16
2302	MITRA DIOCESA DE JOINVILLE	28.585,68
2301	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	69.203,20
2300	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	42.657,13
4076	JOÃO MAIER	39.578,51
	RUA ANTONIO MAIER	
2299	AMBROSIO MAIER	240.331,54

VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES APÓS A OBRA REALIZADA

IMÓVEL	LD	PROPRIETÁRIO	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita
336		VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	15.931,45
4037		GILMAR IRINEU FROEHNER	51.093,15
2871		ELIO ARNILDO FROEHNER	34.149,27
6282		HILMAR RUBENS HERTEL	207.364,89
6280		HILMAR RUBENS HERTEL	38.984,68
2874		TECNOFUND INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO LTDA	101.486,96
2875		ARI E INGO VOGEL	78.679,29
4041		EDITH E URSULA VOGEL	45.574,68
2824		OTAVIO FREIBERGER	70.969,24
2826		MARIA F. EISCHTAEDT	55.771,57
2827		ANTONIO BESEN	33.564,62
2828		ALBERTO FREIBERGER	15.697,27
2343		HEINZ BECK	139.087,07
2829		HEINZ BECK	114.169,91
2830		HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	77.331,06
2831		EGON KANZLER	114.579,46
2832		VALDEMIRO BOLDUAN	57.678,86
2833		EDITH E URSULA VOGEL	51.982,53
2834		HERMES RISTAU	248.181,67
2835		ROLANDO LUDTKE	320.690,76
2837		ARNO VOGEL	161.983,49
2838		VALDEMAR PAULO ZOZ	112.311,69
4176		BRAZ NICOLAU DA CRUZ	22.360,27
		RUA GUILHERME RISTAU	
4663		VALDIR PATERNO	35.222,64
2850		ALT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	47.240,16
2851		ADIR LUIZ TURRA	12.979,67
2849		HILÁRIO PATERNO	59.768,92
4051		PASQUALI IND. COM. MONTAGEM MOTO BOMBAS	29.648,01
2853		IDA SLOMP	206.542,95

6063	CIZESKI INCORPORADORA	35.043,59
2855	ROSIMERI LUDTKE LOURENÇO e OUTRO	95.364,65
2856	MORGANA LÜDTKE e LOANA LÜDTKE	158.846,72
2859	VERNER MEYER	116.845,90
4558	CIZESKI INCORPORADORA	30.074,73
2860	ROSALIA TOMAZELLI ZOZ	86.891,86
4155	ELEMAR JOSÉ KAHER	23.772,57
4826	MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	38.164,50
2861	JOSÉ WELTER	167.990,78
4055	AMAZILDA WELTER WONCZEWSKI	79.484,68
2811	LIDIA ZOZ e MARIA DE L. ZOZ	22.929,10
2812	VALDEMAR PAULO ZOZ	47.513,36
2813	VILMAR MAIER	44.605,19
2814	COMUNIDADE SCHROEDER I	26.172,64
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita
290	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	42.001,77
4086	GILMAR IRINEU FROEHNER	51.909,75
2358	ELIO ARNILDO FROEHNER	42.264,45
6273	HILMAR RUBENS HERTEL	88.113,40
6274	HILMAR RUBENS HERTEL	63.847,83
6275	MARCELO EMMERICH	47.751,96
6276	PAULO ROGERIO MENDONÇA	35.537,77
6277	HILMAR RUBENS HERTEL	20.241,20
6278	SANDRO GRABOWSKI e OUTRA	20.335,20
6281	VERONI BORBA	114.459,78
6279	HILMAR RUBENS HERTEL	39.222,22
2354	RESIVALE CONBUSTÍVEL CATARI-NENSE LTDA	40.933,73
2350	MARIO DA ROCHA	117.744,56
2349	ARI E INGO VOGEL	101.869,81
5581	RONALDO WALZ	26.311,25
5579	EROLF KANZLER	63.499,06
4085	VILMAR KANZLER	46.051,27
2347	ROGERIO FOSSILE	131.894,65
2346	ADOLFO SCHEFFER	49.486,23
2345	MARIO FREIBERGER	37.861,28
2344	HERMANN BECK	136.107,44
2343	HEINZ BECK	139.087,07
2328	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	90.401,65
	RUA ERFRIED KLABUNDE	
2326	VALDEMIRO BOLDUAN	33.244,87
2324	MARIA DA COSTA BRESSANINI	42.196,86
2325	MARIA DA COSTA BRESSANINI	38.055,72
2323	ALMIRO PETRI	98.430,04
4084	HERMES RISTAU	57.372,86
2322	ISOLDI RISTAU	85.657,68
2321	LINDOMAR JOSÉ JACOBI	86.278,93
2320	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	111.122,05
2319	ISMARIO BAUER	34.481,53
2318	LEONOR JACOBI	42.827,34
4083	MARCOS JACOBI e ESPOSA	21.720,16
2317	LOURIVAL JACOBI	65.778,34
4858	MARIA ORZECZOWICZ	44.462,76
4082	LEOMAR JACOBI	27.173,74

6188	LEOMAR JACOBI	15.156,20
6189	LEOMAR JACOBI	25.118,21
2316	ROLAND BEHRENDT	154.912,44
2313	CRISMAR INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	521.757,72
2311	IDA SLOMP	188.823,87
	RUA PAULO MAIER	
7932	CLAUDIO MAIER	138.990,77
2306	BERNARDO GESSER	48.443,33
2305	CIZESKI INCORP. ADM. E EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	133.839,20
2302	MITRA DIOCESA DE JOINVILLE	74.548,28
2301	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	77.636,70
2300	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	53.901,80
4076	JOÃO MAIER	57.569,98
	RUA ANTONIO MAIER	
2299	AMBROSIO MAIER	338.019,63

VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 60,87% (sessenta vírgula oitenta e sete por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, correspondente a valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
336	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	3.300,00
4037	GILMAR IRINEU FROEHNER	10.120,00
2871	ELIO ARNILDO FROEHNER	6.820,00
6282	HILMAR RUBENS HERTEL	41.250,00
6280	HILMAR RUBENS HERTEL)	7.150,00
2874	TECNOFUND INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO LTDA	15.400,00
2875	ARI E INGO VOGEL	13.860,00
4041	EDITH E URSULA VOGEL	8.470,00
2824	OTAVIO FREIBERGER	7.425,00
2826	MARIA F. EISCHTAEDT	2.970,00
2827	ANTONIO BESEN	4.400,00
2828	ALBERTO FREIBERGER	2.090,00
2343	HEINZ BECK	16.500,00
2829	HEINZ BECK	16.500,00
2830	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	7.700,00
2831	EGON KANZLER	7.700,00
2832	VALDEMIRO BOLDUAN	5.720,00
2833	EDITH E URSULA VOGEL	5.720,00
2834	HERMES RISTAU	30.360,00
2835	ROLANDO LUDTKE	47.740,00
2837	ARNO VOGEL	16.500,00
2838	VALDEMAR PAULO ZOZ	13.860,00
4176	BRAZ NICOLAU DA CRUZ	3.300,00
	RUA GUILHERME RISTAU	
4663	VALDIR PATERNO	3.300,00

	ALT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	3.300,00
2850	ADIR LUIZ TURRA	2.750,00
2849	HILÁRIO PATERNO	1.100,00
4051	PASQUALI IND. COM. MONTAGEM MOTO BOMBAS	4.840,00
2853	IDA SLOMP	27.500,00
6063	CIZESKI INCORPORADORA	5.500,00
2855	ROSIMERI LUDTKE LOURENÇO e OUTRO	9.680,00
2856	MORGANA LÜDTKE e LOANA LÜDTKE	12.320,00
2859	VERNER MEYER	22.770,00
4558	CIZESKI INCORPORADORA	8.063,00
2860	ROSALIA TOMAZELLI ZOZ	8.470,00
4155	ELEMAR JOSÉ KAER	2.750,00
4826	MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	2.200,00
2861	JOSÉ WELTER	25.520,00
4055	AMAZILDA WELTER WONCZEWSKI	11.000,00
2811	LIDIA ZOZ e MARIA DE L. ZOZ	3.520,00
2812	VALDEMAR PAULO ZOZ	3.465,00
2813	VILMAR MAIER	7.040,00
2814	COMUNIDADE SCHROEDER I	Isento conf. Lei nº 976/95
	TOTAL	459.943,00
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
290	VALDEMIRO JOSÉ ZOZ	3.300,00
4086	GILMAR IRINEU FROEHNER	10.120,00
2358	ELIO ARNILDO FROEHNER	6.820,00
6273	HILMAR RUBENS HERTEL	18.370,00
6274	HILMAR RUBENS HERTEL	7.150,00
6275	MARCELO EMMERICH	3.300,00
6276	PAULO ROGERIO MENDONÇA	3.300,00
6277	HILMAR RUBENS HERTEL	3.300,00
6278	SANDRO GRABOWSKI e OUTRA	3.300,00
6281	VERONI BORBA	6.380,00
6279	HILMAR RUBENS HERTEL	3.300,00
2354	RESIVALE CONBUSTÍVEL CATARI-NENSE LTDA	8.349,00
2350	MARIO DA ROCHA	9.427,00
2349	ARI E INGO VOGEL	13.860,00
5581	RONALDO WALZ	2.750,00
5579	EROLF KANZLER	968,00
4085	VILMAR KANZLER	4.900,50
2347	ROGERIO FOSSILE	13.970,00
2346	ADOLFO SCHEFFER	4.400,00
2345	MARIO FREIBERGER	3.190,00
2344	HERMANN BECK	16.500,00
2343	HEINZ BECK	16.500,00
2328	HELIOMAR KLABUNDE e OUTROS	18.370,00
	RUA ERFRIED KLABUNDE	
2326	VALDEMIRO BOLDUAN	5.940,00
2324	MARIA DA COSTA BRESSANINI	2.623,50
2325	MARIA DA COSTA BRESSANINI	3.399,00
2323	ALMIRO PETRI	11.000,00
4084	HERMES RISTAU	8.800,00

2322	ISOLDI RISTAU	10.560,00
2321	LINDOMAR JOSÉ JACOBI	12.980,00
2320	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	8.800,00
2319	ISMARIO BAUER	4.070,00
2318	LEONOR JACOBI	4.290,00
4083	MARCOS JACOBI e ESPOSA	3.300,00
2317	LOURIVAL JACOBI	4.730,00
4858	MARIA ORZECHOVICZ	1.870,00
4082	LEOMAR JACOBI	3.096,50
6188	LEOMAR JACOBI	1.650,00
6189	LEOMAR JACOBI	2.310,00
2316	ROLAND BEHRENDT	15.180,00
2313	CRISMAR INDÚSTRIA DO VESTU-ÁRIO LTDA	28.600,00
2311	IDA SLOMP	31.130,00
	RUA PAULO MAIER	
7932	CLAUDIO MAIER	31.443,50
2306	BERNARDO GESSER	6.160,00
2305	CIZESKI INCORP. ADM. E EMPRE- ENDIMENTOS IMOB. LTDA	10.700,80
2302	MITRA DIOCESA DE JOINVILLE	Isento conf. Lei nº 976/95
2301	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Isento conf. Lei nº 976/95
2300	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	Isento conf. Lei nº 976/95
4076	JOÃO MAIER	7.040,00
	RUA ANTONIO MAIER	
2299	AMBROSIO MAIER	38.225,00
		439.722,80

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário esta exposto no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens relatados neste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder, 18 de janeiro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Procon Schroeder - Edital de Notificação N.º 001/2011

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2011

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através do seu Diretor, José Miguel Campestrini, com fundamento no art. 42, §2º do Decreto n.º 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 007/2010, tendo como Consumidor Claudemir Lucas Alves, inscrito no CPF/MF sob nº 025.669.999-29, e Fornecedores/reclamados ANDRÉ JOÃO CABRAL (Cabral shop, Cabral.net), inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº 11.688.155/0001-89, e outro, por infração ao disposto no(s) artigo(s) 30 c/c art. 31 e 35, I c/c art. 6º, III, todos da Lei nº 8.078/90; e no(s) artigo(s) 13, I e 14, ambos do Decreto nº 2.181/97, e que por este Edital fica NOTIFICADO o RECLAMADO, acima qualificado, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar proposta de conciliação e/ou DEFESA à Reclamação nº 007/2010, que deu origem ao processo administrativo de mesmo número, advertindo-se que não sendo impugnado o feito no prazo, incorrerá em revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) e publicado em edição do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Ricardo José Bizatto, digitei e José Miguel Campestrini, Diretor do Procon, assina o presente.

Schroeder, 20 de Janeiro de 2011.

JOSÉ MIGUEL CAMPESTRINI

Procon - Schroeder/SC

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2214, de 18 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 2214, DE 18 DE JANEIRO DE 2011

Estabelece a forma de lançamento e os vencimentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e da Taxa de Coleta de Lixo, relativos ao ano fiscal de 2011.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII e XXII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no art. 244 à 248 e 347 à 354 da Lei Complementar nº 142, de 21 de Dezembro de 1.998, c/c a Lei Complementar nº 193, de 28 de Dezembro de 2.000 e alterações

posteriores,

DECRETA:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e a Taxa de Coleta de Lixo, no ano fiscal de 2011, serão lançados, com valores expressos em Unidades Fiscais do Município (UFMs), com opção de pagamento em parcela única ou em seis parcelas mensais, observando-se o limite mínimo de unidades fiscais do município (UFMs) por parcela.

§ 1º O vencimento dos tributos parcelados na forma deste artigo, ocorrerá de acordo com o seguinte calendário:

Nº PARCELA	VENCIMENTO
1a Parcela	15/04/2011 (sexta-feira)
2a Parcela	16/05/2011 (segunda-feira)
3a Parcela	15/06/2011 (quarta -feira)
4a Parcela	15/07/2011 (sexta -feira)
5a Parcela	15/08/2011 (segunda-feira)
6a Parcela	15/09/2011 (quinta -feira)

§ 2º Ao contribuinte será facultado optar pelo pagamento integral dos tributos, em parcela única com ou sem desconto, como segue:

I - Pagamento em Parcela Única, com vencimento em 15 de abril de 2011, mediante desconto de 10% (dez por cento) do montante devido, já calculado no carnê;

II - Pagamento em Parcela Única sem desconto, com vencimento em 16 de maio de 2011, já calculado no carnê.

§ 3º A impugnação do lançamento deverá ser interposta, no prazo, até o vencimento da primeira parcela.

§ 4º A improcedência da impugnação do lançamento, importará na cobrança da multa, juros e demais acréscimos financeiros desde a data do vencimento do tributo.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 18 de janeiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 18 de janeiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2215, de 18 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 2215, DE 18 DE JANEIRO DE 2011

Estabelece os vencimentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando fixo anual, da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, da Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária Municipal e da Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos, relativos ao ano fiscal de 2011.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII e XXII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e com fundamento nos artigos 76, 274, 320 e 391 da Lei Complementar nº 142, de 21/12/1998, art. 11, "caput" e § 5º, da Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997, e Lei Complementar nº 193, de 28/12/2000 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando fixo anual, a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, a Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária Municipal e a Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos, no ano fiscal de 2011, serão lançados, com valores expressos em Unidades Fiscais do Município (UFMs), em até seis parcelas mensais, observando-se o limite mínimo de unidades fiscais do município (UFMs) por parcela.

§ 1º O vencimento dos tributos parcelados na forma deste artigo, ocorrerá de acordo com o seguinte calendário:

Nº PARCELA	VENCIMENTO
1a Parcela	15/04/2011 (sexta-feira)
2a Parcela	16/05/2011 (segunda-feira)
3a Parcela	15/06/2011 (quarta -feira)
4a Parcela	15/07/2011 (sexta -feira)
5a Parcela	15/08/2011 (segunda-feira)
6a Parcela	15/09/2011 (quinta -feira)

§ 2º Ao contribuinte será facultado optar pelo pagamento integral dos tributos, em parcela única com ou sem desconto, como segue:

I - Pagamento em Parcela Única, com vencimento em 15 de abril de 2011, mediante desconto de 10% (dez por cento) do montante devido, já calculado no carnê;

II - Pagamento em Parcela Única sem desconto, com vencimento em 16 de maio de 2011, já calculado no carnê.

Art. 2º A Secretaria da Fazenda e Administração fica autorizada a definir e divulgar o calendário de vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), em suas diversas modalidades de lançamento, e das taxas municipais, observando-se o disposto no Código Tributário Municipal e seus regulamentos.

§ 1º O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, na modalidade de auto-lançamento, sujeito à homologação pela Fazenda Municipal, no ano fiscal de 2011, terá seus valores expressos em Reais, apurados mensalmente pelos contribuintes, para pagamento até o dia quinze do mês subsequente.

§ 2º O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando estimado anualmente pela Fazenda Municipal, no ano fiscal de 2011, será lançado, com valores expressos em Unidades Fiscais do Município (UFMs), em doze parcelas mensais e sucessivas, para pagamento até o dia quinze do mês subsequente.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 18 de janeiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 18 de janeiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Portaria Nº 1748, de 10 de Janeiro de 2011

PORTARIA Nº 1748, DE 10 DE JANEIRO DE 2011

Altera a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2009, que reconstitui a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do

Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2009, que reconstitui a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, acrescentando e designando em substituição os seguintes membros:

1) VICE-PRESIDENTE: NILTON THEILACKER-Diretor do Departamento de Administração, em substituição ao Vidal José Michei da Luz

2) REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) Dr.JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA-Procurador Geral, em substituição ao Dr.Jean F.Schütz;
- b) ISMAEL MAAS-Presidente da Câmara de Vereadores, em substituição ao Waldir Girardi

3) REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS

- a) MAJOR EDMILSON SAGAZ-Comandante da 2ª Companhia da Polícia Militar, em substituição ao Major Cláudio Roberto Koglin;
- b)WALTER FERREIRA PÓVOAS-Comandante da 2ª Companhia de Bombeiros Militares, em substituição ao Aldo Baptista Neto

4) GRUPO PERMANENTE

- a) WALTER FERREIRA PÓVOAS-Comandante da 2ª Companhia de Bombeiros Militares, em substituição ao Aldo Baptista Neto;
- b) WALDIR GIRARDI-Diretor Presidente do SAMAE, em substituição a Walter Mazzi;
- c) MARIA RAMOS GONZAGA PELIN-Secretária de Articulação Política e Institucional, em substituição a Vidal J.M.da Luz;
- d) DANIEL HUF SOUZA - Diretor do Departamento de Articulação Política e Institucional;
- e) SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO-Assessor Executivo de Gabinete;
- f) MARIA ANGELICA FAGGIANI - Secretária da Fazenda e Administração;
- g) MARISE TERESINHA HEINIG - Assessora Institucional de Captação de Recursos;
- h) SERGI FREDERICO MENGARDA - Secretário de Educação;
- i) KATIA REGINA LAZARINI VILVERT - Assistente Social

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de janeiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Pregão Nº. 06/2.011.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"MODALIDADE: PREGÃO - TIPO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 10/2.011 - Edital nº. 06/2.011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94,

recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 04 de fevereiro de 2.011, Propostas para "Contratação de serviços de rastreamento e gestão de frota para 28 (vinte e oito) veículos", de acordo com as especificações contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 04 de fevereiro de 2.011.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 14 de janeiro de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS

Pregoeiro.

Aviso de Licitação Pregão Nº. 07/2.011.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 11/2.011 - Edital Pregão nº. 07/2.011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 07 de fevereiro de 2.011, Propostas para "Registro de Preço" de placas de sinalização viária, a serem utilizada em ruas do município.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 07 de fevereiro de 2.011.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 14 de janeiro de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS

Pregoeiro.

Aviso de Licitação Pregão Nº. 08/2.011.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 12/2.011 - Edital Pregão nº. 08/2.011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 07 de fevereiro de 2.011, Propostas para "Registro de Preço" de materiais de construção diversos, destinados a pequenos reparos em prédios públicos e manutenção dos serviços da secretaria de obras.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 07 de fevereiro de 2.011.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro

- Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 14 de janeiro de 2.011.
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro.

Aviso de Licitação Pregão Nº. 09/2.011.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.
Procedimento Licitatório nº. 13/2.011 - Edital Pregão nº. 09/2.011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 04 de fevereiro de 2.011, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO" de horas de serviços com: maquina escavadeira hidráulica, retroescavadeira, rolo compactador, trator de esteiras e caminhão basculante 10 m3, destinados a suprir as previsões de serviços da Secretaria de Viação, Obras e Serviços, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural .
Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, INDEPENDENTE DE QUANTIDADE MINIMA a ser solicitada.
Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.
Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de fevereiro de 2.011.
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 14 de janeiro de 2.011.
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro.

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Convite 01.2011 Fundo Municipal da Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2011
Edital de Convite para Compras e Serviços nº 01/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a contratação de serviço de locação de espaço em jornal para publicação de Campanhas Publicitárias, em Jornal de circulação Regional.

Entrega das propostas até às 9h00min do dia 03/02/2011
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2011
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Pregão 01.2011 Fundo Municipal da Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2011
Edital de Pregão Presencial nº 01/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma parcelada , que tem por objeto a aquisição de Material Médico Cirúrgico, destinado para manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 14h00min do dia 08/02/2011
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2011
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Pregão 02.2011 Fundo Municipal da Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2011
Edital de Pregão Presencial nº 02/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma parcelada , que tem por objeto aquisição de Material de Limpeza, Copa e Cozinha, destinado para manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 16h00min do dia 08/02/2011
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2011
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0041/11

PORTARIA nº 0041/11
Concede Licença Geração

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Geração de 120 (cento e vinte) dias à servidora TAMARA DAIANE TOMASI NUNES DOS SANTOS, Professora de Educação Infantil, E-PE-MAG-I, a partir do dia 17 de janeiro de 2011 até 16 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0038/11, retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2011.

Videira, 21 de janeiro de 2011.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de janeiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0042/11

PORTARIA nº 0042/11
Revoga Portaria nº 1194/10

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que consta no Processo Administrativo nº 4047/10,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 1194/10, que concedeu licença prêmio para a servidora MICHELE PATRÍCIA ANDREIS DA MOTTA, pelo período de 1º de março de 2011 até 1º de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de janeiro de 2011.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de janeiro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Associações

AMOSC

Edital Nº 01/2011

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito de Cordilheira Alta, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 11 e art. 26, inciso XI do Estatuto Social,

C O N V O C A

Art. 1º Os Prefeitos dos municípios filiados, para a Assembléia Geral Ordinária da AMOSC a realizar-se:

Data: 11 de fevereiro de 2011 - sexta-feira
Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC
Horário: 10 horas

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Aprovação do Relatório de Atividades de 2010
- II. Aprovação do Balanço Geral do exercício de 2010;
- III. Apresentação do Plano de Metas de 2011;
- IV. Apresentação do Orçamento de 2011;
- V. Aniversário da AMOSC 43 anos;
- VI. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 21 de janeiro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO,
Prefeito de Cordilheira Alta,
Presidente da AMOSC.

Consórcios

CIDEMA

Edital Nº 01/2011

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito de Formosa do Sul e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 17, VI, do Estatuto Social,

C O N V O C A

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente a realizar-se:

Data: 11 de fevereiro de 2011 - sexta-feira
Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC
Horário: 10h30min

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Aprovação do Relatório de Atividades de 2010
- II. Aprovação do Balanço Geral do exercício de 2010;
- III. Apresentação do Plano de Metas de 2011;
- IV. Apresentação do Orçamento de 2011;
- V. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 21 de janeiro de 2011.
JORGE ANTONIO COMUNELLO,
Prefeito de Formosa do Sul,
Presidente do CIDEMA.

CIS/AMOSC

Edital N.º 01/2011

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 17, inciso VI do Estatuto Social,

C O N V O C A

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina, a realizar-se:

Data: 11 de fevereiro de 2011 - sexta-feira

Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC
Horário: 11:00 horas

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Aprovação do Relatório de Atividades de 2010
- II. Aprovação do Balanço Geral do exercício de 2010;
- III. Apresentação do Plano de Metas de 2011;
- IV. Apresentação do Orçamento de 2011;
- V. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 21 de janeiro de 2011.
VILMAR FOPPA,
Prefeito de Caxambu do Sul,
Presidente do CIS-AMOSC.

